



ENCADERNAÇÃO
VALLELE
JOSÉ LINO
MARTINS & C^ª
R. do CARMO, 63
TEL. 23-24-12
RIO





. EPITOME CHRONOLOGICO
DA
HISTORIA DO BRASIL.

PARIZ. — TYPOGRAPHIA DE RIGNOUX,
rue Monsieur-le-Prince, 31.



EPITOME CHRONOLOGICO
DA
HISTORIA DO BRASIL,

PARA O USO DA MOCIDADE BRASILEIRA,

COMPOSTO

pelo Dr CAETANO LOPES DE MOURA,
natural da cidade da Bahia;

DEDICADO

(com permissão special)

PELOS EDITORES

a Sua Majestade Imperial
O SENHOR D. PEDRO II,
IMPERADOR DO BRASIL.



PARIZ.

V^a J.-P. AILLAUD, MONLON E C^a,
LIVREIROS DE SUAS MAJESTADES O IMPERADOR DO BRASIL
E EL-REI DE PORTUGAL,
rua Saint - André - des - Arts, 47.

1860



Senhor,

Incorreríamos decretoriamente nota de ingratos, se favorecidos com a honra e mercê singular, que Vossa Majestade Imperial, por méro effeito de Sua Alta Munificencia, houve por bem

VI

conferir-nos, de Livreiros de Sua Casa Imperial, se nos não apressassemos, antes de dar á estampa o presente **Resumo da Historia do Brasil**, a recorrer submissos e reverentes ante o **Throno de Vossa Majestade Imperial**, para impetrar a Graça e Favor Especial de collocar no frontispicio delle o **Augustissimo Nome de Vossa Imperial Majestade**.

A Benignidade, com que **Vossa Majestade Imperial** se dignou de deferir a nossa supplica, nos animou a estampar esta obrinha, senão com todos os requintes do luxo typographico, com a correcção e nitidez, que se requerem nas que são destinadas para o uso da mocidade.

Um **Resumo da Historia do Brasil**, escripto por um Brasileiro, para o uso da mocidade brasileira parece que de justiça, **Imperial Senhor**, devia de ser posto debaixo da Protecção e Amparo de **Vossa Majestade Imperial, do Monarca Illustrado**, que põe toda a sua gloria em aditar,

como é patente, a nação, cujo governo, para felicidade della, foi Deus servido confiar-lhe, e tal é a Graça, que com toda a submissão e acatamento confião alcançar da *Grandeza e Munificencia de Vossa Magestade*,

Imperial Senhor,

OS EDITORES,

V^o J.-P. AILLAUD, MONLON e Ca.

EPITOME CHRONOLOGICO

DA

HISTORIA DO BRASIL.



O seculo xv^o foi assignalado, entre todos os da nossa era, por dous factos extraordinarios, que dilatarão sobremaneira a esfera do humano entendimento, e concorrerão para o progresso da civilização. Taes forão : a invenção da typographia por Gutemberg (de 1423 a 1462), e o descobrimento da America por Christovão Colombo (de 1492 a 1498).

1500. — Passados mais dous annos, e nos primeiros mezes do de 1500, em que se cerrou esse seculo de descobrimen-

tos, deixando a cargo dos seguintes o perfazer-os, acertou Cabral com o Brasil. Dizemos acertou, por que o não buscava, e o encontrou por um feliz acaso, indo de rota batida para a India, por se ter empegado muito no mar, para evitar as calmarias, e dobrar a seu salvo o cabo da Boa-Esperança. Estava Pedro Alvares Cabral, como quantos com elle erão, tão persuadido que naquellas alturas não podia haver terra, que assentou, era alguma das ilhas descobertas por Colombo e pertencentes á Castella, e por se certificar-se o era, ou terra firme, correu um dia inteiro ao longo da costa, e no outro achou um porto de mui bom surgidouro, onde entrou com a armada, pondo-lhe o nome de Porto Seguro, que ainda retêm, o de Pascoal ao monte, que primeiro avistára, e o de Santa-Cruz á terra, da qual tomou posse em nome d'el Rei de

Portugal, levantando um padrão de pedra com as armas Reaes. Demorou-se ali Cabral desde 21 d'abril do sobredito anno a té o dia 3 de maio, em que, depois de despachar para Lisboa a Gaspar de Lemos com cartas para el Rei, noticiando-lhe o novo descobrimento, seguiu viagem para o seu destino.

Postoque mero effeito do acaso, o descobrimento do Brasil por Cabral em 1500 é um facto certo, innegavel e constante, como se depreheende da carta, que Pedro Vaz de Caminha, escrivão da armada, escreveu a el Rei D. Manoel de Porto-Seguro em oito de Maio daquelle anno, e de outros muitos documentos, e como o comprovão as primeiras cartas geographicas, que da America apparecerão, nas quaes o Brasil vem designado com o nome que lhe poz Cabral de Terra da Santa Cruz. E se por descobridor de terras remotas só

deve ser reputado rigorosamente aquelle que , alem de ser o primeiro , que as achou , e dellas tomou posse em nome de seu governo , adiantou-se tambem a todos em determinar a latitude e longitude dellas, em dar noticia dos indigenas e naturaes, e de seus costumes, e em pol'os em communicacão e trato com as demais nações, certo que este titulo e gloria pertence unicamente a Cabral, por isso que de nenhum destes requisitos se achão acompanhadas as relações das explorações de Lepe e de Pinson, e ainda menos as das suppostas viagens de Vespucio.

Foi longa, e mais que muito vagarosa e diuturna a colonização do Brasil, e era natural, em nosso entender, que assim fosse, contra a opinião de alguns autores nacionaes e estrangeiros, que taxaõ D. Manoel de remisso em povoar o rico territorio, que á sua corõa

ajuntára a boa fortuna da Cabral, sem attentarem que do novo descobrimento não foi D. Manoel informado, senão em junho de 1500 com a chegada de Gaspar de Lemos; que havendo bem poucos annos, que Vasco da Gama havia dobrado o cabo de Boa-Esperança, e navegado até Calecut, devia el Rei, D. Manoel de necessidade ter todo o intento posto na conquista e navegação da India, e empregar todas as forças do reino para metter-se de posse d'um paiz, cuja riqueza e producções erão ja d'ha muito conhecidas, procuradas e tidas em grande preço na Europa e devia por consequencia despertar-lhe muito mais a cobiça e lisongear-lhe a ambição, do que o dominio do vasto territorio do Brasil, do qual a unica cousa, que até ali se sabia, se resumia em ser habitado por infindas tribus barbaras e selvaticas; alem de que a marinha portu-

gueza, com quanto tivesse feito grandissimos progressos depois da expedição de Ceuta, não era nessa época tão numerosa, que fosse sufficiente para a conquista do Oriente e a occupação do Brasil.

O que não obstante, e apesar de se acharem exhaustas as forças do reino, ou pelo menos deitadas ao longe, não deixou el Rei D. Manoel de dar o apreço, que devia, áquelle novo descobrimento, dando delle parte a el Rei de Castella, e ao Summo Pontifice.

Em prova do que, dirémos que nesse mesmo anno, se nos referirmos ao testemunho de Galvão, escriptor contemporaneo, despachou el Rei a Gonçalo Coelho para o Brasil, e este habil marítimo, depois de haver reconhecido quasi toda a costa, seguiu o lançamento della até o 32° de latitude austral.

1503. — Depois da volta desta expedição, mandou D. Manoel outra, que constava de seis náos, de que foi commandante Christovão Jacques, que descobrio a Bahia, assentou á entrada della um padrão de pedra com as armas Reaes, e explorou a costa até o cabo das Virgens, á entrada do estreito, que ao depois tomou o nome de Magalhães.

Nesse mesmo anno aos 10 de julho, tornou Gonçalo Coelho, com seis náos, de mandado do mesmo monarca, a explorar a costa do Brasil, segundo no lo refere Osorio, escriptor tambem contemporaneo, o que aquelle celebre navegante poz em effeito, visitando quasi todos os portos, abras, e enseadas, e levantando nelles e nellas padrões de pedra com as armas Reaes, como era naquelle tempo costume.

Não cahio a el Rei D. Manoel da lembrança, segundo nos parece, o aviso e

advertencia , que lhe fez o escrivão da armada de Pedro Alvares Cabral, Pedro Vaz de Caminha , do quanto convinha *ter ali uma pousada para aquellas viagens de Calicut*; pois vemos; que d'ali em diante todas as armadas despachadas para a India fazião, talvez por ordem, escala pelo Brasil. Assim a em que para lá passou neste mesmo anno de 1503 o celebre Affonso de Albuquerque foi reconhecer o Brasil.

1505. — A armada de 20 náos, commandada por D. Francisco d'Almeida , que partio de Lisboa aos 25 de março desse anno, foì tambem reconhecer o Brasil, e navegou ao longo de suas costas.

1506. — O mesmo praticou a que em 6 de março do anno de 1506, constando de 11 náos, partio de Lisboa para a

India, de que era capitão mor Tristão da Cunha.

Os reconhecimentos e explorações, de que fallamos, e outros muitos delles e dellas, cujas noticias se perderão por descuido dos escriptores portuguezes daquelles tempos, demonstrão que el Rei D. Manoel não entendia abrir mão da nova conquista do Brasil, nem deixal'o por povoar, e tirar delle os proveitos, que as investigações ulteriores lhe fossem descobrindo: é certo que não deixou de fazer ali algumas feitorias pelo teor das que ja muito antes desse tempo, e no reinado de D. João II, seu antecessor, tinham os Portuguezes na costa d'Africa, como foi a que entre os annos de 1503, 1504, assentou na Bahia de Porto-Seguro Christovão Jacques, para o estanco Real do páo-brasil, estabelecimento que subsistia ainda passados sete annos, pois

que no de 1513, segundo refere Damião Goes, estando D. Manoel em Santos o Velho, lhe fora ali fallar Jorge Lopes Bixorda, que trazia então arrendado aquelle contrato. Pelo mesmo teor, é natural que existissem outros fundados pelo mesmo Rei em diversos sitios do maritimo do Brasil.

Comoquerque seja, na falta de memorias fieis, sobresaltaremos o restante do reinado d'el Rei D. Manoel, e passaremos ao de seu successor D. João o 3º deste nome, por ser nelle e do anno de 1534, em diante, que se tratou seriamente de povoar o Brasil.

1534-1535.—Para atalhar as incursões dos Francezes, e d'um sem numero d'aventureiros das diversas nações da Europa, que ião traficar no Brasil, onde poderião fazer assento, achando-o devoluto, e como sem dono, determinou

D. João III repartil'o em capitánias, fazendo doação d'ellas a diversos fidalgos, e particulares, que havião servido com distincção na India, com a obrigação de as povoarem e cultivarem, dando a cada uma o seu respectivo foral, de cuja leitura se colhe, que em algumas dellas e especialmente nas da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, ja nesse tempo havião algumas pequenas povoações.

Forão os agraciados com a doação d'uma capitania no Brasil os seguintes: João de Barros, Duarte Coelho Pereira, Francisco Pereira Continho, Jorge de Figueiredo Correa, Pedro de Campos Tourinho, Pedro de Goes, Martim Afonso de Souza, e Pedro Lopes de Souza, seu irmão.

A este arbitrio e resolução de D. João III, ao parecer de seu conselheiros prudente, e acertado nas circumstan-

cias, em que então se achava o reino, cada vez mais empenhado na conquista do Oriente, não correspondeo o successo, sendo a maior parte dos donatarios mal succedidos em suas empresas, como passamos succintamente a relatar.

O celebre historiador João de Barros, a quem tocou a capitania do Maranhão, que constava, como as mais dellas de cincoenta legoas de costa, confinada com a de Itamaraca, associando-se com Fernando Alvares de Andrade, e Aires de Cunha armarão dés navios, embarcarão nelles obra de novecentos individuos e o provimento necessario para a colonia, que intentavão fundar, e de cuja direcção devião ficar encarregados os dous filhos do donatario; de tudo porém deo cabo o mar, naufragandò os navios nos baixos e arrecifes, que encrespão a costa oriental da ilha do

Maranhão, e os proprios filhos do donatario, depois de escaparem do naufrágio, viérão porfim a acabar ás mãos dos Potiguares.

Francisco Pereira Coutinho, donatario da capitania da Bahia, posto que no principio fosse bem succedido, assentando morada no lugar que ao depois foi conhecido com o nome de Villa-Velha, não teve a prudencia necessaria, que era mister para viver em paz com os Brasís que estavam de posse do paiz, chamados Tupinambas ou Tupinambazes, os quaes, depois de arrazarem os poucos estabelecimentos que tinha feito, o obrigarão a se pôr em salvo, accollendo-se aos Ilhéos, capitania de Jorge de Figueiredo e de lá a Porto-Seguro, capitania de Pedro do Campo Tourinho, donde voltando para a Bahia, convidado pelos mesmos Brasís, e naufragando

nos baixos da ilha de Itaparica, foi por elles morto.

A' epoca da residencia deste donatario em sua capitania, se reporta a historia de Diogo Alvares Pereira, appellidado geralmente Caramurú ou Abatati, segundo assegura Jaboatão, historia envolta senão nas trevas do esquecimento, naquellas em que fica todo o facto, que não é posto em memoria por escripto no tempo, em que se passou. Por tanto não nos cançaremos em esclarecer este ponto historico, por isso que não é com supposições, que elle pode sel'o. O que é certo e constante, é que, na época de que tratamos, vivia entre os Indios, que dominavão no maritimo da provincia da Bahia, um Portuguez que ali naufragára não se sabe em que anno, pode bem ser da náó, de que era capitão Manoel da Cunha, a qual se perdeu

na viagem da conserva da esquadra de sete náos, segunda, que no anno de 1510 despachou el Rei D. Manoel para a India, de que era capitão mor Gonçalo de Siqueira, conforme se acha escripto no bellssimo manuscripto da Bibliotheca imperial de Pariz, do capitão Rezende: que o dito Portuguez, chamado Diogo Alvares Pereira, era da provincia de Minho, e por isso lhe davão o alcunha de Gallego; que tendo algum predomínio sobre os Indios, ajudou muito a seus compatriotas, e a Coutinho a estabelecer-se e a fazer alguns engenhos, e até ao Jesuíta Nobrega, acompanhando-o, quando ia ás aldeias a pregar, e tratar da conversão dos Indios; nisto se cifra quanto se sabe de certo ácerca deste Portuguez, que parece ser o primeiro Europeo, que viveo e morou na provincia da Bahía.

Pedro de Goes, a quem foi doada a

capitania da Parahiba, não foi tam pouco bem escançado, por isso que depois de se ter fortificado em sua capitania, e vivido obra de dous annos em paz com os Goitacazes, acabarão estes por fazer-lhe crua guerra com o fito de arrazar a recente povoação, e matarão não poucos Portuguezes nas investidas e assaltos, que lhe davão; aponto que os que delles escaparão, instarão com o donatario, por que desamparasse a nascente colonia, o que elle fez, passando-se em uma embarcação para a capitania do Espirito-Santo.

Vasco Fernandes Coutinho, donatario dessa capitania, não foi mais feliz, que Goes, por isso que, depois de ter debellado os Botecudos e Guayanazes que a povoavão, e de ter lançado os fundamentos da futura cidade de Nossa-Senhora da Victoria, construido um

forte, e feito alguns engenhos d'assucar, fazendo-se-lhe preciso ir a Lisboa para prover-se de mais gente e colonos, deixou a capitania entregue a Jorge de Menezes, o qual foi morto pelos Guayanazes, e no cabo de varios successos, quando Vasco Fernandes Coutinho voltou, achou tudo arruinado, e apesar do reforço de gente que lhe mandou Mendo de Sá, acabou pobre, deixando um filho, cujo destino se ignora.

Jorge de Figueiredo Correa, escrivão da Fazenda Real, donatario da capitania dos Ilhéos, não podendo, em razão de seu officio, passar-se á ella, mandou em seu lugar um cavalheiro hespanhol chamado Francisco Romeiro, que não adiantou muito à colonização, e cultivou as terras, de sorte que por morte do donatario, tomou o filho por bom partido vender a capitania a certo Florentino por nome Lucio Geraldès, o qual

conseguiu fazer alguns engenhos, que forão, dentro de pouco tempo, destruídos e arrasados pelos terríveis e nunca assás domados Aimorés ou Botecudos.

Luiz de Mello da Silva, a quem D. João III fez mercê da capitania de Maranhão, por deicação e renuncia que della havia feito João de Barros, foi também mal succedido, fazendo naufragio nos mesmos baixos que Ayres da Cunha.

Não assim Duarte Coelho Pereira, donatario da capitania de Pernambuco, por que, se bem que nos primeiros annos se visse obrigado a peleijar com os Cahetes, que assim se chamavão os Brasis, que erão os senhores daquellas terras, acabou por edificar a cidade d'Olinda, e fabricar não poucos engenhos, deixando por sua morte ao filho dés mil cruzadas de renda.

Devemos porèm advertir que Duarte

Coelho Pereira não povoou aquella capitania de fogo morto, que ja nella havião alguns moradores portuguezes, e até uma feitoria, talvez fundada no tempo d'el Rei D. Manoel; como se colhe de uma carta de Martim Affonso de Souza, que vem em Souza (*Provas da Hist. geral*, t. VI, p. 318), dirigida a el Rei D. João em 28 de setembro de 1532, em que lhe participa que a esquadra portugueza, que guardava o Estreito havia tomado um navio francez que, no anno antecedente, tinha ido a Pernambuco, e arruinado a feitoria portugueza, que ali havia.

Pedro do Campo Tourinho teve igual ventura, porque chegando a sua capitania de Porto-Seguro, já ali achou um certo numero de Portuguezes, provavelmente os degradados que Cabral deixára na terra, e os dous grumetes que, segundo escrevia Pedro Vaz de Caminha

a-el Rei D. Manoel, tinhão fugido no esquife de noite na vespera da partida. Com o auxilio destes, e dos filhos que tinhão havido das mulheres da terra, conseguiu viver em paz e boa união com os Tupiniquins, e dentro em pouco tempo começou a nova colonia a mandar para Lisboa navios carregados d'asucar e de páo-brasil.

Pedro Lopes de Souza, irmão de Martim Alfonso do mesmo appellido, donatario da capitania de Itamaráca, por doação a elle feita por D. João III, em 21 de janeiro de 1535, de trinta legoas de terra na costa do Brasil desde a bahia d'Acejutibiro até o rio Iguaraçú, povoou a sobredita ilha, e fez algumas plantações e engenhos no que gastou tres annos, e não pouco de seus haveres, porém embarcando-se provavelmente para prover a recente colonia do mais, de que tinha necessidade, pereceo em

um naufragio, antes de ter podido occupar-se da parte continental da mencionada capitania, e seu filho e successor nella tambem o não pode fazer, por ter de acompanhar a el Rei D. Sebastião á Africa, onde morreo na desastrada batalha d'Alcacerquibir.

Mártim Affonso de Souza, donatario da capitania de São-Vicente por alvará de 20 de novembro de 1530, foi tambem nomeado governador, ou, como querem outros, capitão mor do Brasil, e levou ordens e instrucções de D. João III para explorar e fortificar o mais que podesse o maritimo daquello novo descobrimento; o que elle comprio e executou ponctualmente, porque, em chegando a Bahia, fez presa em dous navios francezes, e depois de tomar alguns refrescos em Porto-Seguro, proseguindo em suas explorações ao longo da costa, descobrio a bahia de Nithe-

rohy, a que poz o nome de Rio de Janeiro por ter entrado nella no primeiro deste mez. Appellidou-a Rio, não que ignorasse era um braço de mar, mas por se amoldar com o estilo e costume dos maritimos portuguezes de seu tempo, que davão o nome de rio a toda agoa corrente entalada entre duas porções ou empostas de terra: assim que por vezes ajuntavão a declaração respectiva de rio d'agua doce ou de rio d'agua salgada, e proseguindo avistou a barra de Tijuco, a de Guaratiba, e costeando a restinga de Marambaia, entrou na enseada a que deo o nome de Angra dos Reis, por ter nella entrado em 6 de janeiro; passou depois a explorar a barra de Cairuçú, reconheceo os ilhotes que ao depois forão designados com o nome de Ilha dos Porcos, e deitando mais avante em sua navegação foi ter a um rio e ilha, os

quaes, por que os descobrio em 22 de janeiro, intitolou de São-Vincente, e como as terras lhe parecessem pingues e capazes de responder com frutos a quem bem as amanhasse, determinou de assentar ali a sua colonia, lançando desde logo os fundamentos da villa, que appellidou tambem do nome do mesmo santo.

1549. — Achando-se vagas e por conseguinte devolutas á Corôa as diversas capitancias que atrás apontamos, a excepção das de Martim Affonso, de Duarte Coelho Pereira, e de Pedro do Campo-Tourinho, e continuando diversos aventureiros Europeos a infestálás, determinou el Rei D. João III de impedir se assenhoreassem outras nações das terras descobertas por seus vassallos, e de que elles erão os preoccupantes, povoando-as e fortificando-as; dando

emfim ao Brázil uma forma regular de governo, á imitação do das outras suas conquistas d'Africa e d'Asia. Para esse fim, conferio a Thomé de Souza, pessoa de sua confiança, e que tinha militado na India com creditos de valeroso e experimentado, o titulo e patente de governador general do Brazil, e para remediar aos abusos e actos arbitrarios, de que de continuo se queixavão os colonos e moradores daquelles seus dominios, nomeou nessa mesma occasião tambem um ouvidor geral, um vedor de sua real fazenda, e varios outros sujeitos, todos gente escolhida para diversos empregos. Não se descuidou o monarca, tratando do temporal á volta do divino, de mandar, nesta mesma occasião, alguns frades da companhia de Jesus, instituida em 1534, e que acabava de ser approvada por bulla do papa Paulo III de 27 de setembro

de 1540, para tratarem da conversão e civilização dos Brasis e da administração dos sacramentos, e fabrica d'um collegio. Levava Thomé de Souza ordem de lançar os fundamentos da cidade da Bahia de Todos os Santos, e de a fortificar de modo que podesse resistir aos assaltos dos naturaes do paiz, e ás interpresas dos cossarios e aventureiros da Europa.

Pode-se pois dizer com verdade que a colonização do Brasil, do florescente imperio sud-americano, pouco mais ha de trezentos annos, que teve principio; verdade historica tão palpavel e evidente, que ella só basta, em sendo enunciada, para mostrar com quanta injustiça levantão os estrangeiros que somos, nós e aquelles, de quem descendemos, desleixados, inertes, e preguiçosos.

Desembarçou Thomé de Souza em

Villa-Velha com a gente , que trazia , a qual constava de trezentos militares , oitocentos colonos , quatrocentos degredados , e seis jesuitas , dos quaes vinha por superior o P^e Manoel da Nobrega ; ali achou a Diogo Alvares , que , com alguns parentes e mais algumas pessoas que havião escapado do naufragio nos baixos de Itaparica , vivia em paz com os naturaes do paiz , os quaes todos se prestarão de boa vontade a ajudar o governador na fabrica da nova cidade , que fundou n'um sitio arredado obra de meia legoa de Villa-Velha , e no curto espaço de quatro mezes a cercou dum muro de taipa. Deo tambem principio á construcção da cathedral , do palacio do governo , alfandega , e collegio.

1550. — Não se descuidou el Rei D. João III , resolutos a povoar o Brasil , de

prover a nova colonia e recente cidade de quanto podia ser necessario para se celebrarem nella com decencia os officios divinos, mandando neste anno á Bahia uma armada, constando de algumas galeras e navios commandados por Simão da Gama de Andrade, na qual passou ao Brasil o seu primeiro prelado o bispo Pedro Fernandes Sardinha, com muitos clerigos paramentos e vasos para a sé, e mais igrejas, e não poucos casaes de diversos animaes domesticos.

Custou esta expedição e a em que passou á Bahia o governador general do Brasil Thomé de Souza trezentos mil cruzados.

- 1551. — O que não obstante, no anno seguinte de 1551, despachou o mesmo Rei outra armada, de que foi capitão Antonio d'Oliveira, com mais alguns degredados, um certo numero de ca-

saes de colonos, e de dónzellas de nobre nascimento que tinham sido educadas no recolhimento dos Orphãos de Lisboa, as quaes a rainha D. Catharina encommendava ao governador fizesse por casar com os homens mais distinctos daquella nova colonia. Vinhão tambem nessa armada alguns escravos africanos e gado vaccum e cavallar para serem repartidos pelos habitantes, obrigando-se elles a pagar a importancia com os fructos e generos, que colhessem da terra, que agricultavão, ou com os dias de trabalho e serviços, que prestassem ao governador.

1552. — Em todas estes annos, mandou el Rei D. João III novos subsidios para a fortificação, e augmento da metropoli dos seus Estados na America.

Visitou Thome de Souza as outras capitancias, e remediou a diversos abu-

sos que nella se tinham introduzido por incuria e desleixo dos donatarios, e solicitou licença para se recolher a Portugal, o que se lhe concedeo.

1553. — Succedeo-lhe no governo D. Duarte da Costa, que chegou a Bahia em 13 de julho do sobredito anno 1553. Vierão com este novo Governador mais sete jesuitas, e entre elles o respeitavel José Anchieta. Os factos mais notaveis occorridos, durante o governo de D. Duarte da Costa forão a conquista do reconeavo, e as contendias e disputas que teve com o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, o qual ou por ser chamado á corte, ou por que entendesse sêrião mais attendidas nella as suas reclamações, se elle ali fosse, partio para Lisboa em companhia de outras pessoas, sendo uma dellas o primeiro provedor da fazenda Real Antonio de Barros, depois de ter

naufrado nos baixos chamados de D. Rodrigo, na enseada de Cururipe em 16 de julho de 1556, como proseguisse por terra para Pernambuco, foi assassinado e comido pelos Cahetes com quasi todos os que o acompanhavão, ao atravessar o rio de São-Miguel.

Tal foi o destino do primeiro prelado diocesano Brasileiro, e o lugar em que se passou tão luctuosa e barbara tragedia ficou infamado e tido por um novo Gilboé.

1558. — A' D. Duarte da Costa succedeo neste anno, posto que tivesse sido nomeado dous annos atraz, Mem de Sá, da nobilissima familia dos Sá, varão verdadeiramente talhado para occupar o posto de governador general do Brasil, e cuja memoria será sempre grata aos Brasileiros, por ser elle quem, nos quatorza annos que teve na mão o

leme do governo, deu o maior impulso á colonizão do Brasil, e á conversão e civilização dos Brasís, seus brutos e selvaticos aborígenes ajudado dos padres da companhia de Jesus, que nesse tempo se mostrarão animados d'um zelo verdadeiramente apostolico.

Sujeitou este governador a sua obediencia grande parte dos indigenas, já com docès e amigaveis conselhos, já com as armas, ao passo que os defendia contra os insultos e injustiças dos colonos. Soccorreo e ajudou aos moradores da capitania do Espirito-Santo, que se achavão postos em sitio pelos naturaes do paiz, descativando-os do continuo sobresalto em que estavam á custa da vida de seu proprio filho Fernando de Sá, que foi o cabo d'esta expedição na qual foi morto.

1559-1560. — Ainda então não exis-

tia povoação alguma européa no lugar onde está sita a populosa cidade do Rio de Janeiro, nem em suas adjacencias e costas, de que estavam de posse os Brasís, appellidados Tamoios. O que foi occasião para os Francezes ali se estabelecerem e fortificarem, debaixo das ordens de Nicolão *Durand de Villegagnon*, na ilha que ainda hoje conserva o seu nome, em 1555. Recebendo porém Mendo de Sá ordem da rainha D. Catherina, que governava nesse tempo o reino na minorvidade d'el rei D. Sebastião, de expulsar d'ali os Francezes, para que mandava de reforço a esquadra commandada por Bartholomeu de Vasconsellos que chegou a Bahia em 16 de janeiro de 1559, deo-se pressa em executal'a, e ajuntando a gente que pode da Bahia, do Espirito-Santo e Porto-Seguro navegou para o Rio de Janeiro, em cuja barra teve de

se demorar á espera da gente que tinha mandado vir de São-Vicente e de Santos, e em tendo toda a gente junta, entrou no porto do Rio de Janeiro e no cabo de uma renhida e bom disputada batalha acabou por desalojar os Francezes, que se virão obrigados a capitular.

Pouco tempo descansou depois de haver conseguido esta victoria, porque logo que foi de volta a Bahia, teve de vestir as armas para ir soccorrer os moradores de São-Jorge dos Ilhéos, capital daquella capitania e outras povoações, expostas de continuo ás assaltadas dos Aimorés.

1562. — Antes de se recolher á Bahia, havia Mendo de Sá nos desoito mezes, que se demorou no Rio de Janeiro, lançado os alicerces da cidade, que appellidou de São-Sebastião, por ser no dia

deste santo que alcançára de vencer, e expulsar daquella terra os Francezes, deixando por governador della e da respectiva capitania a seu sobrinho Salvador Correa de Sá, por ter sido morto na acção outro seu sobrinho o destemido Estacio de Sá. Falleceo Mendo de Sá em 1572.

Ja a esse tempo, Salvador Correa de Sá tinha sido rendido no governo da recente capitania do Rio de Janeiro, depois de ter acabado a fabrica da cidade e da Igreja, por Christovão de Barros, que continuou a governar sem maior novidade, regulando-se pelo exemplo de seu antecessor, até o anno de 1570, em que o Brasil foi repartido em dous governos, sendo o primeiro governador da parte meridional do Brasil, que segundo a nova divisão, que durou bem pouco tempo, começava no rio Jequitinhonha

e fenecia na capitania de São-Vicente.

1572. — Para succeder a Mendo de Sa, havia D. Sebastião nomeado dous annos antes a Luiz de Vasconcellos, que partio de Lisboa em 1570 com sete navios, em que ião para o Brasil sessenta jesuitas, e como arribassem á ilha da Madeira, e o capitão d'um dos ditos navios, chamado Santiago, em que se achavão 39 dos ditos padres, com licença do governador, fosse a ilha da Palma vender algumas fazendas, foi tomado pelo corsario calvinista Soria, o qual mandou passar á espada todos os padres, á excepção d'um leigo, por ser cozinheiro.

Foi tal o pesar que teve Luiz de Vasconcellos com este infeliz successo que falleceo na viagem, a qual foi sobramaneira demorada.

Luiz de Brito de Almeida tomou, no


anno de 1572, posse do governo, e tratou immediatamente de dilatar os limites da cidade e provincia, debellando os Brasís, que se oppunhão a que se penetrasse no sertão do paiz, e logo no outro anno mandou ao descobrimento das pedras preciosas aos cerros de Porto-Seguro e do Espirito-Santo primeiro a Sebastião Fernandes Tourinho, e em segundo lugar a Antonio Dias Adorno, e sabendo que os Francezes infectavão o maritimo da provincia e ião ao rio Real, de cujas margens tiravão grande quantidade de páo-brasil, mandou fazer uma povoação por Garcia d'Avila, nas margens do sobre-dito rio, o que se effeitou, não sem grande opposição da parte dos indigenas. Continuou este governador no governo com geral satisfação até lhe chegar successor, o que teve effeito em 4 de agošto de 1578.

1578. — Diogo Lourenço da Veiga , que veio render Luiz de Brito e Almeida, nos tres annos de seu governo , não fez cousa, que mereça mencionar-se ; diremos todavia que foi durante a sua administração, que se estabeleceo na Bahia a ordem religiosa dos beneditinos. Falleceo este governador em 1581, e como entretanto tivessem occorrido em Portugal os acontecimentos, que forão occasião de reunir-se a corôa deste reino com a de Hespanha, e não se achassem as costumadas vias de successão, foi a provincia governada pela camara da capital della e pelo ouvidor geral, Cosme Rangel de Macedo.

1583. — Veio tomar-lhes o posto Manoel Telles Barreto, primeiro governador nomeado por Felipe o Prudente, que tomou posse do governo em 13 de junho de 1583, e falleceo em 1587, pas-

sando o governo por via de successão ao bispo D. Fr. Antonio Barreiros , e ao provedor mór Christovão de Barros.

Parémos aqui com a narrativa, e antes de passar a historiar o mais que acconteceo em nosso paiz, depois que elle, seguindo o destino da metropoli, passou para o dominio dos Hespanhoes, contraporemós o Brasil do tempo de seu primeiro governador general, Thome de Souza, ao Brasil do anno de 1578, no qual Luiz de Brito de Almeida entregou o governo d'elle a seu successor Diogo Lourenço da Veiga, por entendermos que só comparando o numero de habitantes que tinha no governo do primeiro com o dos que nelle residião durante a administração do segundo, é que se pode ajuizar cabal e verdadeiramente do vagar, ou diligencia com que se houverão os Portuguezes na colonização da terra achada por Cabral.



Já vimos, em o decurso deste resumo historico, que no governo do primeiro governador general do Brazil, era a cidade da Bahia, depois que elle a fundou, a povoação de maior vulto, que havia em sua vasta e dilatada marinha, e todavia não tinha a nova cidade, quando muito, senão ao redor de duzentas casas, e mais algumas nos suburbios: donde se infere devia ser mediocre o numero dos moradores.

Olinda, na capitania de Pernambuco, povoada por Duarte Coelho Pereira, constava de mui poucas casas, e estava bem longe de poder competir em população com a Bahia, sendo que correndo por conta do donatorio, era natural fosse o seu augmento á proporção das faculdades delle.

Não estava mais adiantada em moradores a capitania de Porto-Seguro, com quanto o donatario achasse ali a

gente da feitoria e estanco de pão-brasil, os degradados, que Cabral trouxera, e os filhos que tinham tido com as mulheres da terra.

O mesmo diremos ácerca das demais capitánias, a braços com mil privações, e sempre ás lans com os indigenas.

Mudarão porèm de face as cousas, com o volver dos annos, e no de 1578, em que Luiz de Brito entregou o governo a Diogo Lourenço da Veiga, seu successor, tinha ja a cidade de São-Salvador óbra de seis mil vizinhos, e perto de dous mil no reconcavo e suburbios, e talvez mais, entre negros e indigenas; pois que, em tempo de guerra, podia fornecer 200 homens de pé e 500 de cavallo. Passavão de cincoenta as igrejas dentro e fóra da cidade, das quaes muitas erão freguezias, não fallando em tres mosteiros e no collegio dos padres da Companhia. Tinha-se dado principio

à fabrica do arsenal e do estaleiro, e já nesse tempo o luxo tinha feito grandissimos progressos, signal certo da abundância e riqueza dos moradores. Com effeito não erão poucos os que tinham de 3 para 5 mil cruzados de renda, e propriedades do valor de vinte até sessenta mil cruzados, e como as ruas fossem em geral ladeirentas e ingremes, a maior parte delles, em vez de andar a pé, se fazião transportar em certa especie de palanquins chamados então serpentinas, nome que se mudou mais tarde no de tipoias, e em nossos dias no de cadeiras.

O mercado era bem provido de pão . e o vinho de Madeira e das Ilhas era abundante. A fortificação se reduzia a alguns baluartes de terra, e poucos fortes com perto de oitenta peças d'artilharia. Havia no porto mais de trezentas sumacas, pertencentes aos mo-

radores, e cem navios, que se podião artilhar, não fallando n'um semnumero de canõas e saveiros; erão trinta e seis os engenhos, que moião no recomcavo, e muitos delles com agua, deitando acima de trinta mil quintaes o assucar, que se exportava: todos os animaes domesticos, que se tinham levado da Europa, havião admiravelmente multiplicado, e particulares havia, que tinham manadas de quarenta e cincoenta egoas.

Olinda, ainda que se não achasse no estado de prosperidade e pujança, que nos representa Barleo em 1630, quando foi arrazada e destruida pelos Hollandezes, tinha todavia tido não pequeno augmento, e constava já, na epoca de que tratamos, de setecentos vizinhos, e em cada engenho não havia menos de trinta, sem fallar nos negros, ou escravos, cujo numero, em toda aquella capitania, não exageramos, orçando-o em quatro

ou cinco mil, por isso que, em tempo de guerra, fornecião seiscentos homens de pé e quatrocentos de cavallos. Toda a industria se limitava ao fabrico d'açucar, e ao corte de páo-brasil, e outras madeiras de tinturaria, generos, que davão annualmente carga a quarenta e cinco navios.

A capitania de São-Vicente tinha tambem feito grandes progressos. Braz Cuba, representante do donatario Martim Affonso de Souza havia fundado em Santos um dos primeiros hospitaes do Brasil, e alcançado o titulo de villa, para aquella povoação, que constava então de quatrocentos Portuguezes, quasi todos casados com indigenas, e que tinham muitos escravos, tanto d'Africa, como da terra. Além de Santos, havia nesta capitania diversas outras povoações consideraveis; faremos menção especial de duas : Santo-André, de que actualmemente

nenhum vestigio existe, e que todavia devia ser de alguma importancia, por isso que Thome de Souza, o primeiro governador do Brasil, lhe conferio o titulo de villa, e São-Paulo de Piratininga, hoje a capital da provincia.

A capitania do Espirito-Santo, desafortada dos temiveis Aimores, começava a florecer, graças ao estabelecimento de um collegio de jesuitas, que fizeram um semnumero de néophitos.

A excepção da capitania de Porto-Seguro, as demais não deixavão de se acharem augmentadas em população; na dos ilhéos vivião já mais de cem familias portuguezas, com sufficiente numero de escravos.

Do que fica exposto se infere que o governo de D. João III, não obstante as guerras, em que se achava empenhado na Africa e sobre tudo na Asia, havia feito, segundo permittião as forças

d'um tão acanhado reino, tudo quanto era possível para colonizar o Brasil. Que mais se podia esperar d'um reino que, rigorosamente fallando, não tem mais que 144 legóas franquezas de comprimento e 42 de largo, e cuja população, por mais numerosa que então fosse, se achava, como diz Camões, a maior gloria delle, deitada ao longe, e derrâmada pela India, Arabia, Persia e Ethiopia? De certo, que não hão feito pouco os Portuguezes, fundando, n'uma região delles tão remota, uma colonia tão adiantada em civilização, população e riqueza, que sem violência, e quasi de seu se convertéo em um florente imperio.

Assim ia progredindo a colonização do Brasil, senão com a actividade e promptidão, com que se teria havido uma nação mais possante e industriosa, que a portugueza, com a dili-

gencia, que se compadecia com a necessidade, em que se via aquelle governo de prover á segurança e conservação de suas tão extensas, como derramadas e remotas conquistas, e pode ser que essa tal qual applicação, que punha em povoar o Brasil, viesse ao longo, no cabo de muitos annos, a sortir o desejado effeito, senão fôra a catastrophe de Alcacerguibir, e em consequencia della a incorporação de Portugal á Hespanha debaixo do sceptrô dos Felipes.

1580. — Manoel Telles Barreto, primeiro governador do Brasil, que nomeou Felipe o Prudente, tomou posse do governo em 11 de junho de 1583, e falleceu em março de 1587. Os successos mais notaveis occorridos durante os 4 annos que governou o Brasil, forão, a revolta dos Petiguares, que ajudados pelos Francezes, commetterão muitas

hostilidades na provincia da Paraiba, e contra os quaes mandou o governador general a Diogo Flores de Valdez por mar; e por terra ao capitão Fructuoso Barboza, o qual, com o auxilio dos Tupinambas, tomou o forte de Cabedello, e fundou ao pé delle uma povoação, que mais tarde foi appellidada em honra do rei que então reinava a cidade Felipea. Os Francezes, apenas avistarão a esquadra de Flores, embarcarão-se e derão á vela.

1587. — Neste anno que, como temos dito, foi o ultimo do governo de Manoel Telles Barreto, foi creada villa a povoação de Cananéa, sita numa ponta da Bahia do mesmo nome.

Por fallecimento do governador, ficarão governado o bispo D. Fr. Antonio Barreiros, e Christovão de Barros, provedor mor da fazenda, e o fizerão sem

maior novidade por espaço de quatro annos, por ter Francisco Geraldés dos Ilhéos, que fora nomeado para os substituir, depois de arribar duas vezes à Lisboa, renunciado ao governo.

1591. — No ultimo anno do governo do bispo D. Fr. Antonio Barreiros e do provedor mor Christovão de Barros, fundou este por ordem, que para isso teve do governo a villa de Sergipe ou de São-Christovão, actualmente capital da sobredita provincia. Tambem-nesse mesmo anno, se apoderou o Inglez Cavendish da villa hoje cidade de Santos, e a saqueou, e como intentasse fazer outro-tantò a do Espirito-Santo, foi repellido com morte de muitos dos seus, e voltando para Inglaterra, morreo no mar, dizem que de paixão.

D. Francisco de Souza, que succedeo no governos aos precedentes, tomou

delle posse no anno, de que tratamos. Vinha este novo governador com o titulo de marquez de Minas, que lhe havia conferido o monarca hespanhol na esperanza de se descobrirem as que Roberto Dias, descendente, segundo affirmão alguns autores, posto não seja isso bem averigado, de Diogo Alves Correa e de sua mulher, tinha ido prometter-lhe com o fito de obter o sobredito titulo: chegando D. Francisco de Souza á Bahia, deo licença a Roberto Dias para ir ás suas fazendas, e espera-l'o nellas, para ao depois irem juntos ao descobrimento das suppostas minas, o que tudo se frustou, por industria de Roberto Dias, que o levou por caminhos e sitios, onde não depararão com ellas, e no entretanto veio Roberto Dias a fallecer.

No Rio de Janeiro, governava, com o titulo de capitão mor, Salvador Correa, o qual, como fosse nomeado por

Felipe II superintendente das minas d'ouro novamente descobertas em Paranaguá, e na provincia do Espirito-Santo, partio para as sobreditas minas, encarregando do governo daquella capitania a Francisco Mendonça de Vasconcellos, o qual governou até ser rendido em 1602 por Martim Correa de Sá, filho de capitão mor titular, o qual se conservou no governo até o anno de 1608.

1602. — Tornando a capitania da Bahia, diremos que a D. Francisco de Souza succedeo Diogo Botelho, que governou seis annos. Pôr ordem deste governador, foi o capitão Pedro Coelho de Souza encarregado de explorar a costa da actual provincia, e de expulsar della certo Francez dô appellido de Montbille, o qual tinha feito um ajuste com o Cabeceira Mel Redendo, que era o Brasil mais poderoso naquellas costas,

o que conseguiu retirando-se os Francezes, e sujeitando Pedro Coelho a sua obediencia o proprio Mel Redondo.

1608. — Succedeo - lhe no governo D. Diogo de Menezes, que havia sido anteriormente capitão mor da capitania da Parahiba, cuja villa havia sido elevada a categoria de cidade em 1583, comquanto não tivesse senão obra de novecentos para mil vizinhos. Em seu governo, foi creada a Relação da Bahia, e por ordem d'elle fez Martim Soares Moreno um forte á entrada do rio Potengi ou Potangi, para atalhar e resistir aos Francezes, que tratavão de se apoderar do Maranhão, que ainda então estava por povoar. Foi tambem na administração deste governador, é em 1610 que se procedeo ao exame e medição dos rochedos conhecidos com o nome d'A-brolhos, que os primeiros navegantes

portuguezes chamavão o Parcel dos Paredes, e que logo no anno seguinte se fundou no sertão da actual provincia de São-Paulo, distancia d'uma legoa da margem esquerda do rio Tieté, a villa de Mogi das Cruzes.

1613. — Gaspar de Souza, que succedeo a D. Diogo de Menezes, teve ordem expressa d'el Rei, como tiverão os demais governadores, de visitar todas as capitancias e praças de sua jurisdicção, e sujeitar a obediencia todos os Brasis até as margens do Amazonas, expulsando quantos estrangeiros tivessem assentado fortalezas e feitoria. Para cumprir, com esta ordem, apressar a partida das expedições que, para esse effeito, fazia-se lhe preciso organizar, foi o governador residir na cidade d'Olinda, donde mandou varias expedições contra os Francezes, com-

mandados por de La Rivardiére, que se tinha fortificado num forte que intitulou de São-Luiz, no qual tendo sido investido por Alexandre de Moura, vio-se obrigado a capitular, e a embarcar-se com quatrocentos homens, que lhe restavão.

1615. — Partidos que forão os Francezes, Francisco Caldeira de Castello, Branco, que se achou no assalto do forte de São-Luiz com patente de capitão mór da conquista do Pará, dêo principio a fundação da cidade de Nossa Senhora de Belem, entre os rios Mojú, Guamá e Acará, e fez ao pé della um fortim de madeira, que appellidou de Santa-Maria. Nesse mesmo anno de 1615, por ordem de Felipe II, se fundou uma povoação em Cabo Frio, que teve desde logo o titulo de cidade, e que foi a capital d'uma pequena capitania, doada

a Estevão Gomes, em recompensa de ter expulsado d'ali os Hollandezes, e arrazado unca casa que os Francezes havião feito n'umá das ilhas vizinhas, que lhes servia de feitoria.

1616. — Expulsos os Francezes do Maranhão, como atraz deixamos dito, e retirado o presidio, que tinham no forte de São-Luiz, metterão nelle outro os Portuguezes, e ficou ali governando Jeronimo d'Albuquerque, com o titulo de capitão mór. Nesse mesmo anno, os Tupinambas do Pará, por enredos e intrigas tecidas por um Brasil convertido, chamado Amaro, se sublevarão contra os Portuguezes, e depois de matarem ás frechadas a guarnição de Cumá, investirão com o forte de Belem, mas não poderão leval'o á escala, por lhes morrer no assalto o seu Cabeceira, no entanto, chegando de Pernambuco Bento

Maciel, com oitenta Portuguezes e quatrocentos Brasis exercitados por elle nas armas, investio com os Tupinambas, fez nelles grande carneficina, e collhendo ás mãos o autor e impulsor da revolta, mandou-o atar á boca d'uma peça d'artilharia, e por-lhe fogo.

1617 — A Gaspar de Souza succedeo, como governador general de Brasil, D. Luiz de Souza, que residio na Bahia. No anno primeiro de seu governo, a saber, no de 1618 falleceo o capitão mor do Maranhão Jeronimo de Albuquerque, com setenta annos de idade, e bem merecida reputação de valor e de probidade, depois de ter nomeado para succeder-lhe no governo a Antonio de Albuquerque, seu filho, dando-lhe todavia por adjunctos a Domingos da Costa Machado e a Bento Maciel Parente. Antonio de Albuquerque porêm, sem respeito as de-

terminações de seu pai, assentou de governar á revelia dos adjunctos, e a seu sabor. O primeiro dos adjunctos teve a prudencia de se não queixar, não assim o segundo, que lh'o estranhou severamente, o que foi occasião para o governador o mandar prender, e remetter para Pernambuco, donde devia ser embarcado para Lisboa, em companhia de Domingos da Costa Machado, que ia requerer a recompensa dos serviços, que havia prestado na conquista do Maranhão.

Durante o governo de D. Luiz de Souza, occorrerão no Pará diversos acontecimentos que, por serem graves, faltariamos ao dever de historiador, se os passaremos em silencio; sendo os principaes: o assassinato do capitão Alvaro Neto, perpetrado por Antonio Cabral, sobrinho do capitão mor Francisco Caldeira de Castello-Branco, crime que

suscitou grande descontentamento, e irritação nas pessoas mais gradas da recente cidade, as quaes instarão com o tio para que houvesse de fazer justiça, mandando prender o sobrinho. Assim o fez Caldeira por dissimulação, e para os aquiétar; porém pouco depois mandou soltar, e como os officiaes, que haviam mais pugnado pela prisão de Cabral, receosos do capitão mór, se tivessem acolhido a um convento, exigio o capitão mór dos religiosos que lh'os entregassem, ao que como se negassem, manda por setenta soldadões arrombar as portas de convento, recusão-se estes de obedecer-lhe, alevantão-se contra elle a tropa e o povo, depõe-no do governo, mettem-no afferros, e nomeão em seu lugar, por capitão mor, a Balthazar Rodrigues de Mello, o qual aceitou a nomeação, attento o estado de alvoroço e inquietação em que estavam os povos,

dando sem demora parte do occorrido a D. Luiz de Souza e tambem á Côrte.

Confirmou D. Luiz de Souza a Antonio de Albuquerque no governo do Maranhão, porêem como-lhe aggregasse dous novos adjunctos, demittio-se Antonio d'Albuquerque do posto, e partio para Madrid: Pelo que diz rêspeito a Bento Maciel, reconhecendo D. Luiz de Souza a insubsistência das accusações e capitulos que contra elle dera o capitao mor do Maranhão, o encarregon da guerra contra os Topinambas.

1622. — Succedeo a D. Luiz de Souza, de cujo governo acabamos de tratar, Diogo de Mendonça Furtado em 12 de outubro deste anno de 1622. Gozava o novo governador em Portugal do credito de muito esforçado, e havia militado com distincção na India, o que não obstante foi infeliz em seu governo,

sendo que no decurso delle foi a cidade da Bahia tomada pelos Hollandezes. Antes porêm de relatarmos os diversos successos occorridos antes e depois da occupação da capital da provincia da Bahia, que tambem era ainda nesse tempo de todo Brasil, parece-nos opportuno e conveniente, para o entendimento do que temos de relatar, n'uma breve digressão, dar a nossos leitores algumas nocões das causas, que motivarão esta aggressão da parte dos Hollandezes, os quaes, durante não poucos annos, havião cessado de nos hostilizar.

Havia fallecido em 1621 Felipe III, o qual, no undecimo anno de seu reinado, aconselhado pelo duque de Lerma, seu ministro e valido, havia celebrado com a republica das Sete Provincias Unidas um tratado de treguas, que devia durar 12 annos. Seu filho e successor Felipe IV, subindo ao throno em idade de

16 annos, se deixou inteiramente governar pelos conselhos do conde d'Olivares, e logo depois duque de S. Lucar, o qual renovou com os Hollandezes a guerra, dando o commando da armada e tropas ao celebre marquez de Spinola; porém no decurso dos doze annos das treguas não estiverão ociosas as tropas e armas hollandezas, e a proveitando-se aquellâ republica da inercia e desleixo do governo hespanhol, e da decadencia, ou, com mais verdade, do desalento em que jazião os Portuguezes, se apoderarão das Molucas, de Java, e outras possessões portuguezas da India que não havião sido especialmente comprehendidas e nomeadas nas treguas de que acima fallamos, desorte que logo que estão forão rotas, passou a realizar-se a creação da Companhia das Indias-Occidentaes projectada e proposta no anno antecedente ao de que estamos,

tratando por João Usseling, morador ou natural de Antuerpia, para a conquista do Brasil. A primeira expedição, que fez a nova companhia com beneplacito e adjutorio dos Estados-Geraes foi destinada para a conquista e tomada da Bahia, e constava de trinta e duas vélas com mil e seiscentos homens de guerra, e trinta para quarenta peças d'artilharia, e era commandada a armada pelo almirante Willekens, e a tropa pelo coronel Van Dort.

1624. — Chegarão alguns navios da expedição a 9 de maio deste anno de 1624 ao Morro de São-Paulo, e como dessem fé de se achar munido d'uma fortaleza, poserão-se alguns dias ao pairo, em quanto se lhes não reunião os demais vasos da armada.

Logo que appareceo o primeiro navio, o commandante da fortaleza deo 'disso

parte ao governador, e começou a entender nos apercebimentos para a defesa, como quem tinha por certo seria o primeiro a resistir aos assaltos do inimigo. Entretanto o governador mandou assestar seis peças d'artilharia na praça do palácio, guarneceo a praia de Itapoan e o mais do maritimo da cidade com 18 navios mercantes, mandou um reforço de cem Portuguezes para o forte de Santo-Antonio da Barra, aggregando-lhes mais obra de duzentos Brasís, e reunio aos oitenta soldados, de que então constava todo o presidio da provincia, que tal era a incuria da corte de Madrid, mil e seiscentos moradores do reconcavo.

Como porém, pelos motivos que deixamos apontados, a armada inimiga se conservasse nas mesmas paragens durante vinte e tres dias, sem dar principio ás hostilidades, persuadirão-se

tanto os Brasileiros, como os Portuguezes, e entre estes o proprio bispo D. Marcos Teixeira, que outro era o designio da armada, que o da conquista; mas bem depressa tiverão a certeza do contrario, vendo entrar pela barra dentro a armada inimiga, apesar do fogo que lhe fazião o forte de Santo-Antonio e as embarcações surtas na praia, e dos esforços que fazião os moradores, animados com o exemplo do bispo, e tomarão não só aquellas embarcações, mas quantas havia no porto, apoderarão-se do forte de Santo-Antonio da Barra, e adiantando-se para a cidade pela estrada da Victoria, deitarão até a Igreja de São-Pedro, e não encontrarão resistencia, senão quando se avizinharam da fortificação, que então havia com o nome de Portas de São-Bento, o que os obrigou a se acolherem ao

convento dos Benedictinos, e a reservar para o seguinte dia, por ser já tarde, a renovação do assalto.

Mas em vindo a noite, apoderou-se dos habitantes um subito terror, e cada qual, juntando o que tinha de mais valor, tratou de se acolher ás vizinhas matas, outrotanto fez o bispo, desorte que quando foi dia, achou-se o governador desacompanhado e com tão sómente dezoito homens, mas ainda assim resistio quanto pode em seu mesmo palacio até que, certificado da deserção geral, se determinou a capitular, debaixo da condição expressa que tanto elle, como os que acompanhavão terião a liberdade de se retirar para onde lhes aprouvesse. Assim lho prometterão os que se achavão no assalto do palacio; mas ao sahir d'elle, com manifesto quebrantamento dos ajustes,

com que se rendera, foi preso e conduzido, passado algum tempo, para a Hollanda.

Logo que se apoderarão da cidade, derão-se os Hollandezes pressa, primeira que tudo, em mettel'a a sacco, sem perdoar nem a sagrado; logo depois tratarão de fortificar-se, e forão fazendo presa em todos os navios, que, ignorando o que tinha acontecido, acertavão de entrar no porto. Entretanto, o bispo D. Marcos, que se tinha retirado com alguns officiaes civis e ecclesiasticos para a aldea chamada do Espirito-Santo, sita a pequena distancia do Rio Vermelho, e a uma legoa da cidade, reunio os moradores que haviam desamparado a cidade e por que se achava vago o governo, abrirão as vias e despachos e achando que era nomeado por successor ao governador Diogo de Mendoça Furtado a Mathias de

Albuquerque, em quanto este não vinha, determinarão ficasse o bispo governando, o que elle assim fez, tomando por estandarte um crucifixo, por se não quererem encarregar do governo o ouvidor geral Antão de Maquita e Oliveira, que fora em quem recahio a eleição, nem os capitães Lourenço Cavalcante e Antonio de Barros Cardoso, em quem o ouvidor havia renunciado.

Debaixo do commando e ordens do bispo, cobrarão animo os moradores, e forão engrossando em numero; aggregarão-se-lhes grande numero dos naturaes do paiz já civilizados, e outros que estavam debaixo da direcção das jesuitas, e poserão a cidade em tão estreito e rigoroso sitio, que os Hollandezes não podião alargar-se alem das fortificações, e numa sortida, que fez Van Dort para reconhecer o arraial portuguez, assentado em *Agua de Meni-*

nos, sahio-lhe ao encontro na frente d'um destacamente o capitão Francisco Padilha, que arcou com elle e o matou. Succedeo-lhe no commando dos Hollandezes Alberto Schoutens, que morreo poucos dias depois dum tiro. Seu irmão Wilhem não soube, nem pode manter a disciplina, e os Hollandezes perderão muitos dos seus nos encontros, que tiverão com os capitães Antonio de Moraes, Francisco Brandão, Antonio Machado, e Affonso Rodrigues Adorno.

1625. — Pouco tempo governou o bispo D. Marcos Teixeira as tropas do concavo por ter Mathias d'Albuquerque, achando imprudente deixar em tão critica occasião o governo de Pernambuco, mandado em seu lugar, para commandar aquellas forças, a Francisco Nunes Martinho d'Eça, o qual prose-

guiou no cerco da cidade e em todas as operações do exercito sitiante com igual fortuna por espaço de dous mezes até chegaro a 28 de março, as esquadras portugueza e hespanhola destinadas para a recuperação da Bahia.

Commandava a esquadra portugueza D. Manoel de Menezes, e D. Fradique de Toledo Osorio a hespanhola, os quaes desembarcando as tropas, que trazião, estreitarão a tal ponto o sitio, em que se achavão postos os Hollandezes, que os obrigarão a capitular, fazendo aos nossos entrega da cidade e dos fortes, no principio de maio deste mesmo anno de 1625.

No decurso deste sitio, distinguirão-se mui particularmente entre os Pernambucanos D. Francisco de Moura Rollim, Felipe de Moura, Lourenço Cavalcante de Albuquerque, Affonso de Albuquerque, Feliciano Coelho de

Carvalho, e Jeronimo Cavalcante de Albuquerque, que tinha vindo em uma embarcação sua com seus irmãos João e Felipe e mais de duzentas praças, pagas á sua custa.

Recuperada a cidade da Bahia, tomou posse do governo do Brasil com o titulo de governador e capitão general D. Francisco de Moura Rollim, que havia sido nomeado para esse posto no anno antecedente, e que tinha sido anteriormente governador de Cabo-Verde, foi curta a sua administração pois começando neste anno, acabou no seguinte.

Neste mesmo anno de 1625, foi creada villa a antiga povoação da Parahiba, assentada na margem esquerda do Rio Tieté a 7 para 8 legoas ao noroeste da cidade de São-Paulo.

1626. — Succedeo neste anno ao

D. Francisco de Moura Rollim D. Diogo Luiz de Oliveira, conde de Miranda, que poz toda a diligencia em munir a cidade, fazendo varias fortificações e acabando as que os Hollandezes tinham começado. A este governador se deve a fundição d'artilharia.

1627. — Durante o seu governo, a 2 de março do anno, que a margem deixamos indicado, e no 1º de junho, os Hollandezes tornarão a assaltar a capital do Brasil, e posto que não desembarcassem em seu porto, não deixarão de se apoderar dos navios, que nelle se achavão surtos, e de abalarem contentes com riquissimas presas. No meio destes contratempos, não deixava de ir em augmento a colonização do Brasil, pois vemos que nesse mesmo anno a povoação de Serenhehem na provincia de Pernambuco, foi elevada á categoria

de villa com o nome de Formosa, com quanto até agora seja mais conhecida com o seu primeiro nome.

1628. — Apoderão-se os Hollandezes, commandados por Cornelio Ial, da ilha de Fernando Noronha.

1630. — No dia 14 de fevereiro deste anno, que tão fatal foi para o Brasil, surgio diante de Olinda a expedição hollandeza de quarenta e seis navios com tres mil e quinhentos soldados e quatro mil marinheiros, decretoria-mente destinada a conquista do Brasil, principiando por Olinda, por ser esta das duas cidades maritimas do Brasil a que se achava menos fortificada. Achava-se já na cidade Mathias de Albuquerque, mandado pela corte de Madrid, como quem ja ali havia militado, para fortificar segundo podesse fazel'o

as praças de Rio-Grande, Parahiba, Itamaráca e Pernambuco.

Mathias de Albuquerque, não tendo tropas sufficientes para guarnecer as fortificações e a marinha, depois de resistir a diversos assaltos dos inimigos, se retirou com a tropa e moradores d'Olinda, para uma chapada a uma legoa da cidade, onde se entrincheirou. Debalde tentou por diversas vezes desalojar da cidade as Hollandezes, e com quanto n'um dos assaltos lhes matasse quatrocentos, muito maior foi o numero dos que lhe faltarão. O que não obstante tinha os em tão apertado sitio, que não se atrevião a arredar-se da praça.

1631. — Em quanto isto se passava na provincia de Pernambuco, continuava D. Diogo Luiz de Oliveira, conde de Miranda, a residir na Bahia, e ainda

ali se achava quando chegou D. Antonio de Oquendo com um reforço de mil homens destinados para Pernambuco. Com elle vinha tambem o Conde de Banholo, que devia ir unir-se com Mathias de Albuquerque. Tendo ajuntado mais alguma gente, deo D. Antonio d'Oquendo a véla da Bahia para Pernambuco, porèm no cabo de dés dias de viagem foi accomettido, pelo almirante Hollandez Patry; o qual depois d'um bem renhido combate, vendo que lhe escapava a victoria, e que o navio, em que hia era pasto das chammas, envolvendo-se na bandeira, se arrojou ao mar dizendo era aquella a sepultura que convinha a um almirante hollandez.

Entrou o Conde de Banholo em 20 de setembro deste mesmo anno de 31 na foz do Rio-Grande, na costa da provincia de Pernambuco com 12 cara-

velas, em que hião setecentos homens, e no cabo de alguns dias de marcha ajuntou-se com Mathias de Albuquerque.

Em 25 de novembro vendo os Hol-landezes sitiados em Olinda que não poderiam ali conservar-se, por isso que o nosso exercito se hia diariamente engrossando, determinarão abandonar a cidade, e fortificarem-se no Recife, o que posarão em effeito, entregando-a ás chammas, que em breve a reduzirão a um montão de cinza.

1632. — Em 5 de janeiro deste anno entrou pelo rio Parahiba uma expedição hollandeza, commandada, por Lichtart, o qual não pode levar avante o intento, com que vinha, de metter a sacco a cidade do Rio-Grande do Norte, por se achar a sobredita cidade bem apercebida de tropas e munições de guerra. Nesse mesmo anno, investio o

almirante hollandez Van Scop a villa do Pontal de Nazareth, porèm vio-se obrigado a desistir, pela intrepidez, com que se houve Bento Maciel : forão mais bem succedidos no assalto que derão no 1º de maio á villa de Iguaraçú, que foi por elles saqueada por traição de Domingos Fernandes Calabar.

Nos seguintes annos de 1633-1634 e 1635 continuarão os Hollandezes a invadir a maior parte do maritimo do Brasil, e os Portuguezes e Brasileiros a defendel'o com valor e constancia, recebendo mui poucos reforços da Metropoli, ao passo que os Hollandezes, inteirados da importancia da conquista de nosso paiz, não cessavão de enviar novas, fro-
tas com tropas de refresco, assim que, não obstante o talento e pericia militar de Mathias de Albuquerque, e do Conde de Banholo, conseguirão apoderar-se afi-
nal da villa do Pontal de Nazareth, da

praça da Parahiba, de Porto-Calvo, que foi ao depois retomado pelo conde de Banholo, o qual fez arrazar as fortificações. A villa dos Ilheos foi tambem saqueada. No decurso do ultimo dos annos, de que tratamos, tomou posse do governo da Bahia Pedro da Silva, e pouco tempo depois chegou tambem áquella cidade o Conde de Banholo, a quem o primeiro entregou o governo por prudencia, e para sanear qualquer quebra de amizade, que poderia entre elles originar-se.

1636. — Entretanto a capitania de São-Vicente, ou antes de São-Paulo tinha continuado a prosperar, pois que neste anno o procurador dos herdeiros do donatario fundou a villa de São-Sebastião de frente da ilha do mesmo nome.

1637. — Renovou-se a guerra com a

vinda e direcção do Conde Mauricio de Nassau, que entrou no Recife a 23 de janeiro deste anno de 1637, o qual como viesse revestido de amplos poderes, entendendo que dos primeiros successos da campanha depende a reputação do general, determinou de tomar de assalto Porto Calvo, o que conseguiu depois d'uma batalha bem ferida, em que perdeu um sobrinho e na qual D. Antonio Coutinho, Felipe Camarão e Henrique Dias obrarão prodigios de valor. O Conde de Bannholo se retirou a toda a pressa. Neste anno/Salvador Correia de Sá, que então governava a capitania do Rio de Janeiro, indo visitar as minas, de que havia sido nomeado administrador, fundou a villa de Ubatuba na provincia de São Paulo.

1638. — Atrevido com os successos,

que deixamos substanciados, determinou o Conde Mauricio de Nassau tomar de assalto a cidade da Bahia, a qual não estava em termos de offerecer uma longa resistencia, por isso que as fortificações estavam desprovidas de tudo, e a artilharia em máo estado. A força militar constava de dous mil e quinhentos soldados, Pernambucanos e Bahianos, e algumas companhias de auxiliares ou milicias; havia falta de munições e sobretudo de mantimentos, e os dous principaes cabos, a cujo cargo estava a defensão da praça, andavão entre si malavindos, de sorte que feito era da capital das colonias portuguezas, se fora assaltada pelos Hollandezes, assim desaperecebida, e quasi desacau-delada : quiz porèm Deus que o capitão Sebastião de Souto, que deixou de si nesta guerra claros testemunhos de seu valor e patriotismo, achando na

algibeira do capitão d'um navio holandez, que com outros traficavão nas costas da provincia das Alagoas, aos quaes elle investio e matou, uma carta, que rezava, que o Conde de Nassau havia communicado ao Conselho, a determinação, em que estava, de investir a cidade de São-Salvador; que o Conselho, tendo'o assim por bem, não tardaria se seguisse á resolução o effeito, mandou a sobredita carta ao conde de Banholo, o qual, entendendo-se com o governador Pedro da Silva, ficou assentado entre elles, que pois tinham igual patente, governarião cada um por seu turno todos os quinze dias, porém dentro em pouco tempo determinou-se Pedro da Silva a renunciar o commando, entregando-o inteiramente ao conde de Banholo, por evitar novas dissensoes. Penhorado o Conde de

Banholo com aquella prova de confiança, fortificou immediatamente o importantissimo porto de Santo-Antonio alem do Carmo, reparando as trincheiras, que tinha ali mandado abrir no tempo do seu governo Diogo Luiz de Oliveira.

Estava o exercito hollandez acampado n'uma eminencia a um tiro de espingarda distance da cidade, e de frente de Santo-Antonio alem do Carmo, donde, pela vantagem do sitio não deixavão de fazer nos nossos não pouco estrago, de sorte que em poucos dias nos tomou o forte do Rozario, o reducto d'Agoa de Meninos e o de São-Bartholomeu.

Entretanto não cessava o Conde de Banholo de inquietar o inimigo com guerrilhas, com as quaes o intrepido Sebastião de Souto lhes fazia crua guer-

ra, chegando até a entrar no abarracamento hollandez e a matar alguns e a fazer outros prisioneiros.

Descontente Mauricio de Nassau do pouco successo, que tinha tido com as escaramuças e correrias, nas quaes havia perdido não pouca gente sem vir á conclusão, resolveo dar um assalto geral. Com effeito começou o assalto no primeiro de maio, e durou até o dia 26 do mesmo mez, em que ao amanhecer se achou elle e os que acompanhavão a bordo dos navios surtos no porto em acção de se retirarem. Forão os despojos toda a artilharia dos fortes, mil e cincoenta barricas de farinha, grande numero d'armas e de ferramenta. Perderão os Hollandezes em quarenta dias, que tanto durou o assedio, ao redor de dous mil homens.

O governo hespanhol, em todo o tempo do sitio, não mandou o menor

soccorro, ou reforço de gente : prestaram não poucos serviços os Pernambucanos, e, em signal de gratidão, a camara da Bahia os brindou com a quantia de desaseis mil cruzados, de certo avultada para o tempo, de que tratamos. O Conde de Banholo, logo que os Hollandezes largarão da Bahia, entregou o governo della e da provincia ao governador Pedro da Silva, o qual logo um anno depois entregou o governo a D. Fernando Mascarenhas.

1639. — Tomou com effeito posse do governo da capitania da Bahia com o titulo de governador e capitão mór do Brasil em janeiro desse anno D. Fernando Mascarenhas, que chegou com a armada de oitenta e seis velas, destinada a expulsar os Hollandezes de Pernambuco : e com effeito, depois de ter confiado o governo a D. Vasco Masca-

renhas conde d'Obidos, partio o novo governador para Pernambuco resolute a offerecer batalha ao inimigo, logo que o emparelhasse, e para divertilo do intento, com que hia, mandou a André Vidal de Negreiros, que com algumas tropas devastasse entretanto as vizinhanças do Recife. Estavão porém os Hollandezes de sobreaviso, e a esquadra de quarenta e uma vélas commandada por Guilherme Cornelio Loos, posto que inferior á hespanhola no concernente ao numero dos vasos marinharia e gente de guerra, podia competir com ella em valor e pericia da disciplina naval; avistarão-se as duas armadas nos dias 12, 13, 14 e 17 de janeiro desse anno, e nelles se derão outras tantas batalhas, nas quaes ficarão os Hollandezes com a melhoria, e por fim a esquadra espanhola, não podendo por causa dos ventos, e das corren-

tes tomar a Bahia, depois de desembarcar a maior parte das tropas, que tinha a bordo quatorze legoas ao norte do rio Pottengi, déo á véla para as Antilhas, donde voltou ao depois para Portugal.

Continuou pois o Conde d'Obidos no governo interino da capitania de Bahia, lugar que lhe competia, por ser o official de maior graduação, até o dia 5 de junho do anno seguinte, em que entregou o governo a D. Jorge de Mascarenhas, marquez de Montalvão.

1640. — Antes de tratarmos dos successos occorridos no governo do marquez de Montalvão, primeiro que governou o Brasil com o titulo de vice-rei, vejamos em que estado se achava nessa época a conquista do Brasil pelos Holandezes, e quaes erão as porções de seu vasto territorio, de que aquelles re-

publicos, por interesse, como por odio aos Felipes, se tinham apoderado, e quaes os rendimentos, que d'aquellas nossas possessões cobravão, por isso que pela importancia dos sobreditos rendimentos, parece-nos, que poderemos avaliar approximadamente o atrazo, em que devia de necessidade ficar em nossa terra, partidos que fossem os Hollandezes, tudo quanto diz respeito a sua colonização e ao adiantamento de sua incipiente agricultura.

Occupavão os Hollandezes na capitania de Pernambuco o Recife, convertido de simples areal, que d'antes era, povoado aqui e ali de algumas casas, n'uma cidade a tal ponto populosa que foi mister reedificar-se sobre as ruinas d'Olinda uma nova cidade, que appellidarão Mauricia; lisonja de bem pouca duração? Senhoreavão toda a Parahiba, Itamaracá Goiana, parte do Rio-Grande

do Norte, Sergipe del Rei e Ceará. A renda, que a companhia occidental hollandeza recebia annualmente dos predios rusticos e urbanos das suas conquistas no Brasil, passava de tres milhões de cruzados: o dizimo do assucar que se fabricava, e a cisa dos generos ordinarios do consumo rendião ao pé de cento e trinta mil cruzados; os direitos, sobre as fazendas vindas da Hollanda duzentos e quarenta mil cruzados, e sobre o assucar, que passava para a Hollanda cento e vinte mil cruzados. Que capital immenso, incalculavel se achava assim apartado e distrahido do emprego e fim, para que era necessaria e naturalmente destinado! E como era possivel que progredisse a agricultura, e com ella a civilização dos indigenas? Pode-se pois dizer, que a occupação hollandeza foi

uma das maiores pancadas, que teve o Brasil, quando colonia.

1640. — Mas já lá vem assomando a aurora de nossa liberdade. Governava o Brasil o vice-rei Marquez de Montalvão, o qual ao mesmo tempo que encetava com o Conde Mauricio de Nassau uma negociação sobre a troca e reciproca entrega dos prisioneiros, não deixava de continuar a guerra, mandando devastar as terras, de que os Hollandezes estavam de posse com um corpo de tropas ligeiras debaixo das ordens do capitão Paulo da Cunha, e do incançavel Henrique Dias.

1641. — Restabelecido no throno de seus avós D. João IV pela feliz revolução do 1º de decembro do anno antecedente de 1640. tratou immediatamente aquelle soberano de o fazer con-

star em todos os seus antigos dominios, e particularmente nos do Brasil, e logo em fevereiro deste anno de 1641 recebeu o marquez de Montalvão, carta e ordem do novo Rei de Portugal de o fazer reconhecer por tal, o que o Marquez poz em effeito a 15 do mesmo mez, convocando para isso a camara com toda a solemnidade, prestando elle, o bispo D. Pedro da Silva e as demais autoridades e pessoas principaes o juramento de preito e homenagem do costume. O que feito, despachou o Marquez para Lisboa a seu filho D. Fernando Mascarenhas a congratular o novo soberano por occasião de sua exaltação, e ao mesmo tempo assim o participou ao Conde de Nassau por um enviado; quando porém este tornou de Pernambuco para a Bahia, achou o vice-rei deposto e preso, pelos razões que passamos a substanciar.

Tinha o vice-rei, alem de D. Fernando, outros dous filhos D. Pedro e D. Jeronimo Mascarenhas, os quaes ambos havião tomado bando por el Rei d'Hespanha, e presumindo D. João IV talvez que o marquez fosse do parecer e sentimento dos filhos, por cautella confiou ao jesuita Francisco de Vilhena uma carta, que elle devia entregar ao bispo D. Pedro da Silva, ao mestre de campo Luis Barbalho, e ao provedor mór Lourenço de Brito Correa, caso o marquez de Montalvão nao o tivesse proclamado, como lhe tinha anteriormente ordenado, os quaes então assumirão interinamente o governo, porèm o malicioso frade, em vez de se conformar á risca com o que lhe fôra ordenado, desembarcando em Itapoan, recolheo-se ás occultas ao convento, e ali reunio os tres individuos atraz nomeados, aos quaes mostrou a carta d'el Rei.

Elles desejosos de se apossarem do mando . com quanto o vice-Rei tivesse ja cumprido com o que el Rei lhe ordenara, determinarão de o prender, e de o enviar para Lisboa , e assim o praticarão. Porèm o vice-Rei em chegando, foi logo solto e cumulado de honras e grandes merces , e Antonio Telles da Silva, que veio render os intrusos no anno seguinde de 1642, mandou para Côrte presos a Barbalho e Brito Correa, o bispo foi reprehendido com a maior severidade.

Continuavão os Hollandezes a occupar a capitania de Pernambuco, mas já em 12 de junho de 1641 se havia celebrado na Haya um tratado de treguas, de navegação e commercio entre el Rei D. Joaõ IV de Portugal e as provincias-unidas dos Paizes-Baixos.

Por este tratado ficavão os Hollandezes de posse de quanto até ali tinham

conquistado no Brasil, porém era lhes defeso alargarem-se a novas conquistas: sem embargo do que a 30 de outubro de 1641 sahio de Pernambuco uma esquadra de oito naos e seis embarcações de menor porte ás ordens de Koin e Lichthart, a qual se apoderou á traição do Maranhão, e apezar das vivas e frequentes representações do governo portuguez, se conservarão na posse d'uma conquista effeituada com manifesta infracção do tratado de treguas, que estava em todo o seu vigor.

1642-1643. — Senhores do Maranhão havião-se os Hollandezes com os colonos não só com dureza; mas até com nunca vista crueldade, dando-os por pasto aos Tapuias; do que indignados, resolverão cincoenta Portuguezes, que ali moravão, ajudados de alguns escravos que tinhão, dar cabo d'aquelles oppre-

sores, ou morrer na empresa, e capitaneados por Antonio Moniz Barreiros e por morte deste, pelo sargento mór Antonio Teixeira de Mello investirão com os Hollandezes, e os forão a tal ponto debellando em varios conflictos, que já bem poucos ali se achavão, quando aportou naquellas costas Pedro d'Albuquerque, que fora nomeado para aquelle governo, o qual vindo a fallecer logo no principio do anno seguinte de 1644, encarregou do governo a Feliciano Correa seu parente e juntamente ao sargente mór Francisco Coelho de Carvalho.

1644. — Antonio Telles da Silva, que residia na Bahia com o titulo de governador e capitão general do Brasil, cingindo - se á lettra das instrucções, com que viera, ao passo que á imitação do Conde Mauricio de Nassau, se mostrava ostensivamente zeloso observador

das estipulações do tratado de treguas, tratava secretamente de fomentar levantamentos nas capitanias, que estavam debaixo do dominio hollandez, excitando os Portuguezes, que nella residião a sacudir o jugo estrangeiro. Não podia a conjuncção ser mais bem azada para a conclusão de tão atrevido feito, por isso que o Conde Mauricio de Nassau, tendo concluido o tempo de seu governo, havia afinal obtido licença, para se tornar para a Hollanda, o que posera em effeito, deixando encarregado do governo civil o conselho supremo, e do militar a Henrique Hans. .

O primeiro que concebeo o atrevido projecto de arrostar-se com a potencia hollandeza no Brasil foi indubitavelmente João Fernandez Vieira, homem mui bem reputado até dos proprios Hollandezes, como quem havia sido en-

carregado por um dos membros do supremo conselho, durante a sua ausencia, de tratar de seus negocios e interesses. Tinha ja elle representado ao governador Antonio Telles da Silva, em um memorial, a opportunidade e uteis da empreza, e ao proprio soberano os insultos, vexações e crueldades, que da parte dos Hollandezes não cessavão de soffrer os seus vassallos do Brasil, as quaes erão taes que se vião obrigados a appellar para as armas, sendo que não podia haver lei, tregoa ou tratado, que virtualmente os esbulhasse de seus fóros e direitos. Após Vieira mencionarmos o seu especial amigo Andre Vidal de Negreiros e Antonio Dias Cardoso, que se foi aggregar, por ordem do governador Antonio Telles da Silva, com um destacamento de tão sómente sessenta praças ás poucas, com que o intrepido

Vieira se determinou a arvorar o pendão da liberdade, declarando a guerra aos Hollandezes.

1645. — Rompeo-se primeiramente a guerra em Ipojuca, a pequena distancia do cabo de São-Agostinho, onde o capitão mór Amador de Araujo, e o capitão Domingos Fagundes, aproveitando a conjuncção d'um alevantamento, a que deo occasião a briga dum Judeo com um dos moradores, passarão á espada quantos Hollandezes encontrarão, posarão em fuga a guarnição, e apoderarão-se de quasi todo o armamento: apoderou-se por cima disto o capitão Fagundes de tres barcas, que se achavão em Porto-Calvo, depois de matar quantos Hollandezes achou a bordo dellas.

Não tinha Vieira nesse tempo debaixo de suas ordens senão duzentos e cincoenta homens, numero muito inferior.

ao dos Hollandezes, commandados pelo coronel Haus, e ao dos que obedecião ao sargento mór Blaar, e não podendo apresentar-lhes batalha, se acolhia ás matas, onde o numero dos que o seguião se ia de dia em dia engrossando. Vierão unir-se com elle Francisco Ramos e Braz de Barros com quarenta homens completamente armados; seguirão-nos mais cincoenta, capitaneados por João Barbosa, Sebastião Ferreira, Domingos da Costa, e Domingos Raimundo, desorte que dentro em pouco se achou, com uma força de perto de novecentos homens; juntarão se lhe, passados dias, mais quatrocentos vindos da Moribeca e de São-Antonio do Cabo, commandados pelo capitão mór João Soares de Albuquerque, e junto com elles vinha Amador de Aranja com a sua gente, e mais setecentes Indios com cspingardas.

Estava Vieira esperando anciosamente novas de Camarão e d'Henrique Dias, com os quaes se tinha d'antemão entendido, de cuja proxima vinda lhe deo Amador d'Araújo a alegre noticia, e como tivesse aviso que os Hollandezes lhe vinhão no enealeço, se foi postar, nove legoas ao poente do Recife num alto, chamado o monte das Tabocas. Atacarão os Hollandezes o exereito de Vieira com a costumada intrepidez e perieia militar, mas cahindo nas emboseadas commandadas pelos capitaes João Cabral, João Pessoa, Paulo Velloso, e Antonio Borges Uehoa, soffrerão grandissimo estrago, deixando o campo da batalha juncado de mortos. Perderão os Hollandezes neste conflieto quatrocentos homens, não fallando nos feridos.

Por esse mesmo tempo alevantarão-se os moradores de Serenhehem contra os Hollandezes, e commandados por

João de Albuquerque, e mais alguns individuos, todos na flor da mocidade, investirão com a guarnição, composta de sessenta e duas praças e obrigarão-na a capitular.

No entretanto tinha o governador Antonio Telles da Silva feito embarcar na Bahia em oito navios dous regimentos debaixo dos ordens dos mestres de campo André Vidal de Negreiros, e Martim Soares Moreno, os quaes devião desembarcar em Tamandaré, bahia capitania de Pernambuco, dés légoas ao susudoeste do cabo de São-Agostinho, e se ajuntarem com as tropas de Vieira. Com effeito este, tendo alevantado o campo de Tabocas, abalou com o exercito para a aldea de Santo-Antonio do Cabo, com o fito de tomar d'assalto um destacamento hollandez de cento e oitenta homens que, segundo tinha noticia, ali se achava, os quaes quando elle

ali chegou havião já abalado. Foi André Vidal de Negreiros ao encontro de Vieira e depois de uma larga conferência, juntarão-se ambas as tropas para proseguirem na guerra. O mesmo fez Martim Soares Moreno, e todos de conserva se encaminharão para a Moribera.

Tinha Vieira tido aviso que o commandante hollandez Henrique Haus, que havia assentado o seu quartel no engenho de Anna Paes, ordenara ao major Blaar de metter a sacco as casas e fazendas de quantos se tinham rebellado, e de prender-lhes as mulheres e conduzi-las ao Recife, como outros tantos refens. Acodio immediatamente Vieira, atravessou com não pequena difficuldade o Capibaribe, e cercando o engenho, onde estavam aquartelados os Hollandezes, e investindo com elles, os obrigou a capitular: erão duzentos, os que se virão ob-

rigados a sujeitar-se a lei do vencedor, entrando nesta conta Haus e Blaar, o qual foi morto por um dos moradores no caminho, quando o conduzião para a Bahia. Domingos Fagundes e Henrique Dias forão feridos nesta acção. Mas já trocando de rosto, parecia fazer por nós a fortuna, e no mesmo dia, em que alcançavamos a victoria, que acabamos de recontar, trinta Pernambucanos, de desoito para vinte cinco annos, capitaneados por Manuel Barbosa retomarão aos Hollandezes a cidade d'Olinda, e o forte de Nazareth, de que os Hollandezes estavam de posse era entreque em poder dos nossos por Hoogstraten pela quantia de nove mil cruzados, dando Vieira sete mil, e o restante os seus officiaes, e os moradores de Goyana se sublevavão, e pelo mesmo teor a Paraiba, e Porto Calvo, no cabo de um breve assedio, cahião em poder dos Portuguezes.

Não era ainda findo o anno de 1645, quando o celebre Camarão, tendo assentado o seu arraial entre a povoação de Cunhahú, e o forte Keulen, ou dos Reis Magos, desbaratou e poz em fuga mil Hollandezes commandados por Rhineberg, e uma multidão de Tapuias capitaneados por Jacob Rabbé e pelos filhos do cabeceira destes Brasis, a que chamavão Duwy.

1646. — Descahia visivelmente no Brasil a potencia hollandeza, o districto de Pottengi, onde sómente se fornecção de viveres as tropas do Recife, foi occupado pelas tropas de André Vidal, e uma expedição que elles mandarão, para por a sacco as povoações, foi derrotada pelas forças combinadas de tres distinctos amigos da Patria, Agostinho Nunes, Manoel Lopes, e Matheus Fernandes.

Quasi nesse mesmo tempo dous Jesuitas enviados a Vieira pelo governador general Antonio Telles da Silva, lhe apresentarão uma carta e ordem d'el Rei D. João IV, que mandava retirar da capitania de Pernambuco as tropas commandadas por André Vidal de Negreiros, e Martim Soares Moreno, deixando os Hollandezes na posse pacifica daquella conquista. Oppoz-se resolutamente Vieira á execução d'uma ordem, que el Rei havia assignado talvez bem contra a sua vontade. El Rei, disse elle, ignora o estado, em que se achão os seus fieis vassallos. Sobre mim tomo o informar a S. Mag. do bom successo de nossas armas, e entretanto não as largaremos das maos, senão depois de estarmos certos do triumpho duma causa, tão justa, como sancta, e a todos os respeitos digna d'um Rei catholico, e com isto despachou as portadores.

Entretanto os Estados Geraes da Hollanda, vendo que as negociações, que tractavão com D. Francisco de Souza Coutinho, não adiantavão; que aquelle ministro punha unicamente o fito em as ir dilatando, determinarão de enviar todas as forças para a conquista do Brasil, com effeito no principio de fevereiro de 1647 entrou no Recife uma armada de sessenta velas com seis mil homens de infantaria, e tres mil marujos.

Com a chegada destas tropas assentarão os nossos de concentrar as suas entre Serenhém e Moribeca, e posto que ja a esse tempo João Fernandez Vieira e André Vidal de Negreiros se tivessem demittido do commando, que até ali tinham das tropas, e servissem debaixo das ordens de Francisco Barreto de Menezes, que havia sido anteriormente nomeado mestre de campo gene-

ral, tinha-se o novo commandante havido com tanta cortezia, respeito e consideração para com aquelles dous illustres defensores do Brasil, que reinava entre todos elles a maior concordia, assim que de mão commua havião escolhido aquelle sitio, resolutos a aguardar nelle os inimigos, comquanto não tivessem, quando muito, senão tres mil homens.

1649.—Em 19 de fevereiro deste anno, se deo a memoravel batalha de Guararapes, em que os Hollandezes forão derrotados, perdendo duas bandeiras, seis peças dartilharia e deixando no campo mil e trecentos mortos. Os casos particulares desta acção andão escritos em tantas memorias, e por tantas pennas, que escusamos alargar a mais sobre este assumpto a nossa.

Ao passo que a potencia hollandeza

no Brasil ia declinando, os Portuguezes tendo sacudido o jugo do cativoiro Hespanhol, e aguerridos com o nova lucta em que tinham entrado para defender os seus foros e liberdades, oppunhão maior resistencia aos projectos ambiciosos e ás armas até então victoriosas dos Batavos, tiravão-lhes das mãos Angola e se assegnoreavão de novo de São-Paulo de Loanda.

No principio do anno, de que estamos tratando, creou-se em Portugal, com autorização do governo, a Companhia geral do commercio do Brasil, que se obrigou a armar trinta e seis navios metade de carga e metade de guerra para dar guarda aos primeiros desde os portos do Brasil até os da metropoli.

Ao governador general Antonio Telles de Silva havia succedido em 1647 o conde de Villa-Pouca Antonio Telles de

Menezes, em cujo governo o facto mais notavel foi a celebre batalha e victoria dos Guararapes, de que já fallamos.

1650. — João-Rodriguez de Vasconcellos, Conde de Castello-Melhor, que veio render o Conde de Villa-Pouca, tomou conta do governo em 7 de março deste anno. Trouxe este novo governador ordem de construir todos os annos no arsenal da Bahia um galeão de 700 para oitocentas toneladas, de instaurar de novo a relação da Bahia, que tinha sido supprimida no reinado de Felippe III, e de fazer a fortaleza chamada o forte do mar.

1654. — Ao Conde de Castello-Melhor succedeo em 4 de janeiro do anno acima apontado D. Jeronimo de Ataide, conde de Atougnia. Foi este novo governador general do Brasil bem estreado em seu

governo, porque poucos depois de tomar posse d'elle chegou á Bahia a noticia da capitulação dos Hollandezes, que foi sobremaneira festejada. Foi assignada a sobredita capitulação numa segunda feira ás onze horas da noite, na campanha do Taborda aos 26 de janeiro deste anno de 1654.

Constava a guarnição hollandeza de mil e duzentas praças de tropas regulares; os Indios que passavão de oitocentos se retirarão anticipadamente, e se acolherão ás matas do Ceará.

Dous dias depois entrou triumphante no Recife João Fernandes Vieira e no primeiro de fevereiro o mestre de campo general Francisco Barreto de Menezes ordenou a Francisco de Figueiroa de ir tomar posse das capitánias e fortes da Paraiba, Rio-Grande e ilha de Itamaracá com oitocentos, e cincoenta soldados, de que constava o corpo

que elle commandava, e o regimento de João Fernandes Vieira.

1657. — Francisco Barreto de Menezes, em premio dos serviços, que tinha prestado em Fernambuco, foi nomeado governador general, e succedeo ao conde de Atougnia em 18 de junho deste anno. Havia fallecido em Novembro do anno antecedente el Rei D. João IV e governando o reino de Portugal, na minoridade de seu filho D. Afonso o Sexto deste nome a Rainha D. Luiza, achou a corte d'Hespanha a conjunctura favoravel para reconquistar o reino, que por seu desgoverno havia perdido, ao passo que os Hollandezes, que havião feito a paz com Inglaterra não a reputavão menos azada para renovarem, com probabilidade de serem mais bem attendidas, as suas reclamações á posse e domínio das terras,

que haviam tomado aos Hespanhoes no Brasil, e ameaçavão de embargar, reter e capturar quantos navios e embarcações encontrassem no mar, que pertencessem á coroa e vassallos de Portugal. Assim que se achava aquelle governo, já ameaçado por terra pela Hespanha, já quasi bloqueado por mar pelas armadas hollandezas. Ao que accrescia, que estando o governo em mãos de uma mulher, com quanto fosse dotada de grande capacidade, e de consummada prudencia, não deixava de o ser, e não podendo commandar em pessoa as suas forças de terra e de mar, esperavão tanto os Hollandezes como os Hespanhoes levar a melhor dellas nos primeiros encontros que tivessem. E na verdade feito era da rica frota do Brasil, pela qual se estava aguardando em Lisboa, se um temporal a não tivesse dispersado e occultado-a aos olhos do almirante Ruyter, que a es-

perava á entrada de Lisboa com uma esquadra de quatorze náos de guerra. Por outra parte a Franca que, durante o ministerio do cardeal de Richelieu, havia ajudado a Portugal contra a Hespanha, com quem estava em guerra, havia por esse tempo no ministerio do cardeal Mazarino, celebrado com a sobredita potencia em 7 de novembro de 1659 o tratado de paz chamado dos Pirenéos, no qual foi Portugal abandonado, como se vê dos art. x, XIII et LI.

1661. — É pois evidente que reduzida a metropoli ás suas proprias forças, não podia assistir, por mais vontade que tivesse, ás suas colonias do Brasil, as quaes devião necessariamente fazer-lhe companhia na adversidade. Morto porém que foi o cardeal Mazarino, a politica do gabinete de França se tornou

favoravel a Portugal, o qual por intervenção da Inglaterra por occasião do casamento da infanta D. Catherina, irmã de D. Alfonso VI com Carlos II, Rei de Inglaterra, conseguiu fazer com a Hollanda uma paz definitiva pelo tratado celebrado em agosto deste anno na Haya, no qual os Hollandezes derão renuncia ás pretensões, que até ali tinham, á posse e dominio do Brasil e tambem de Angola e São-Thomé, obrigando-se da sua parte Portugal a pagar-lhes quatro milhões de cruzados em dinheiro, ou em generos, a restituir-lhes a artilharia que se achasse no Brasil com as armas já das Provincias Unidas, já da Companhia occidental, e dar lhes licença para poder comprar todos os annos sal pelo preço que se vendesse em Portugal e seus dominios e para poder commerciar com Portugal e o Brasil, conforme o fazião os Inglezes. Devião os quatro milhões de cruzados

serem pagos em desaseis prestações, ou pagamentos.

1662. — Para este pagamento, bem como para o dote da infanta D. Catharina, de que acima fallamos, contribuiu tambem o Brasil com cento e vinte mil cruzados annuaes durante desaseis annos, e alem disto a camara da Bahia votou mais vinte mil cruzados pelo mesmo espaço de tempo para a dote da Infanta. A Bahia só por si obrigou-se a pagar oitenta mil cruzados por anno, o restante foi repartido pelas demais capitánias.

Apezar das desgraçadas circumstancias, em que se achava a metropoli, e da impossibilidade, em que se via, incerta do seu proprio porvir, de entender no augmento e prosperidade das diversas capitánias do Brasil, aquellas dentre ellas, que tiverão a felicidade

de não serem acalcanhadas dos Hol-
landezes, não deixarão de progredir,
se bem que com lenteza e vagar, assi-
gnalando-se entre todas a de São-Paulo,
onde, no decurso dos annos de que
tratamos, se crearao as villas de Para-
naguá, Guaratingueta, Itú, Sorocaba,
Ubatubá, Taubaté, e Pindamonhangaba;
na do Rio de Janeiro tambem se erigi-
rão as villas da Ilha Grande, actual-
mente cidade d'Angra dos Reis, de
Parati, de São-João da Barra, de Ma-
cacú ou Santo-Antonio de Sá; na da
Bahia as de São-José dos Ilhéos, do
Conde, da Cachoeira, hoje cidade, de
Abrantes, de Camamú, Jaguaripe, Soure,
São-Christovão, actualmente capital da
provincia de Sergipe. Nas capitancias
do Pará e Maranhão fundarão-se no
decurso deste mesmo reinado as villas
de Belem, (hoje cidade) de Alcantara,
Collares, Gurupá, Guimarães, Jcatú

ou Agoas-Boas, Paço do Lumiar e outras. Donde se conclue que, ápezar das guerras, em que andava envolta a metropoli, não deixou de ir em augmento no Brasil a população e a colonização : e de certo que , se para o longo espaço de 16 annos é pouco, é todavia muito, se reflectirmos que alem dos obstaculos nascidos da invasão e occupação Hollandeza, a resistencia, que opunhão os indigenas do Brasil a tudo quanto lhes coarctava a liberdade e soltura com que vivião, devia necessariamente retardar o progresso da começada colonização; que se ao homem civilizado pouca terra abasta, nenhuma ha, por mais vasta e dilatada que seja, que possa faltar os desejos e necessidades do selvagem, que vivendo unicamente da caça, da pesca e dos fructos que a terra espontaneamente lhe dá, muda de pouso,

logo què esta lhe não acode com o costumado pasto e novidade.

O que indispoz sobretudo o animo dos indigenas e lhes tornou odiosa a civilização, foi a injustiça manifesta com que os colonos Portuguezes, a despeito das leis e ordens de seu proprio Soberano, os sujeitarão a mais dura escravidão, chegando os do Maranhão a expulsar daquella capitania os Jesuitas, unicos advogados, que ali tinham aquelles desgraçados.

1666. — Pelas dèsdordens que entre os habitantes do Maranhão, Pará e São-Paulo houverão, foi mais que muito calamitoso para o Brasil o anno de 1666, e por cumulo de males declarou-se em Pernambuco uma epidemia de bexigas, que propagando-se na capitania do Rio de Janeiro e em outras, fez grandissimos estragos, e foi tão

grande a mortandade que as terras ficarão por amanho, donde se originou a falta e carestia das cousas mais necessarias para a subsistencia, e por consequente uma grande fome. Na Bahia o mar, intumecendo-se descompassadamente, alagou grande parte da cidade baixa, e da mais marinha e depois arrasando-se, deixou a praia coalhada de montes de peixe miudo.

Governava então a Bahia e o Brasil D. Vasco Mascarenhas, que com o titulo de segundo vice-rei tomou posse do governo em 1663, e que depois de ter dado um Regimento, ou norma, por onde se devião governar os capitães mórés das capitanias sujeitas a São-Vicente, foi rendido em 13 de junho de 1677 por Alexandre de Souza Freire. Na capitania do Rio de Janeiro Pedro de Mello, que havia succedido a João Correa de Sá, depois de ter estabelecido

naquella cidade pela primeira vez o correio em 1663, partio para Lisboa, ficando Martim Correa Vasques Eanes governando interinamente até a chegada de D. Pedro Mascarenhas, que tomou posse daquelle governo no supra citado anno de 1666. Na capitania de Pernambuco, que depois da expulsão dos Hollandezes passou ao dominio da Corôa por convenção feita com os herdeiros do donatario, governou até o principio do anno de 1662 o celebre André Vidal de Negreiros, que foi rendido pelo general Francisco de Brito Freire, um dos historiadores do Brasil. Succedeo-lhe em março de 1664 Jeronimo de Mendouça Furtado, o qual governou sómente cousa de dous annos, pois que em 24 de abril de 1666 tomou outra vez posse do governo da capitania Andre Vidal de Negreiros. No governo de São-Luiz do Maranhão e de

Belem continuarão os tumultos e scenas escandalosas começadas em 1656 e 1657 entre os moradores e os jesuitas, não obstante as ordens da côrte, e a prudencia de Rui Vaz de Sequeira, o qual todavia conseguiu reintegrar os jesuitas em seus respectivos conventos. Succedeo-lhe Antonio Coelho de Carvalho, filho do primeiro governador general, que fallecera em Cametá, o qual não se houve no governo com a prudencia de seu pai, de sorte que vio o povo com prazer entregar o governo a Pedro Cezar de Menezes.

1668. — Tal era o estado em que se achava a colonia portugueza do Brasil, quando por mediação de Carlos II, rei d'Inglaterra, se assignou em Lisboa aos 13 de feveiro do anno que acima marginamos entre Portugal e Hespanha o tratado, em que esta ultima potencia reconheceo a

independencia da primeira, e a dinastia da casa de Bragança por legitima soberana do Reino de Portugal com todas as suas conquistas e mais dependencias, á excepção de Ceuta.

Tinhão feito os Brasileiros, durante as longas guerras, que sustentarão contra os Hollandezes todo o genero de sacrificios, e todavia vião-se tratados como méros colonos, preferindo o governo, para encher os postos, que vagavão no Brasil já na milicia, já na administração publica os naturaes de Portugal, o que foi occasião para o procurador da Bahia, nas côrtes que neste anno de 1668 se fizerão em Lisboa representar o grande descontentamento, que havia entre os seus concidadãos, por se verem preteridos em todos os empregos publicos. O Brasil, dizia - elle, em um capitulo, que offereceo a el Rei D. Pedro II, que então reinava, em quarenta annos de

continuadas guerras tem soffrido muito, e seus moradores passado muitos trabalhos, miserias, e hostilidades da parte dos inimigos na defensão aquelle Estado, na qual a maior parted elles se assignalarão com singular valor em muitas occasiões, e com grande dispendio de suas fazendas, e por esse respeito deve Vossa Alteza ser servido mandar, que nos postos de milicia, que vagarem naquelle Estado sejam providos sómente os que nelle tem servido a Vossa Alteza, e da mesma maneira nos officios de justiça e de fazenda, bem como seus filhos nas igrejas, conezias e dignidades; pois é justo que, despendendo seus pais e avós as fazendas, derramando o seu sangue, e perdendo muitos a vida, sejam os postos, cargos e honras do dito Estado concedidos a estes sugeitos, em quem concorrem as partes e qualidades necessarias.

Era a materia do capitulo do procu-

rador da Bahia ás côrtes de Lisboa sobremaneira attendivel, assim que el Rei D. Pedro II respondeo, que ao conselho ultramarino e meza da consciencia mandaria advertir o que elle procurador lhe pedia, que lhe parecia justo.

E com effeito foi o dito capitulo remettido para a mesa da consciencia com o seguinte apontamento. Vejá-se na meza da consciencia e ordens esta copia de um capitulo, que entre outros me offereceo em côrtes o procurador do Estado do Brasil, para que, tendo-se noticia da reposta, que á margem lhe mandei dar, tenha lembrança a mesa do que me representa aquelle Estado.

(Lisboa 3 de Agosto de 1668.)

Igual despacho foi remettido para o conselho ultramarino com a copia do capitulo e requerimenta supracitado.

E todavia apezar das diligencias e

justas reclamações dos Brasileiros, e de seu procurador nas côrtes, e mau grado ás rectas intenções do soberano continuou a reinar e subsistir a injusta exclusão dos Brasileiros de todos os empregos publicos do Brasil, a qual posto que algum tanto se modificasse nos subseqüentes reinados, não veio a acabar de todo senão em nossas dias, com o estabelecimento de nossa independencia.

Durante o longo periodo de desaseis annos, que tantos decorrerão de 1667, época da abdicação forçada do infeliz D. Affonso VI, até o anno de 1683, em que falleceo Pedro II, devia presumir-se que, descativado dos justos reccios, que devião causar-lhe por uma parte as pretensões e as armadas dos Hollandezes, e por outra os exercitos de seus poderosos vizinhos os Hespanhoes, pôria D. Pedro o fito em fazer florescer n'um, e n'outro hemispherio, os vastos estados que ao

irmão extorquirá; não acconteceo porém assim; por quanto tanto no decurso da regencia, como do reinado, pelo que diz respeito a Portugal o empobreceo e arruinou com a longa guerra, que sustentou contra a França e a Hespanha, e pelo funesto tratado de Methuen, e no concerniente ao nosso Brasil pouco foi o cuidado, que poz em promover a colonização e o melhoramento da nascente agricultura, o que não obstante, como historiadores não devemos passar em silencio, que foi em seu reinado, e a solicitações suas, que o bispado da Bahia foi elevado a arcebispado, e a categoria de bispados as prelacias de Pernambuco e do Rio de Janeiro por bulla de Innocencio XI de 6 de novembro de 1676. Forão os eleitos para o arcebispado da Bahia D. Fr. Gaspar Barata de Mendonça, para o bispado de Pernambuco D. Estevão Briosso de Figueiredo, e

para o do Rio de Janeiro D. Fr. Manoel Pereira. No anno seguinte de 1677 se crearão tambem os Bispados de São-Paulo e de Mariana e as prelazias de Goyaz e de Cuiabá, e no de 1678 por provisão Regia, se instituio na cidade da Bahia a primeira Relação Ecclesiastica, que houve no Brasil.

O anno de 1695 deve tambem ser memorado, por ser no decurso delle que se effeituou a ruina e destruição total do quilombo dos Palmares, onde é fama se achavão reunidos e organizados em governo obra de vinte mil cahambolas, que tinham fugido durante a occupação de Pernambuco pelos Holandezes e se tinham acoutado nas matas ao sobpé da serra chamada da Barriga na provincia das Alagoas.

No longo reinado d'el Rei D. João V, e no decurso de sessenta e seis annos adiantou-se singularmente a difficil em-

presa da colonização e povoamento do Brasil, não que o governo da maí patria para isso concorresse com os meios adequados, mas tamsómente por effeito do descobrimento de numerosas, e mais que muito abundantes minas desse metal, que ainda hoje é tído pelo signal representativo da riqueza e da opulencia. E com effeito forão as minas d'ouro que esporearão os Paulistas e outros aventureiros a entranhar-se no coração das matas de Goyaz, Mato-Grosso, e Minas Geraes, e a ellas e elles devem a sua origem as primeiras povoações destas diversas capitánias, então apenas exploradas, e hoje ricas, e bem administradas provincias do imperio; assim que pela data da criação das diversas villas se pode quasi determinar a dos differentes descobrimentos e explorações, effectuadas no sertão desta parte do Brasil. Em 1699 tendo sido descoberto o ribeirão

aurífero do Carmo, formou-se em sua vinhança uma povoação, que foi creada villa em 1711 com o nome de Villa-Real do Ribeirão do Carmo, e passou a ser cidade com o nome de Mariana em 1745. No mesmo anno de 1711 foi elevada á categoria de villa a povoação d'Ouro-Preto, com o nome de Villa-Rica, hoje cidade d'Ouro-Preto, dissipada a rebelião e alevantamentos suscitados pelos jesuitas, e por Manoel Nunes Vianna. Por esse mesmo tempo e pelas mesmas causas forão creadas as villas de Pitangui, ou Villa-Nova de Infante na comarca de Sabará, e a de São-João d'el Rei, dantes simples povoação conhecida com o nome de Cahete do Rio das Mortes.

Em 1720 levantarão-se os mineiros por causa do estabelecimento dos Quintos.

Em 1726 por occasião das explorações feitas na actual provincia de Mato-

Grosso e descobrimento de varias minas foi fundada a Villa-Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, actualmente cidade e capital desta provincia, e primeira povoação que nella fizeração os Portuguezes. Nesse mesmo anno forão tambem exploradas as matas e sertões da provincia de Goyaz e o descobrimento de minas d'ouro foi occasião para se formarem diversos centros de população, como forão o Arraial de Santa-Cruz, actualmente villa do mesmo nome, a povoação de Meia-Ponte, que é actualmente a villa talvez mais populosa, e de certo a mais mercantil desta grande provincia do sertão do imperio, as povoações d'Agua-Quente e Crixá, actualmente villa (1732), o Arraial de Trahiras (1735) hoje villa do mesmo nome, a povoação de Tocantins, tambem actualmente villa, o Arraial de Santa-Rita (1736), e o de São-Felis, actualmente

villa da comarca de Cavalcante, o do Corrego de Jaraguà, também actualmente villa do mesmo nome (1737). Em 1738 estabeleceo-se se na mesma provincia de Goyaz o Arraial do Pilar, hoje freguezia do mesmo nome, e em 1739 foi emfim creada villa com o nome de Villa-Boa de Goyaz a povoação deste nome que é actualmente cidade e capital da provincia, e entre este anno e o de 1740 tiverão principio os arraiaes da Natividade e de Cavalcante, ambos hoje mdia villas.

Nas outras provincias, ja povoadas, devia necessariamente ser, senão nulla, pelo menos frequente a criação de villas, assim na da Bahia as que achamos que forão creadas, nos annos de que tratamos, forão a de Santo-Antonio de Caravellas em 1701, de Maragogipe, de Rio de Contas, de Santo-Amaro, e de Inhambupe e de Pedra-Branca (1739).

O descobrimento de tantas e tão abundantes minas d'ouro, que foi occasião para se povoarem os nossos desertos, acarretou-nos da parte do fisco portuguez e de seus monarcas decisoes, que contribuirão grandemente a' atrazar a nossa industria fabril, sobretudo no concernente á ourivasaria. Muitas forão as cartas regias, que se publicarão sobre esta materia, umas como a de 28 de novembro de 1698, restringião o numero destas officinas, e ordenavão que não houvesse na cidade de Rio de Janeiro senão tamsómente tres ourives, outras, como a de 27 de setembro de 1703, mandavão fechar em diversas provincias quantas officinas de ourivasaria existião, com o pretexto que aquellas officinas para nada mais servião que para falsificar, e subtrahir grande porção d'ouro aos quintos. Finalmente em 1766 governanda a Bahia o conde de

Azambuja D. Antonio Rolim de Menezes Tavares, teve ordem para pôr em execução a carta regia de 30 de julho do sobredito anno, que ordenou fosse extincto na Bahia o officio de ourives, recolhendo-se para a casa da moeda todos os instrumentos, demolindo-se as forjas e officinas, e fazendo sentar praça nas tropas de primeira linha aos officiaes e aprendizes daquelle officio. Foi encarregado desta barbara execução o intendente do ouro, que então era João Ferreira Betencurt e Sá, o qual na lista nominal, que apresentou ao governador, declarou que havia mandado, em cumprimento das ordens que delle recebera, arrazar cento e cincoenta e oito officinas de ourivez, entrando neste numero tres de cravadores, sendo o importe dos instrumentos e ferramentas, que mandara recolher á casa da moeda, avaliado pelo somenos em tres

contos, vinte seis mil setecentos e setenta reis.

Era tão barbara e tão desajuizada esta lei, que os proprios executores della, de seu proprio movimento, se inclinavão a quebrantala, e muitos dos governadores e vice-reis se houverão a este respeito com indulgencia, tolerando e permitindo houvessem alguns ourivez por serem necessarios para o concerto das obras e joias tanto de ouro, como de prata, que com qualquer desmancho ficarião inutilizadas. Esta prohibição continuou a subsistir, ora observada com todo o rigor, ora posta em esquecimento e em desuso, até ser abolida pelo alvará de 11 de agosto de 1815, que facultou aos ourivez o poderem trabalhar de sua arte onde, e como lhes conviesse, que tanto custa a razão e a justiça a prevalecer na opinião do povo, como nos conselhos dos monarcas se-

gundo o tempo, e seculo em que viverão.

Deve tambem ser posta em memoria esta época de nossos annaes, por ser nella que teve principio a navegação fluvial interior, e que se veio a conhecer bem que imperfeitamente, a communição d'umas provincias com outras por agoa. Com effeito em 1742 Manoel-Feliz de Souza foi do Mato-Grosso ao Pará pelo rio Guaporé, e em 1744 o capitão João de Souza e Azevedo, partindo das minas de Santa-Isabel na provincia de Mato - Grosso, embarcou-se no rio Sumidouro, e deixando-se levar pela corrente, navegou pelo Arinos Tapajós e Amazonas, e foi ter a Belem, capital da provincia do Pará, e quasi nesse mesmo tempo Francisco-Xavier de Moraes passou do Orenoco ao Amazonas descendo pelo rio Negro, e pelo canal, conhecido vulgarmente com o nome de Rio-Cassiquiari.

Em 1738 forão os Francezes expulsos da ilha de Fernão de Noronha, onde intentavão estabelecer-se, por não n'acharem povoada.

Desentranhou-se o Brasil em ouro durante o reinado de D. João V. sem que aquelle monarca volvesse os olhos para o paiz, donde lhe vinhão as avultadas quantias de dinheiro, que despendeo desajuizadamente com a construcção de Mafra, e erecção da patriarchal, parece porém que chegado quasi a seu fim se arrependeo de ter posto o Brasil em esquecimento, pois que se lembrou de mandar povoar em 1749 e 1750 a ilha de Santa-Catharina com casács de Açoritas, e que intentava crear no Maranhão uma fabrica de chitas da feição das da India, como se colhe das cartas regias expedidas ao marquez de Tavora, vice-rei da India, e ao vice-rei do Brasil, Conde d'Atouguia, nas quaes encom-

mendava ao primeiro de assoldadar na India 12 casaes de tecelões e de pintores expertos no fabrico daquella especie de lençaria, e de mandal' os com a brevidade possivel para o Brasil com os teares, rodas, engenhos, tintas, e o mais que fosse necessario para aquelle mister, e ao segundo de prestar todo accolhimento aos ditos tecelões e pintores e de concorrer com o necessario para o transporte d'elles para o Maranhão. Falleceo porém D. João V no mesmo mez em que assignou as cartas regias, de que fallamos, e poucos mezes depois de o ter feito; assim que podemos presumir que a morte, que lhe cortou da vida o fio, cortou-lhe tambem estes bons intentos, tornando-os abortivos, pois nem o Pára vio taes tecelões, nem é provavel tivesse o marquez de Tavora tempo para por em effeito o que lhe fora ordenado, antes do fallecimento do sobredito monarca.

Não foi porém de todo em todo estéril para o Brasil o reinado de D. João V, e no decurso delle algumas providencias se derão para o bem entendido cultivo dos preciosos vegetaes, que nelle se dão espontaneamente, e para a introdução de outros transplantados da India. Em 1691 foi o governador geral do Brasil Antonio Luiz Gonçalves da Camara, que residia na Bahia, encarregado de mandar para o Pará e Maranhão, Rio de Janeiro e mais provincias sementes da pimenteira de India e de caneleira, ou loureiro cinamomo e de promover o cultivo d'ambas estas especies. Em 1740 por alvará de 21 de maio foi prohibido, debaixo de graves penas, de cortar as bainilheiras ou baonilheiras sobretudo no Pará e no Maranhão. Gozava neste tempo de tanto favor e reputação o café destes Estados, que por alvara de 24 de julho de 1743 foi prohibido dar-se des-

pacho na casa da India a outro café, que não fosse do Pará ou Maranhão, afim de promover a plantação de cafezaes, e quasi no mesmo tempo forão confirmados e postos em vigor os alvarás de 9 de julho de 1644 e de 1668; o primeiro dos quaes isentava de direitos o anil do Pará e Maranhão, por ser reputado, senão de melhor qualidade que o de Guatimala, pelo menos em nada inferior, e o segundo que providenciava sobre o modo de cultivar o cravo do Maranhão.

As mesmas providencias forão renovadas no reinado d'el Rei D. José que se seguiu ao de D. João V.

Não foi bem estreada a intrancia do novo governo no que diz respeito ao Brasil, por isso que começou por restabelecer nas minas, por lei de 3 de dezembro de 1750, o imposto do Quinto, que havia sido substituido em 1735

pelo da capitação por conselho do benemerito Alexandre de Gusmão ; o qual era um tributo mais suave para os mineiros, e de mais facil arrecadação para os empregados do governo.

No ultimo anno do reinado d'el Rei D. João havia este Rei concluído com el Rei d'Hespanha um novo tratado de limites de seus dominios na America , e como no reinado seguinte se trata-se de por em execução os diversos artigos delle, encontrarão grandissima opposição da parte dos Brasis, e vierão a entender que era suscitada pelos conselhos dos jesuitas de ambas as nações, a cujo cargo estava a conversão e civilização dos indigenas. Havião aquelles padres organizado nas margens do Urúguai e do Paraguai, que ajuntando as suas agoas se transformão no rio da Prata, certa especie de governo theocratico, que se estendia desde o Pará até o rio que

acabamos de mencionar, e tinham de baixo de sua obediencia ao redor de cem mil indigenas, derramados em mais de trinta aldeas, os quaes se achavão, por industria dos sobreditos religiosos adestrados no manejo das armas de fogo, e em quasi todos os diversos exercicios militares; o que entendido por ambas as Côrtes, de mão commûa resolverão expulsar do Brasil os jesuitas, e para o conseguir com apparencia de justiça, imputarão-lhes quantos defeitos e vicios se podem imaginar. È bem verdade que aquella insigne e respeitavel ordem religiosa, com o andar dos annos se achava arredada de seu primitivo instituto, e que pode ser fossem os jesuitas os impulsores da opposição, que fazião os Indios á execução das ordens dos governos de Portugal e d'Hespanha, mas tambem pode ser contribuisse para a sobredita resistencia as injustiças contra

elles praticadas pelos governadores e capitães generaes do Maranhão e Pará. Citaremos a que praticou com aquelles povos Francisco Xavier de Mendonça, irmão do celebre marquez de Pombal, que nesta qualidade, e na de principal commissario portuguez, tendo de se avistar no Rio Negro com os de Hespanha, obrigou a quantos Indios ali havião a acompanhal'o naquella expedição, ficando as fazendas dós desgraçados por amanhar, e no fim do anno, em vez de os mandar para suas casas, os repartio pelos Portuguezes.

Comoquerque seja em 1756, 1757 e 1858 revoltarão-se os Indios das cabeceiras do Rio Negro, e fizerão grandes estragos em diversas povoações; forão porém derrotados pelo capitão Miguel de Siqueira, mandado pelo capitão general, acima nomeado. Não foi porém bastante esta victoria para serenar os ani-

mos dos Indios, que resistirão alguns ás forças hespanholas commandadas pelo marquez de Valdelirios, e ás portuguezas debaixo das ordens do celebre Gomes Freira de Andrade.

Tudo annunciava a grande tempestade de que estava ameaçada no Brasil, a companhia de Jesus, tempestade que veio a final a arrebentar no anno de 1758, no qual em Despacho do 1º de maio o Conde de Oeiras ministro secretario d'Estado significou ao conde das Arcos, vice-rei do Brasil, que residia na Bahia, que havendo el Rei D. José excluido do Paço e dos confessionarios os padres da companhia pela opposição que tinham feito á execução do tratado de limites, e por outros delictos de somma gravidade, como era constante do manifesto, de que lhe mandava diversos exemplares, lhe ordenava de os fazer espalhar por todo o Brasil.

Em consequência de que officiou o conde vice-rei ao provincial da companhia do Rio de Janeiro, que não o reconheceria por tal, senão depois que apresentasse a elle conde certidão do Regio beneplacito, intimando-lhe ao mesmo tempo de abster-se de toda a ingerencia no palacio e negocios do Estado. Par carta regia de 8 do mesmo mez e anno foi o arcebispo da Bahia encarregado de fazer recolher a seus respectivos conventos os religiosos da companhia, que acertassem de estar parokiando nas missoes e aldeas indias; e por outra carta regia da mesma data o desembargador da casa da supplicação Barbarino teve ordem de ir á Bahia intimar aos prelados da companhia houvessem de declarar, dentro do prazo de 20 dias, quaes os bens de raiz de que estavam de posse, e a licença regia que para isso tinham, e para sequestrar

quantos, sem a sobredita licença, se achassem em poder dos padres.

Finalmente forão presos sómente na provincia da Bahia trinta e oito religiosos da companhia, e remettidos em 30 de janeiro de 1759, para Lisboa, onde por lei do 3 de setembro do mesmo anno forão declarados rebeldes e traidores, e como taes proscriptos e desnaturalizados.

Relatamos, mais longamente talvez do que devíamos, a catastrophe e extinção da companhia de Jesus, por ser o successo e facto de maior importancia occorrido no reinado de D. Jose e no ministerio do marquez de Pombal, e tambem por nos parecer que assim o devíamos fazer por contemplação por uma ordem religiosa, que tanto contribuiu para a civilização dos naturaes do Brasil, e para a fundação da colonia portugueza, hoje florente imperio.

Não se limitou o governo portuguez a ser rigoroso para com as pessoas dos jesuitas, os seus bens e haveres forão incorporados no fisco por carta regia escripta no palacio da Ajuda an 19 de abril de 1761, a qual diz assim :

Antonio de Azevedo Coutinho, Manoel Estevão de Almeida Vasconcellos, e Jose Carvalho de Andrade eu el Rei vos envio muito saudar. Pela minha lei dada em Salvaterra de Magos a 25 de febreiro, e publicada na chancellaria mór do reino em 5 de março do presente anno, mando incorporar no meu fisco e camara real todos os bens seculares, que a companhia, chamada de Jesus, possuia e administrava nestes reinos, e todos os seus dominios com os padroados annexos aos mesmos bens, dividindó estes nas tres classes declaradas na referida lei. E para que a execução della seja em tudo regulada conforme

as minhas reaes e pias intenções hei por bem ordenar o seguinte.

Para a referida execução e todas as dependencias e negocios, que lhe forem annexoes ou connexos, como são, por exemplo, os arrendamentos, bemfeitorias, rendas, vendas, e tudo o mais pertencente á conservação e administração dos sobreditos bens, em quanto existirem nos proprios de minha real fazenda, e della não sahirem na forma abaixo declarada; sou servido ordenar, que vos congregueis tres vezes cada semana em uma junta, que estabeleço para os referidos negocios; assentando-vos para ella em mesa redonda sem precedencia; que a não costuma haver em semelhantes juntas extraordinarias, e salvos os direitos, que cadahum de vós tiver para preceder nos outros lugares competentes, tomando-se assento do que se vencer na mesma

junta pela pluralidade dos votos por um dos desembargadores dessa relação por turnos, e servindo cada um delles uma semana pela distribuição das suas respectivas antiguidades, desorte que principiando pelo mais antigo, venha a acabar no mais moderno, para assim se continuar depois successivamente nos outros turnos, que se forem seguindo.

No caso de faltar algum de vós por morte, ausencia, ou qualquer impedimento, que exceda o termo de vinte dias, se continuarão sempre com os que se acharem presentes e desempedidos, supprindo as sessões das referidas juntas o desembargador de aggravos mais antigo, em quanto eu não der outra providencia. O mesmo se praticará, se faltar mais de um dos ministros da junta por semelhante modo, para sempre se determinarem as materias pertencentes á sobredita execução, debaixo das dis-

disposições que nesta vão expressas.

Em quanto aos bens da primeira das referidas classes, consistentes em moveis, não immediatamente dedicados ao culto divino, em mercadorias de commercio, em fundos de terras e casas, e em rendas do dinheiro de empréstimos feitos a particulares, dos quaes bens todos os sobreditos regulares tinham posse e dominio como allodiaes e livres, sem serem gravados com vinculos de morgado, encargos de capella, ou algumas outras obras pias, se procederá da maneira seguinte. Os dinheiros de emprestimo se cobrarão suavemente dos devedores por consignações annuaes por elles feitas, em forma que não excedendo estas de cinco annos, e nomeando logo para ellas os mesmos devedores rendas, que fiquem seguramente obrigados á referida junta, para completarem annualmente os competentes pa-

gamentos, de modo que, no fim dos referidos cinco annos, fiquem as dividas extinctas; serão todos os ditos pagamentos recebidos por conta das sortes principaes, sem algum abatimento de juros ou interesses, os quaes nesse caso hei por remittidos e perdoados a beneficio dos respectivos devedores. Não satisfazendo porém estes, nem por uma só solução pecunaria, nem por consignação na sobredita forma, se procederá então contra elles na arrecadação de minha real fazenda, como direito for.

Os bens moveis, que não forem immediatamente applicados ao serviço das igrejas e sacristias dellas, serão vendidos em hasta publica, ou leilão nos mesmos collegios, e casas de residencia, onde existirem as pessoas, que por elles mais derem, como se tem praticado nesta côrte e reino, assistindo a estes actos ou os ministros que fizerão os se-

questros, ou aquelles que julgardes mais aptos. Os fundos das terras e casas allodiaes livres, e por taes pertencentes a esta primeira classe, serão da mesma sorte vendidos em hasta publica, na presença da referida junta congregada em corpo, tomando-se nella os lanços dos que mais offerecerem, fazendo-se arrematações ou a dinheiro de contado, ou a generos de boa qualidade, e de facil sahida nestes reinos, ou em uma só solução, como será melhor a respeito daquellas propriedades de valor competente, para se poderem logo pagar, por não excederem as faculdades ordinarias, ou em duas, tres, quatro, e cinco soluções annuaes a respeito das propriedades de valor mais consideravel, como são os engenhos, e outras semelhantes, ficando entretanto as fazendas que se venderem especialmente hypothecadas, até o integral pagamento dos

preços de suas vendas, com exclusiva de todas as supervenientes penhoras de qualquer outros credores, as quaes não poderão ser admittidas, nem produzir effeito, ou prestar impedimento algum aos referidos bens, pelo tempo em que estiverem obrigados á minha real fazenda, e assim se declarará em todos autos de arrematações, que se lavrarem. E estabelecendo-se na casa da mesma junta, para a arrecadação do dinheiro proveniente dos referidos bens allodiaes, um cofre de tres chaves, com livro de receita, e despeza, que estará sempre dentro no mesmo cofre, para á boca delle se fazerem as receitas e despezas pelo official da fazenda dessa cidade, que achardes mais idoneo, ou na falta delle pela pessoa, que vos parecer mais apta, nomeando com ella outra pessoa, que sirva de thesourciro, posto que as tres chaves do referido

cofre devem ficar sempre em vossas mãos.

Em quanto aos bens da segunda das referidas classes, isto é, que sahirão de minha real corôa, e para ella voltarão pelo direito de reversão, como são mercês de ordinaria, ou tenças de dinheiro, ou de fundos de terras e outras semelhantes; mandareis logo fazer uma relação individual de todas, e cada uma das referidas mercês, declarando-se nella os titulos, por que forão concedidas; os encargos que pelos mesmos titulos lhes forão impostos, a importancia do capital, e do rendimento annual de cada uma das ditas mercês no estado presente, para eu, á vista destas informações, poder tomar a resolução, que me parecer, recolhendo-se no entretanto os rendimentos destes bens em um segundo cofre, semelhante ao que deixo acima estabelecido, e com a mesma

arrecadação, para delle se fazerem os pagamentos que por mim vos forem ordenados.

E em quanto finalmente aos bens da terceira e ultima das referidas classes, quaes são os bens de raiz, e por taes seculares, que se achão gravados em capellas de missás, suffragios e outras obras pias, determino que, na forma da disposição da mesma lei, se faça logo immediatamente que receberdes esta, uma relação separada, que pelas primeiras náos me seja remettida, de cada uma das instituições daquella natureza, declarando-se nella primeiramente o nome do instituidor, ou instituidores; em segundo lugar os titulos pelos quaes disporerão; em terceiro lugar as obras pias que ordenarão; em quarto lugar os bens e rendas, que deixarão, para o cumprimento de suas disposições; em quinto lugar o que an-

nualmente produzem nas rendas certas e incertas cada um dos bens sujeitos á capella, ou disposição de que se tratar, e em sexto e ultimo lugar o que, em cada uma destas capellas ou instituições pias, ficar livre aos seus respectivos administradores, ou faltar para o comprimento dos legados para que eu, sobre esta clara informação, ou possa premiar com as administrações, que forem uteis, os serviços que se houverem feito e fizerem a minha real corôa, ou possa prover a respeito daquellas, que forem somente onerosas, desorte que se não falte ás boas obras determinadas pelos instituidores no que possível for, satisfazendo-se estas no entretanto pelo cabedal do outro cofre separado, em que ordeno seja estabelecido á receita e despeza destas capellas vagas, na mesma conformidade, e com a mesma arrecadação dos outros dous cofres, que deixo

acima ordenados. O dinheiro que tem produzido, e forem produzindo os bens da primeira das referidas classes, se irá remettendo em todas as occasiões, em que partirem náos de guerra, ao thesoureiro dos bens confiscados, Antonio dos Santos-Pinto, ou quem seu cargo servir, dirigindo-se-lhe os conhecimentos pela secretaria de estado da marinha e dominios ultramarinos, e mandando-se sempre por ella á minha real presença uma exacta relação do estado da receita e despeza deste, e dos outras dous cofres acima declarados.

Para a conservação dos collegios claustraes dos sobredites regulares expulsos e das suas igrejas, sacristias, e alfaias dellas, mando avisar ao ordinario dessa metropoli, que tenho ordenado se assista por conta de minha real fazenda. O que executareis nesta conformidade, sahindo as referidas des-

pesas do segundo e terceiro dos referidos cofres, conforme vos parecer, que é mais proprio segundo a applicação, que se houver de fazer.

No decurso do reinado, de que traetamos e no ministerio Pombal não deixou de progredir a colonização com a erecção de muitas e novas villas; primeiramente por terem sido elevadas á categoria de povoações a maior parte das aldeas parochiadas pelos jesuitas, e depois por se descobrirem novas minas: assim abundando em ouro o rio Tesouras da provincia de Goyaz, a povoação, que ali formarão os mineiros e faisqueiros em 1754, foi por provisão regia de 9 de julho de 1757 erigida em fregueria com o nome de Tesouras. Crearão-se um sem numero de novas villas, de que apontaremos chronologicamente tão somente aquellas, cuja creação achamos posta em memoria, e em primeiro lugar

citaremos a elevação da villa de Mocha a categoria de cidade com o nome de Oeiras, capital da provincia da Piahi, 1758. — Em 1759, as villas de Moura, Barcellos, Thomar, Serpa e Ega na provincia de Pará; Trancoso na da Bahia. Em 1760, alem da creação d'uma ouvedoria na comarca do Rio-Negro, a creação da villa de Chaves, hoje villa do Equador na provincia de Pará, Almeida na provincia do Espirito-Santo. Em 1761, creou-se na provincia da Bahia a villa de Belmonte, que outros querem que fosse em 1764. Em 1762, na mesma provincia Villa-Verde, e Prado na do Pará. Em 1765, Anadia na provincia das Alagoas. Em 1767, a villa de São-José, na segunda comarca da provincia de São-Paulo, e na mesma provincia em 1768 Parahitinga e em 1769 Atibaia, em 1770 Apiahi, Itapétinga e Itapéva. Em 1771, São-Matheos na provincia do Espirito-Santo e Villa-

Nova de São-Luiz ou Guaratuba na de São-Paulo. Em 1772, foi erecta a villa de Pombal da provincia de Parahiba, e tambem a que com o mesmo nome pertence a provincia do Pará e na da Bahia a villa d'Alcobaça. Em 1773, Villa-Nova d'el Rei n'a provincia do Rio de Janeiro, e Tamanduá na de Minas Geraes. Na de Santa-Catherina, em 1774 a villa de Laguna, e na do Rio Grande do Norte a de Estremoz.

Alem da creação das numerosas villa que acabamos de fazer uma bem imperfeita resenha, pela justa lei del Rei D. José de 5 de julho de 1755 deo aquelle illustrado ministro talho nas duvidas, contestações e debates provenientes d'um semnumero de resolucoes e arestos contradictorios, emanados dos governos anteriores, ácerca da liberdade dos indigenas, cujas disposições se desencontravão, declarando-

os absolutamente livres, como os demais Brasileiros, podendo, como taes, dispor de suas pessoas e bens, segundo lhes aprouvesse, sem outra sujeição temporal, senão a que devião ás leis, para, á sombra dellas, viverem em paz e boa união, e esforçou estas sabias providencias, mandando affixar em todas as praças das principaes cidade do Brasil, e especialmente nas das cidades de Belém e de São-Luiz do Maranhão editaes com a sobredita declaração, e instituindo neste mesmo anno um directorio para a civilização, e conversão dos Brazís, concebido em 95 artigos; papel que daremos aqui, quasi por inteiro, por isso que ainda agora honra a memoria daquelle ministro, como tambem por entendermos encerra elle maximas e conselhos, de que ainda nos podemos aproveitar no con-

cernente á civilização de nossos Brasis.

1º Sendo Sua Mag. servida pelo alvará com força de lei de 7 de junho de 1755, abolir a administração temporal, que os regulares exercitavão nos Indios das aldeias deste Estado, mandando-os governar pelos seus respectivos principaes; como estes pela lastimosa rusticidade e ignorancia, com que até agora forão educados, não tenham a necessaria aptidão, que se requer para o governo, sem que haja quem os possa dirigir, propondo-lhes não só os meios de civilidade, mas de conveniencia, e persuadindo-lhes os proprios dictames da racionalidade, de que vivem privados, para que o referido Alvará tenha a sua devida execução, e se verifiquem as Reaes e piissimas intenções do dito Senhor, haverá em cada uma das sobre-ditas povoações, em quanto os Indios não tiverem capacidade para se gover-

narem, um director, que nomeará o governador e capitão general do Estado, o qual deve ser dotado de bons costumes, zelo, prudencia, verdade, sciencia da lingua, e de todos os mais requisitos necessarios para poder dirigir com acerto os referidos Indios, debaixo das ordens e determinações seguintes, que inviolavelmente se observarão, em quanto Sua Mag. o houver assim por bem, e não mandar o contrario.

2º Havendo o dito senhor declarado no mencionado Alvará, que os Indios existentes nas aldêas, que passarem a ser villas, sejam governados no temporal pelos juizes ordinarios, vereadores, e mais officiaes de justiça, e os das aldêas, independentes das ditas villas pelos seus respectivos principaes. Como só ao alto e soberano arbitrio do dito senhor compete o dar jurisdição, ampliando-a ou limitando-a, como lhe pa-

recer justo, não poderão os sobreditos directores em caso algum exercitar jurisdição coactiva nos Indios, mas unicamente a que pertence ao seu ministerio, que é a directiva; advertindo aos juizes ordinarios e aos principaes, no caso de haver nelles alguma negligencia ou descuido, a indispensavel obrigação, que tem por conta dos seus empregos, de castigar os delictos publicos com a severidade, que pedir a deformidade do insulto, e a circumstancia do escandalo; persuadindo-lhes, que na igualdade do premio e do castigo consiste o equilibrio da justiça, e o bom governo da republica. Vendo porém os directores, que são infructuosas as suas advertencias, e que não basta a efficacia da sua direcção para que os ditos juizes ordinarios, e principaes castiguem exemplarmente os culpados; para que não aconteça, como regularmente succede, que a dis-

simulação dos delictos pequenos seja a causa de se commetterem culpas maiores, o participarão logo aos governadores do Estado e ministros de justiça, que procederão nesta materia na forma das reaes leis de S. M., nas quaes o mesmo Senhor recommenda, que nos castigos das referidas culpas se pratique toda aquella suavidade, e brandura, que as mesmas leis permitirem, para que o horror do castigo os não obrigue a desampárar as suas povoações, tornando para os escandalosos erros da gentilidade.

3º Não se podendo negar, que os Indios deste Estado se conservarão até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos sertões, em que nascerão, praticando os pessimos e abominaveis costumes do paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoraveis misterios da nossa sa-

grada religião, mas até das mesmas conveniências temporaes, que só se podem conseguir pelos meios da civilidade, da cultura, e do commercio, e sendo evidente, que as paternaes providencias do nosso Augusto Soberano se dirigem unicamente a christianizar e civilizar estes até agora infelizes e miseraveis povos, para que sahindo da ignorancia e rusticidade, a que se achão reduzidos, possam ser uteis a si, aos moradores e ao Estado; estes dous virtuosos e importantes fins, que sempre foi a heroica empresa do incomparavel zelo dos nossos catholicos e fidelissimos monarchas, serão o principal objecto da reflexão e cuidado dos directores.

4º Para se conseguir pois o primeiro fim qual é christianizar os Indios, deixando esta materia, por ser meramente espirital, á exemplar vigilancia do prelado desta diocese, recommendo unica-

mente aos directores, que da sua parte dêem todo o favor e auxilio para que as determinações do dito prelado respectivas á direcção das almas, tenham a sua devida execução ; e que os Indios tratem aos seus parochos com aquella veneração e respeito, que se deve ao seu alto character, sendo os mesmos directores os primeiros, que com as exemplares acções de sua vida lhes persuadão a observancia deste paragrapho.

5º Em quanto porèm á civilidade dos Indios , á que se reduz a principal obrigação dos directores por ser proprio do seu ministerio ; empregarão estes um especialissimo cuidado em lhes persuadir todos aquelles uteis, que podem ser conducentes a tão util e interessante fim, quaes são os que vou referir.

6º Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquistavão novos dominios, in-

troduzir logo nos povos conquistados o seu proprio idioma, per ser indisputavel que este é um dos meios mais efficazes para desterrar dos povos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes, e ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo que se introduz nelles o uso da lingua do principe, que os conquistou, se lhes radica tambem o affecto, a veneração e a obediencia ao mesmo principe. Observando pois todas as nações polidas do mundo este prudente e solido systema, nesta conquista se praticou tanto pelo contrario, que só cuidarão os primeiros conquistadores em estabelecer nella o uso da lingua que chamão geral, invenção verdadeiramente abominavel e diabolica, para que privados os Indios de todos aquelles meios, que os podião civilizar, permanecessem na rustica e barbara sujeição, em que até agora se conservarão.

Para desterrar este perniciosissimo abuso, será um dos principaes cuidados dos directores, estabelecer nas suas respectivas povoações, duas escolas publicas da lingua portugueza, não consentindo por modo algum, que os meninos e meninas, que pertencerem ás escolas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucção nesta materia, usem da lingua propria de suas nações, ou da chamada *geral*, mas unicamente da portugueza, na forma que Sua Mag. tem recommendado em repetidas ordens, que até agora se não observarão com total ruina espirital e temporal do Estado.

7º E como esta determinação é a base fundamental da civilidade, que se pertende, haverá em todas as povoações duas escolas publicas, uma para os meninos, na qual se lhes ensine a doutrina christã, a ler, escrever, e contar na

forma que se pratica em todas as escolas das nações civilizadas ; e outra para as meninas, naqual, além de serem instruidas na doutrina christã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, costura, e todos os mais ministerios proprios daquelle sexo.

8º Para a subsistencia das sobreditas escolas, e de um mestre e uma mestra, que devem ser pessoas dotadas de bons costumes, prudencia e capacidade, de sorte que possam desempenhar as importantes obrigações de seus empregos, se destinarão ordenados sufficientes, pagos pelos pais dos mesmos Indios, ou pelos parentes, em cujo poder elles viverem, concorrendo cada um delles com a porção, que se lhes arbitrar, ou em dinheiro ou em effeitos, que será sempre com attenção á grande miseria e pobreza, a que elles se achão presentemente reduzidos. No

caso porêm de não haver nas povoações pessoa alguma, que possa ser mestra de meninas, poderão estas até a idade de dés annos ser instruidas nas escolas dos meninos, onde aprenderão a doutrina christã, a ler e escrever, para que juntamente com as infalliveis verdades de nossa sagrada religião adquirão com maior facilidade o uso da lingua portugueza.

9º Concorrendo muito para a rusticidade dos Indios a vileza e o abatimento, em que tem sido educados, pois até os mesmos principaes, sargentos môres, capitães e mais officiaes das povoações, sem embargo dos honrados empregos que exercitavão, muitas vezes erão obrigados a remar as canoas, ou a ser *jacumaubas* e pilotos dellas, com escandalosa desobediencia ás reaes ordens de Sua Magestade; que foi servido recommendar aos padres missio-

narios por cartas de 1 e 3 fevereiro de 1701 firmadas pela sua real mão, o grande cuidado, que devião ter em guardar aos Indios as honras e os privilegios competentes aos seus postos: e tendo consideração a que nas povoações civis deve precisamente haver diversas graduações de pessoas á proporção dos ministerios que exercitão, as quaes pede a razão que sejam tratadas com aquellas honras, que se devem aos seus empregos, recommendo aos directores, que assim em publico, como em particular, honrem e estimem a todos aquelles Indios, que forem juizes ordinarios, vereadores, principaes, ou occuparem outro qualquer posto honorifico, e tambem as suas familias; dando-lhes assento na sua presença, e tratando-os com aquella distincção, que lhes for devida conforme as suas respectivas graduações,

empregos e cabedaes, para que, vendo-se os ditos Indios estimados publica e particularmente, cuidem em merceer com o seu bom procedimento as distinctas honras, com que são tratados, separando-se daquelles vicios, e desterando aquellas baixas imaginações, que insensivelmente os reduzirão ao presente abatimento e vileza.

10º Entre os lastimosos principios e perniciosos abusos, de que tem resultado nos Indios o abatimento ponderado, é sem duvida um delles a injusta e escandalosa introdução de lhe chamarem negros, querendo talvez, com a infamia e vileza deste nome, persuadir-lhes que a natureza os tinha destinado para escravos dos brancos, como regularmente se imagina a respeito dos pretos da costa d'Africa. E porque alem de ser prejudiciosissimo á civilidade dos mesmos Indios este abomina-

vel abuso, seria indecoroso ás reaes leis de Sua Magestade chamar negros a uns homens, que o mesmo senhor foi servido nobilizar, e declarar por isemptos de toda e quálquer infamia, habilitando os para todo o emprego honorifico: não consentirão os directores daqui por diante, que pessoa alguma chame negros aos Indios, nem que elles mesmos usem entre si deste nome, como até agora praticavão, para que comprehendendo elles, que lhe não compete a vileza do mesmo nome possão conceber aquellas nobres ideas, que naturalmente infundem nos homens a estimação e a honra.

11º A classe dos mesmos abusos se nao pode duvidar que pertence tambem o inalteravel costume, que se praticava em todas as aldeas: de nao haver um so Indio, que tivesse sobrenome. E para se evitar a graude confusão, que

precisamente havia de resultar de haver na mesma povoação muitas pessoas com o mesmo nome, e acabarem de conhecer os Indios com toda a evidencia, que buscamos todos os meios de os honrar e tratar, como se fossem brancos; terão daqui por diante todos os Indios sobrenomes, havendo grande cuidado nos directorios em lhes introduzir os mesmos appellidos, que os das familias de Portugal; por ser moralmente certo, que tendo elles os mesmos appellidos, e sobrenomes, de que usão os brancos e as de mais pessoas, que se achão civilizadas, cuidarão em procurar os meios licitos e virtuosos de viverem, e se tratarem á sua imitação.

12º Sendo tambem indubitavel, que para a incivilização e abatimento dos Indios tem concorrido muito a indecencia, com que se tratão em suas casas, assistindo diversas familias em

uma só, na qual vivem como brutos, faltando aquellas leis da honestidade, que se deve á diversidade dos sexos; do que necessariamente ha de resultar maior relaxação nos vícios, sendo talvez o exercicio delles, especialmente o da torpeza, os primeiros elementos, com que os paes de familia educação seus filhos: cuidarão muito os directores em desterrar das povoações este prejudicialissimo abuso, persuadindo aos Indios que fabriquem as suas casas á imitação dos brancos, fazendo nellas diversos repartimentos, onde vivendo as familias com separação, possam guardar, como racionaes, as leis da honestidade e policia.

13º Mas concorrendo tanto para a incivilidade dos Indios os vícios e abusos mencionados, não se pode duvidar que o da ebriedade os tem reduzido ao ultimo abatimento: vicio entre elles

tão dominante e universal, que apenas se conhecerá um só Indio, que não esteja sujeito á torpeza deste vicio. Para destruir pois este poderoso inimigo do bem commum do Estado, empregarão os directores todas as suas forças em fazer evidente aos mesmos Indios a deformidade deste vicio; persuadindo-lhes com a maior efficacia o quanto será escandaloso, que, applicando Sua Magestade todos os meios, para que elles vivão com honra e estimação, mandando-lhes entregar a administração e governo temporal das suas respectivas povoações, ao mesmo tempo, em que só devião cuidar em se fazer benemeritos daquellas distinctas honras, se inhabilitem para ellas, continuando no abominavel vicio de suas ebriedadeses.

14º Porèm como a reforma dos costumes, ainda entre homens civilizados, é a empreza mais ardua de conseguir-

se, especialmente pelos meios da violência e do rigor : e a mesma natureza nos ensina que só se pode chegar gradualmente ao ponto da perfeição, vencendo pouco a pouco os obstáculos, que a removem, e a difficultão : advirto aos directores, que para desterrar nos Indios as ebriedades e mais abusos ponderados, usem dos meios de suavidade e de brandura para que não succeda, que degenerando a reforma em desesperação, se retirem do gremio da Igreja, ao que os convidará de uma parte o horror do castigo, e da outra a congenita inclinação aos barbaros costumes, que seus pais lhes ensinarão com a instrução, e com o exemplo.

15.^o Finalmente, sendo a profanidade do luxo, que consiste na excessiva e superflua preciosidade das galas, um vicio dos capitães, que tem empobrecido e arruinado os povos, é lastimoso o des-

prezo, e tão escandalosa a miseria, com que os Indios costumão vestir-se, que se faz preciso introduzir nelles aquellas imaginações, que os possam conduzir a um virtuoso e moderado desejo de usarem de vestidos decorosos e decentes, desterrando delles a desnudez, que sendo effeito não da virtude, mas da rusticidade, tem reduzido toda essa corporação de gente á mais lamentavel miseria. Pelo que ordeno aos directores, que persuadão aos Indios os meios licitos de adquirirem pelo seu trabalho com que se possam vestir á proporção da qualidade de suas pessoas, e das gradações de seus postos, não consentindo de modo algum que andem nus, especialmente as mulheres em quasi todas as povoações, com escandalo da razão, e horror da mesma honestidade.

16º Dirigindo-se todas as reaes leis que até agora emanarão do throno, ao

bom regimen dos Indios, e ao bem espirital e temporal delles: e **querendo** os nossos Augustos Monarchas, que os mesmos Indios pelo meio de seu honesto trabalho, sendo uteis a si, **concorra**o para o solido estabelecimento do Estado, fazendo-se entre elles e os moradores reciprocas as utilidades, e communicaveis os interesses como já se declarou no §. 10 do Regimento das Missões: para o que foi servido o mesmo Senhor mandar entregar aos Padres missionarios a administracão economica e politica das mesmos Indios: cujos importantes fins só se podião conseguir pelos meios da cultura e do commercio: de tal sorte se não executarão estas piissimas e reaes determinações, que applicados os Indios unicamente as conveniencias particulares, não se omittio meio algum de os separar do commercio e da agricultura. Para conseguir pois

estes dous virtuosos e interessantes fins, observarão os directores as ordens seguintes.

17º Em primeiro lugar cuidarão muito os directores em lhes persuadir o quanto lhes será util o honrado exercicio de cultivarem as suas terras ; porque por este interessante trabalho não só terão os meios competentes para sustentarem com abundancia as suas casas e familias ; mas vendendo os generos, que adquirem pelo meio da cultura, se augmentarão nelles os cabedaes á proporção das lavouras e plantações que fizerem. E para que estas persuasões cheguem a produzir o effeito que se deseja , lhes farão comprehender os directores , que a sua negligencia e o seu descuido tem sido a causa do abatimento e pobreza , a que se achão reduzidos , não omittindo finalmente diligencia alguma de introduzir nelles

aquella honesta e louvavel ambição, que, desterrando das republicas o pernicioso vicio da ociosidade, as constituem populosas respeitaveis e opulentas.

18º Consequentemente lhes persuadirão os directores, que dignando-se Sua Magestade de os habilitar para todos os empregos honorificos, tanto os não inhabilitará para estas occupaões o trabalharem nas suas proprias terras, que antes pelo contrario, o que renderá mais serviço ao publico neste fructuoso trabalho, terá preferencia a todos nas honras, nos privilegios, e nos empregos, na forma que Sua Magestade ordena.

19º Depois que os directores tiverem persuadido aos Indios estas solidas e interessantes maximas, de sorte que percebam evidentemente o quanto lhes será util o trabalho, e prejudicial a

ociosidade; cuidarão logo em examinar com a possível exactidão, se as terras, que possuem os ditos Indios (que na forma das reaes ordens de Sua Magestade devem ser adjacentes ás suas respectivas povoações) são competentes para o sustento das casas e familias, e para nellas fazerem as plantações e as lavouras, desorte que com a abundancia dos generos, possam adquirir as conveniencias, de que até agora vivião privados, por meio do commercio em beneficio commum do Estado. E achando que os Indios não possuem terras sufficientes para a plantação dos preciosos fructos, que produz esse fertilissimo paiz, ou porque na distribuição dellas se não observarão as leis da equidade e da justiça, ou porque as terras adjacentes ás suas povoações forão dadas em sesmarias a outras pessoas particulares, serão obrigados os directores a

remetter logo ao governo do Estado uma lista de todas as terras situadas no continente das mesmas povoações, declarando os Indios que se achão prejudicados na distribuição, para se mandarem logo repartir na forma, que Sua Magestade manda.

20 Consistindo a maior felicidade do paiz na abundancia de pão, e de todos os mais viveres necessarios para a conservação da vida humana, e sendo as terras, de que se compõe este Estado, as mais ferteis e abundantes, que se reconhecem no mundo; dous principios tem concorrido igualmente para a consternação e miseria, que nelle se experimenta. O primeiro é a ociosidade, vicio quasi inseparavel e congenito a todas as nações incultas, que sendo educadas nas densas trevas de sua rusticidade, até lhes faltão as luzes do natural conhecimento da propria convenien-

cia : o segundo é o errado uso que até agora se fez do trabalho dos mesmos Indios, que applicado á utilidade particular de quem os administrava e dirigia, havião de padecer os habitantes do Estado o prejudiciosissimo damno de não ter quem os servisse, e ajudasse na colheita dos fructos e extracção das drogas, e os miseraveis Indios, faltando por este principio á interessantissima obrigação das suas terras, havião de experimentar o irreparavel prejuizo dos muitos e preciosos effeitos, que ellas produzem.

21º Estes successivos damnos, que tem resultado sem duvida dos mencionados principíos, arruinarão o interesse publico, diminuirão nos povos o commercio, e chegarão a transformar neste paiz a mesma abundancia em esterilidade, desorte que pelos annos de 1754, 1755, chegou a tal excesso a carestia

da farinha, que, vendendo-se a pouca, que havia, por preços exorbitantes, as pessoas pobres e miseraveis se vião precisadas a buscar nas fructas silvestres do mato o quotidiano sustento, com evidente perigo das proprias vidas.

22º Ensinando pois a experiencia e a razão, que assim como nos exercitos faltos de pão não pode haver obediencia, e disciplina, assim nos paizes, que experimentão esta sensivel falta, tudo é confusão, e desordens, vendo-se obrigados os habitantes delles a buscar nas regiões estranhas e remotas os mantimentos precisos com irreparavel detrimento das manufacturas, das lavouras, dos traficos, e do louvavel e virtuoso trabalho da agricultura, para se evitarem tão perniciosos damnos, terão os directores um especial cuidado em que todos os Indios, sem excepção alguma, fação roças de maniva, não só para a

sustentação de suas casas e familias, mas com que possam prover abundantemente o arraial do Rio-Negro, soccorrer os moradores da cidade, e munieionar as tropas, de que se garante o Estado; bem entendido, que a abundancia da farinha, que neste paiz serve de pão, como base fundamental do commercio, deve ser o primeiro e principal objecto dos directores.

23º Alem das roças de maniva, serão obrigados os Indios a plantar feijão, milho, arroz, e todos os mais generos comestiveis, que com pouco trabalho dos agricultores costumão produzir as fertilissimas terras deste paiz, com os quaes se utilizarão os mesmos Indios, se augmentarão as povoações, e se fará abundante o Estado, animando-se os habitantes d'elle a continuar no interessantissimo commercio dos sertoes, que até aqui tinham abandonado, ou porque

totalmente lhes faltavão os mantimentos precisos para a fornecimento⁶ das canoas, ou porque os excessivos preços, porque se vendião, lhes diminuião os interesses.

24º Sendo pois a cultura das terras o solido fundamento daquelle commercio, que se reduz á venda; e commutação dos fructos; e não podendo duvidar-se que entre os preciosos effeitos, que produz o paiz, nenhum é mais interessante que o algodão; recommendo aos directores, que animem os Indios a que fação plantações deste ultimo genero, novamente recommendado pelas reaes ordens de Sua Magestade; porque sendo a abundancia delle o meio mais proporcionado para se introduzirem neste Estado as fabricas deste panno, em breve tempo virá a ser este ramo de commercio o mais importante para os moradores delle, com reciproca utili-

dade não só do reino, mas das nações estrangeiras.

25º Igual utilidade á das plantações de algodão considero nas lavouras de tabaco, genero sem duvida tão util para os lavradores delle, como se experimenta nas mais partes da nossa America, não só pelo grande consumo, que ha deste preciso genero nos mesmos paizes, que o produzem, mas porque supporta a indefectivel extracção, que ha delle para o reino, evidentemente se comprehende o quanto este ramo de commercio será importante para os moradores do Estado. Mas como as lavouras do tabaco são mais laboriosas, que as plantações dos mais generos, será preciso, para se introduzir nos Indios este interessantissimo trabalho, que os directores os animem, propondo-lhes não só as conveniencias, mas as honras que delle lhes hão de resultar; per-

suadindo-lhes, que á proporção das arrobas de tabaco, com que cada um delles entrar na casa da inspecção, se lhes distribuirão os empregos e os privilegios.

26° E como para se estabelecer a cultura dos mencionados generos nas referidas povoações, não bastará toda a actividade e zêlo dos directores, sendo mais poderoso que as suas praticas o inimigo commum da frouxidão e negligencia dos Indios, que com a sua apparente suavidade os tem radicado nos seus pessimos costumes, com abatimento total do interesse publico: para que o governador do estado, sendo informado daquelles indios, que entregues ao abominavel vicio da ociosidade faltarem á importantissima obrigação da cultura das suas terras, possa dar as providencias necessarias para remediar tao sensiveis damnos, serao obri-

gados os directores a remetter, todos os annos, uma lista das roças, que se fizerem, declarando nella os generos que se plantarão, pelas suas qualidades e os que se receberão, e também os nomes assim dos lavradores, que cultivarão os ditos generos, como dos que não trabalharão; explicando as causas e os motivos, que tiverão para faltarem a tão preciosa, e interessante obrigação; para que á vista das referidas causas possa o mesmo governador louvar em uns o trabalho, e castigar em outros a ociosidade e a negligencia.

27º Sendo inuteis todas as providencias humanas, quando não são protegidas pelo poderoso braço da Omnipotencia divina, para que Deus nosso Senhor felicite e abençõe o trabalho dos Indios na cultura das suas terras, será preciso desterrar de todas estas

povoações o diabolico costume de se não pagarem dizimos. Em signal do supremo dominio reservou Deus para si, e para os seus ministros a decima parte de todos os fructos, que produz a terra, como autor universal de todos elles. Sendo esta obrigação commum a todos os catholicos, é tão escandalosa a rusticidade, com que tem sido educados os Indios, que não só não reconheciam a Deus com este limitadissimo tributo mas até ignoravão a obrigação que tinham de o satisfazer. Para deterrar pois dos Indios este perniciosissimo costume, que na realidade se deve reputar por abuso, por ser materia, que, conforme o direito, não admite prescrição, e para que Deus, nosso Senhor felicite o seu trabalho, e as suas lavouras, serão obrigados daqui por diante a pagar os dizimos, que consistem na decima parte de todos os

fructos que cultivarem, e de todos os generos que adquirirem, sem excepção alguma, cuidando muito os directores em que os referidos Indios observem exactamente a pastoral, que o dignissimo prelado desta diocese mandou publicar em todo o bispado, respectiva a esta importantissima materia.

28º Mas como a observancia deste capitulo será summamente difficultosa, em quanto se não destinar methodo claro, racional e fixo para se cobrarem os dizimos sem detrimento dos lavradores, nem prejuizo da Fazenda real; attendendo por uma parte a que os Indios costumão desfazer immediatamente as roças para fomento das suas ebriedades, e por outra parte ao pouco escrupulo com que deixarão de satisfazer este preceito, por ignorarem assim as censuras ecclesiasticas, em que incorrem os transgressores delle,

como os horrorosos castigos, que o mesmo Senhor lhes tem fulminado : serão obrigados os directores, no tempo que julgarem mais opportuno, a examinar pessoalmente todas as roças ~~na~~ companhia dos mesmos Indios, que as fabricarão, levando comsigo dous louvados, que sejão pessoas de fidelidade e inteireza um por parte da Fazenda real, que nomearão os directores, e outro que os lavradores nomearão pela sua parte.

29º Aos ditos louvados recomendarão os directores, depois de lhes defirir o juramento, que sendo chamados para avaliarem todos os fructos, que pouco mais ou menos poderão render, naquelle anno, as ditas roças, de tal sorte se devem dirigir pelos dictames da equidade, que se attenda sempre á notoria pobreza dos Indios, fazendo se a dita avaliação a favor dos agricultores.

Concordando os ditos louvados nos votos, se fará logo assento em um caderno de que avaliando os louvados F. e F. a roça de tal Indio julgarão uniformemente, que renderia naquelle anno tantos alqueires, dos quaes pertencem tantos ao dizimo, cujo assento deve ser assignado pelos directores, louvados, e pelos mesmos lavradores. No caso porém de não concordarem nos votos, nomearão as camaras nas povoações, que passarem a ser villas, e nas que ficarem sendo lugares os seus respectivos principaes, terceiro louvado, a quem os directores darão tambem o juramento, para que decidão a dita avaliação pela parte que lhe parecer justo, de que se fará assento no referido caderno.

30º Concluida deste modo a avaliação do rendimento das roças, mandarão os directores extrahir do caderno mencio-

nado uma folha pelo escrivão da camara, e na sua ausensia ou impedimento, pelo do publico, pela qual se deve proceder á cobrança dos dizimos, cuja importancia liquida se lançará em um livro, que haverá em todas as povoações, destinado unicamente para este ministerio, e rubricado pelo provedor da fazenda real: declarando se nelle em o titulo da receita assim as distinctas parcellas, que se receberão, como os nomes dos lavradores, que as entregarão, concluindo-se finalmente a dita receita com um termo feito pelo mesmo escrivão, e assignado pelo director, como recebedor dos referidos dizimos. Advertindo porém que nem um, nem outro poderão levar emolumento algum pelas referidas diligencias, por serem dirigidas á boa arrecadação da fazenda real, á qual pertencem em todas as conquistas os dizimos na conformidade das bullas pontificias.

31º E para que os ditos directores não experimentem prejuizo algum na arrecadação dos referidos generos, que lhes ficão carregados em receita, haverá em todas as povoações um armazem, em que todos estes effeitos se possam conservar, livres de corrupção, ou de outro qualquer detrimento, ficando por conta dos mesmos directores, o beneficiarem os ditos generos de sorte que por este principio não padeção a menor damnificação até serem remettidos para a provedoria, o que os directores executarão na forma que se segue.

Os artigos 32, 33 e 34 versão sobre o modo, por que se devia effectuar a remessa dos sobreditos generos; e por que não encerrão materia, que relevante seja, contentamo-nos tamsómente com apontal'os, passando ao arto.

35º Sendo pois a cultura das terras

o solido principio do commercio, era infallivel consequencia que este se abatesse á proporção da decadencia daquella, e que pelo tracto dos tempos viessem estas duas causas a produzir os lastimosos effeitos da total ruina do Estado. Para reparar pois tão prejudicial e sensivel damno observarão os directores a este respeito as orçens seguintes.

36.^a Entre os meios, que podem conduzir qualquer republica a uma completa felicidade, nenhum é mais efficaç, que a introdução do commercio, por isso que enriquece os povos, civiliza as nações, e consequentemente constitue poderosas as monarchias. Consiste o commercio essencialmente na venda ou commutação dos generos, e na communicação com a gentes, e se desta resulta a civilidade daquella o interesse e a riqueza. Para que os Indios

destas novas povoações logrem a sólida felicidade de todos estes bens, não omitirão os directores diligencia alguma proporcionada a introduzir nelles o commercio, fazendo-lhes demonstrativa a grande utilidade, que lhes ha de resultar de venderem por seu justo preço as drogas, que extrahem das sertes, os fructos que cultivarem, e todos os mais generos, que adquirirem pelo virtuoso e louvavel meio da sua industria e do seu trabalho.

37° É certo indisputavelmente que na liberdade consiste a alma do commercio. Mas sem embargo de ser esta a primeira e mais substancial maxima de politica, como os Indios pela sua rusticidade e ignorancia, não podem comprehender a verdadeira e legitima reputação dos seus generos, nem alcançar o justo preço das fazendas, que devem comprar para o seu uso, para se

evitarem os irreparaveis dolos, que as pessimas imaginações dos commerciantes deste paiz tem feito inseparaveis dos seus negocios: observarão os directores as determinações abaixo declaradas, as quaes de nenhum modo offendem a liberdade do commercio, por serem dirigidas ao bem commum do Estado, e á utilidade particular dos mesmos commerciantes.

38º Primeiramente haverá em todas as povoações pesos e medidas, sem as quaes se não pode conservar o equilibrio na balança do commercio. Em todo este Estado tem feito evidente a experiencia os prejudicialissimos damnos, que produzio este infernal abuso, opposto igualmente aos interesses publicos, e particulares; porque costumando-se vender em todas estas povoações a farinha, arroz e feijão por *paneiros*, sem que fossem alqueirados, precisa-

mente havião de ser reciprocos os prejuizos pela falta de fé publica, que é a base fundamental de todo o negocio. Para remediar esta perniciosissima desordem, ordeno aos directores cuidem logo em que nas suas povoações haja pesos e medidas, as quaes devem ser afferidas pelas respectivas camaras, porque deste modo nem os Indios poderão falsificar os *paneiros* na diminuição dos generos, nem as pessoas, que commerceão com elles, experimentarão a violencia de os satisfazer, como alqueirês, não o sendo na realidade; restabelecendo-se deste modo entre uns e outros aquella mutua fidelidade, sem a qual nem o commercio se pode augmentar, nem ainda subsistir.

39º Em segundo lugar, recommendo aos ditos directores, que por nenhum modo consintão, que os Indios commercem a seu livre arbitrio; por-

que não podendo negar-se-lhes a liberdade de venderem, ou commutarem os fructos, que tiverem cultivado, áquellas pessoas, e naquellas partes, donde lhes possam resultar maior utilidade, nem devendo prohibir-se aos moradores do Estado o commercio com os ditos Indios nas suas mesmas povoações, porque deste modo se ficaria conservando a odiosa separação, que até agora se praticou entre uns e outros, contra as reais ordens de S. Mag. como já se declarou no § 9. dos regimentos das missões: como supposto da parte dos Indios o desinteresse, e a ignorancia, e da parte dos moradores o conhecimento, e a ambição, ficando a venda dos generos ao arbitrio e convenção das partes, faltaria no mesmo commercio a igualdade, não poderão os Indios até segunda ordem de S. Mag. fazer negocio algum, sem

a assistencia dos seus directores, para que regulando estes racionavelmente o preço dos fructos, e o valor das fazendas, sejam reciprocas as utilidades entre uns e outros commerciantes.

40° Ficando pois na liberdade dos Indios ou vender seus fructos por dinheiro, ou commutal'os por fazendas, na forma que costumão as mais nações do mundo; sendo innegavelmente certo, que as mesmas fazendas umas são nocivas aos Indios, como é a aguardente, e outra qualquer bebida forte; e outras se devém reputar superfluas, attendendo ao miseravel estado a que se achão reduzidos; não consentirão os directores, que elles commutem os seus generos por fazendas, que lhes não sejam uteis, e precisamente necessarias para o seu decente vestido e das suas familias, e muito menos por aguardente, que neste Estado é o semi-

nario das maiores iniquidades, perturbações e desordens.

41º E como para extinguir totalmente o injusto e prejudicial commercio da aguardente, não bastaria só prohibir aos Indios o commutarem por ella os seus effeitos, não se cominando pena grave a todos aquelles, que costumão introduzir nas povoações este perniciosissimo genero; ordeno aos directores, que apenas chegar ao porto de suas respectivas povoações alguma canôa, ou outra qualquer embarcação, a vão logo examinar pessoalmente, levando na sua companhia o principal e o escriptão da camara, e na falta destes a pessoa, que julgarem de maior capacidade; e achando na embarcação aguardente que nao seja para o uso das mesmos Indios, que remao na forma abaixo declarada, prenderão logo o cabo da canoa, e o remetterão a esta

praça á ordem do governo do Estado , tomando por perdida a dita aguardente, que se applicará para os gastos da mesma povoação, de que se fará termo de tomadía nos livros da camara , assignado pelos directores e mais pessoas que a presenciarem.

42º Mas, porque pode succeder, que fazendo viagem alguma destas canoas para o sertão , ou para outra qualquer parte, que seja indispensavelmente necessario conduzir algumas frasqueiras d'aguardente, ou para remedio, ou para gasto dos Indios da sua esquipação, o que devem depôr os mesmos cabos de baixo de juramento, que lhes deferirão os directores ; para se acautelarem os irreparaveis damnos , que os ditos cabos podem causar nas povoações por meio deste prejudicialissimo commercio, em quanto elles se demorarem naquelles postos, mandarão os directores

pôr em deposito as sobreditas frasqueiras em parte, onde possam ser guardadas com fidelidade: as quaes lhes serão entregues apenas quizerem continuar a sua viagem, assignando termo de não contratarem com o referido genero, assim naquella, como em outra povoação.

43º Ao mesmo tempo que, para favorecer a liberdade do commercio, permitto que os Indios possam vender nas suas, e em outras quaesquer povoações os generos que adquirirem e os fructos que cultivarem, exceptuando unicamente os que forem necessarios para a sustentação de suas casas e familias, o que so poderao fazer, achando-se presentes os seus directores, ordeno aos mesmos directores debaixo das penas cominadas no § 80, que nem por si, nem por interposta pessoa possam pessoalmente comprar aos Indios os referidos

generos, nem estipular com elles directa, ou indirectamente negocio ou contrato algum por mais racionavel, e justo que pareça.

44º E para que os directores possam dar uma evidente demonstração de sua fidelidade, e de seu zêlo, e os Indios possam vender os seus generos, livres de todos os enganos, com que até agora forão tratados, logrando pacificamente á sombra da real protecção de Sua Magestade aquellas conveniências, que naturalmente lhes podem resultar de um negocio licito, justo e virtuoso ; haverá em todas as povoações um livro chamado do commercio, rubricado pelo provedor da Fazenda Real, no qual os directores mandarão lançar pelos escriptores da camara ou do publico, e na falta destes pelos mestres das escolas, assim os fructos e gêneros que se venderão, como as fazendas, porque se

commutarão . explicando-se a reputação destas, e o preço daquelles, e também o nome das pessoas, que commerciarão com os Indios, de cujos assentos, que serão assignados pelos mesmos directores e commerciantes, extrahindo-se uma lista em forma authentica, a remetterão todos os annos ao governador do Estado, para que se possa examinar, com a devida exacção, a pureza, com que elles se conduzirão em materia tão importante como esta, de que depende sem duvida a subsistencia e augmento do Estado.

45º Mas como todas estas providencias se dirigem primeiramente á maior utilidade dos Indios, e vendendo-se os generos na cidade, ficará sendo para elles mais vantajoso e util o commercio; attendendo por uma parte á maior reputação, que ha de ter nella, e por outra ao limitado dispendio, que se fará

nos transportes, por ser paiz cercado por toda a parte de rios, pelos quaes se podem transportar os generos com muita facilidade, e pouca despeza : recommendo aos directores, que persuadão os Indios pelos meios da suavidade, quaes são neste caso o propor-lhes a sua maior conveniencia, que condução para a cidade todos os seus generos e fructos, que aliás poderiam vender nas suas povoações, observando os directores nesta materia aquella mesma forma, que se determina nos §§ subsequentes a respeito do commercio do sertão.

46º Não podendo duvidar-se, que entre os ramos do negocio, de que se constitue o commercio deste Estado nenhum é mais importante, nem mais util que o do sertão, o qual consiste na extracção das proprias drogas, que nelle produz a natureza, nas feitorias

de manteiga de tartaruga salgas de peixe óleo de copahiva, azeite de andiroba e de outros muitos generos, de que é abundante o paiz : empregarão os directores a mais exacta vigilancia, e incessante cuidado em introduzir e augmentar o referido commercio nas suas respectivas povoações. E para que nesta tão interessantissima materia possam os directores conduzir-se por uma regra fixa e invariavel, observarão a forma, que lhes vou prescrever.

47.º Em primeiro lugar se informarão das qualidades das terras, que são adjacentes e proximas ás suas povoações, e dos effeitos, de que são abundantes: e achando que dellas se poderá extrahir este ou aquelle genero com maior facilidade, esse sera o ramo de negocio, a que applicuem todo o cuidado: bem entendido, que todo o commercio se funda em solidas e verdadeiras maxi-

mas : primeira, que em todo o negocio cresce a utilidade ao mesmo passo que diminue a despesa, sendo evidentemente certo, que aquelle genero que poder fabricar-se em menos tempo, e com menos numero de trabalhadores, terá melhor consumo, e consequentemente será mais bem reputado : segunda, que seria summamente prejudicial, que todas as povoações, de que se compõe uma monarchia, ou um Estado, applicando-se á fabrica, ou extracção d'um só effeito, conservasse o mesmo ramo de commercio ; não só porque a abundancia daquelle genero o reduziria ao ultimo abatimento, com total prejuizo dos commerciantes, mas tambem porque as referidas povoações não poderiam mutuamente soccorrer-se, comprando umas o que lhes falta, e vendendo outras o que lhes sobeja.

48º Na intelligencia destas duas fun-

damentaes e interessantes maximas, recommendo muito aos directores, que estabelecão o commercio das suas respectivas povoações, persuadindo aos Indios aquelle negocio, que lhes for mais util na forma, que tenho ponderado, e ainda mais claramente explicarei. Se as ditas povoações estiverem proximas ao mar, ou forem sitiadas nas margens de rios, que sejam abundantes de peixes, sera a feitoria das salgas o ramo de commercio, de que resultará maior utilidade aos interessados. Se porém os rios e as terras adjacentes ás suas povoações produzirem com abundancia cacão, salsa, cravo, ou outro qualquer effeito, empregarão os directores todo o seu cuidado em applicar os Indios a este ramo de negocio.

49º Para animar os Indios a frequentar gostosamente o interessante commercio do sertao, lhes explicarão os

directores, que daqui por diante toda a utilidade, que resultar do seu trabalho, se distribuirá entre elles mesmos; correspondendo a cada um o interesse á proporção do mesmo trabalho. E como a utilidade do referido negocio deve ser igual para todos, observarão os directores na nomeação que fizerem delles para o mencionado commercio a forma seguinte. Apenas se concluir o trabalho da cultura das terras, que em todas as circumstancias deve ser o primeiro objecto dos seus cuidados, chamarão á sua presença todos os principaes, e mais Indios, de que constar a povoação, e achando que todos elles desejão hir ao negocio do sertão, os nomeará juntamente com os principaes, guardando inviolavelmente as leis da alternativa; porque deste modo experimentarão todos igualmente o peso do trabalho, e a suavidade do lucro : bem entendido,

que a dita nomeação se fará unicamente daquella parte dos Indios, que pertencerem á distribuição das povoações, como abaixo se declarará.

50^a Mas como não seria justo, que os principaes, capitães môres, sargentos môres, e mais officiaes, de que se compõe o governo das povoações, que Sua Magestade tem ordenado nas suas reaes e piíssimas leis, que se lhes guardem todas aquellas honras, competentes á gradação de seus postos, se redizissem ao abatimento de precisarem hir pessoalmente á extracção das drogas do sertao; poderão os ditos principaes mandar nas canoas, que forem ao dito negocio, seis Indios por sua conta, não havendo mais do que dous principaes na povoação; e excedendo este numero poderao mandar até quatro Indios cada um; os capitães môres, sargentos môres quatro, e os officiaes dous; os quaes de-

vem ser extrahidos do numero da repartição do posto ; ficando os ditos officiaes com a obrigação de lhes satisfazerem os seus salarios na forma das reaes ordens de Sua Magestade. E querendo os ditos principaes, capitães môres, e sargentos môres voluntariamente hir com os Indios, que se lhes distribuirem, á extracção daquellas drogas, o poderão fazer alternativamente, ficando sempre metade dos officiaes na povoação.

51º Consistindo pois no augmento deste commercio o solido estabelecimento do Estado, para que aquelle não só subsista, mas floresça, correrá por conta das camaras nas povoações, que forem villas, e nas que forem lugares por conta dos principaes, a expedição das referidas canoas ; tendo a seu cargo o mandal'as preparar em tempo habil, provel'as dos mantimentos necessarios

e de tudo o mais que for preciso, para que possão fazer viagem ao sertão, e cujas despesas se lançarão nos livros das mesmas camaras: com a condição porém de que não poderão tomar resolução alguma nesta importante materia, sem primeiro a participarem aos seus respectivos directores. Mas supposto encarrego ao zelo e enuidado das camaras e principaes a execução de todas estas providencias, lhes recommendo, que antes de expedirem as canoas, recorram por petição ao governador do Estado, explicando o numero de Indios, de que se compõe a esquipação dellas, assim para lhes declarar o modo, com que devem proceder na factura do cação, como para se satisfazerem os novos direitos na mesma forma que se pratica com outro qualquer mercador.

52. E como as canoas destinadas para

negocio não só devem levar o numero de Indios competentes á sua esquipação, mas alguns de sobrecellentes, para que não succeda que fallecendo, enfermado, ou fugindo alguns, fiquem as canoas nos sertões expostas ao ultimo desamparo, como repetidas vezes tem succedido; poderão as mesmas camaras e principaes dar licença, para que as sobreditas canoas levem dês até doze Indios, alem da sua esquipação, que fação negocio para si; isto se entende se acaso os houver, e de sorte que nenhum seja dos que pertencem á distribuição do povo, por que a este deve ficar sempre salvo o seu prejuizo.

53º Tendo ensinado a experiencia que os mesmos cabos, a quem se entregão o governo e a direcção das canoas, devendo sustentar a fé publica deste commercio, a tem não só diminuido, mas totalmente arruinado; por que attra-

hidos da utilidade propria. fazem com os mesmos Indios negocios particulares, bastando só esta circumstancia para os constituir dolosos e iníquos : terão grande cuidado os directores em que as camaras e os principaes só nomeiem para cabos das referidas canôas aquellas pessoas, que forem de conhecida fidelidade, inteireza, honra e verdade : cuja nomeação se fará pelas mesmas camaras e principaes, mas sempre a contento daquelles Indios, que forem interessados.

54 Feita deste modo a sobredita nomeação, serão logo chamados ás camaras os cabos nomeados, para assignarem termo de **aceitação**, obrigando-se por sua pessoa e bens, não só a dar conta de toda a importancia que recebem, pertencente áquella expedição, mas á satisfação de qualquer prejuizo, que por sua culpa, negligencia, ou descuido

houver no dito negocio. E como, sem embargo de todas estas cautelas, poderão os ditos cabos faltar ás condições a que se sujeitarem, ou por que esquecidos da fidelidade, com que se deve tratar o commercio, comprarão aos Indios particularmente os effeitos, ou por que os venderão aos moradores, antes de chegar ás suas povoações; ordeno aos directores, que logo na chegada das canoas tirem uma exacta informação nesta materia; e achando que os cabos commetterão culpa grave, alem de serem obrigados a satisfazer o prejuizo em dobro, que se distribuirá entre os mesmos interessados, os remetterão presos ao governador do Estado, para mandar proceder contra elles á proporção de seus delictos.

55º Felicitando Deus nosso Senhor o commercio das referidas canoas, virão estas em direitura ás povoações a que

pertencer. nellas se fará logo o manifesto authenticico de toda a importancia da carga, mandando os directores lançar no livro do commercio, com toda a distincção e clareza, os generos de que constar a dita carregação: o que tudo se executará na presença dos officiaes da camara, et de todos os Indios interessados. Concluida toda esta diligencia com a brevidade, que permittir o tempo, cuidarão logo os directores, depois de mandarem extrahir duas guias em forma de todas as parcellas, que se lançarão no livro do commercio, em remetter para esta cidade os referidos effeitos, ordenando aos cabos das mesmas canoas, que apenas chegarem a este posto, entreguem logo uma das guias ao governador do Estado, e outra ao Thesoureiro geral do commercio dos Indios: para cujo emprego, por me parecer indispensavelmente necessario nas

circunstancias presentes, tenho nomeado o sargento mór Antonio Rodriguez Martins, attendendo á grande fidelidade, e notorio zêlo, de que é dotado.

56º Tanto que os cabos das canoas entregarem ao thesoureiro geral as guias da carregação, tèra este um especial cuidado, conferindo primeiro as cargas com as mesmas guias, de vender os generos, que receber, dando-lhes a melhor reputação, que permittir a qualidade delles, o que não poderá executar com effeito sem dar parte ao governador do Estado. De todo o dinheiro, que liquidamente importar a venda dos sobreditos generos, pagará o dito thesoureiro em primeiro lugar os dizimos á fazenda real; em segundo as despesas que fizerão naquella expedição; em terceiro a porção que se arbitrar ao cabo da canõa; em quarto a sexta parte pertencente aos directores, distribuindo-se

finalmente o remanecente em partes iguaes por todos os Indios interessados.

Com gosto continuariamos a transcrever os de mais artigos ou paragrafos deste memoravel e interessante documento, de que damos todavia a maior parte, se nolo não tolhesse o bem assombrado receio, que não quadrava tão longo arrezoado com o proposito, que fizemos de epitomar a longa serie de acontecimentos, occorridos no Brasil, depois do seu descobrimento: ficaremos pois aqui, certos de que o que deixamos copiado será mais que sufficiente, para dar a conhecer aos nossos jovens leitores qual era o estado em que se achava então uma das nossas mais ricas provincias, e os esforços que fizeram os que nos antecederão na posse della, para civilizar seus rudés e desconversaveis habitantes.

Nesse mesmo anno instituiu o Marquez de Pombal a companhia commercial do Pará e Maranhão com o fito de promover naquelles Estados o commercio, e agricultura, e dado que esse arbitrio e resolução tenham sido censurados por alguns autores tanto nacionaes, como estrangeiros, é fóra de duvida que a sobredita companhia ajudou grandemente a colonização, labor, amanho e aproveitamento das terras e fructos daquellas vastas provincias.

Como pelo artigo 31 dos estatutos da Companhia, de que tratamos lhe tivesse sido concedido o privilegio de não pagar senão a metade dos direitos sobre os generos que exportasse; o mesmo privilegio, passados annos e no de 1770 obtiverão os moradores do Pará e do Maranhão. A esta Companhia e a um de seus administradores, cujo nome merece ser posto em memoria deve o

Brasil o excellente arroz, chamado do Maranhão, o qual procede da Carolina, donde mandou vir aquelle administrador as primeiras sementes que os nossos lavradores fiarão da terra. E pois tratamos do anno de 1770, accrescentaremos, que foi no decurso d'elle que se plantarão nos arredores da capital do Imperio os primeiros pés de caféiro, de que procedem os grandes e numerosos cafezões, que constituem actualmente um dos mais rendosos ramos da industria agricola da provincia do Rio de Janeiro. Mandou-os vir do Pará, onde fora ouvidor, o D. João-Alberto Castello-Branco, então chanceller da Relação do Rio de Janeiro.

Abolio tambem o marquez de Pombal o costume das frotas, resgatando os negociantes e capitaes de navios da obrigação em que estavam de nao navegarem senao de conserva, acabando

por conseguinte com os comboios, fro-
tas ou cafla de navios, providencia que
foi de summo proveito para os nego-
ciantes do Brasil, cujos navios come-
çarão a fazer duas viagens por anno á
capital do reino, em vez d'uma, que fa-
zião anteriormente.

O impulso dado pelos governos ante-
riores et sobretudo pela administração
do marquez de Pombal á colonização,
cultivo, e aproveitamento do patrio e
fertil torrão nosso, não podia deixar de
fazer o desejado e natural effeito no
pacífico reinado de D. Maria I^a, desde o
anno de 1777 até o de 1793, no de-
curso do qual, por se lhe enturvar o
juizo, assumio o governo do reino, na
qualidade de Regente o Principe D.
João, que foi ao depois o sexto Rei de
Portugal desse nome. Nos desasseis
annos do governo de D. Maria não fo-
rão poucos os novos centros de popu-

lação, que se estabelecerão no vasto territorio do Brasil já com os nomes de meros arraiaes e freguezias, já com a graduação e prerogativas de villas. Citaremos em primeiro lugar a aldeia e presidio de Albuquerque na provincia de Mato-Grosso: nesse mesmo anno, aos 24 do mez de março, restituirão nos os Hespanhoes a ilha de Santa-Catherina, que elles nos haviam tomado no anno antecedente.

Em 1779 a povoação da Roça Grande da provincia de Minas-Geraes que gozava das prerogativas de freguezia desde 1744, vio-se despojada deste titulo, que foi conferido a povoação vizinha de Santa-Luzia sita, como ella, na margem direita do Rio das Velhas, ou do Guaicuihi, conforme o appellidão os indigenas, e se estabeleceo na provincia de Mato-Grosso o arraial de Visen.

1780. — A povoação de Trahiras banhada pelo rio do mesmo nome, actualmente villa, foi elevada a categoria de freguezia, e o mesmo privilegio se concedeo a aldeia sita perto do Morro das Pitãs e do Paraguai na provincia do Mato-Grösso, conhecida com o nome de Villa-Maria. No anno seguinte de 1781 se estabeleceo em Minas-Geraes o presidio de São-João-Baptista, na comarca do Rio das Mortes. Em 1783, estabeleceo-se o arraial de São-Vicente Ferreira á beira do Rio-Galera na provincia de Mato-Grosso.

1784. — Funda o missionario Manoel de Albuquerque a povoação de Pedras de Mato-Grosso nas margens do rio de São-Lourenço, a aldeia Maria na provincia de Goyaz ao pé do ribeiro Fartura, affluente do rio dos Pilões, e a do Carretão ou Pedrol III na mesma provincia.

Em 1785 a povoação chamada Falcão da provincia de São-Paulo foi condecorada com o titulo e prerogativas de villa, trocando o nome no de Cunha, por ser este um dos apellidos do governador dentão.

Em 1786 foi declarada freguezia a povoação de Cantagallo, actualmente villa de São-Pedro de Cantagallo da provincia de Rio de Janeiro, e no anno seguinte começou a final a gozar dos privilegios de villa com o nome de São-José d'el Rei a aldeia chamada Cabuçú da mesma provincia.

1788. — É creada villa, com o nome de Castro a aldea appellidada Japó ou Hiapo, assentada a borda do ribeiro do mesmo nome da provincia de São-Paulo, e pelo mesmo teor passou a ser villa com o nome de Lorena o arraial de Guaipacaré assentado á beira do

rio Parahiba na mesma provincia.

1789. — Foi este anno fatal para as patrias lettras, por isso que no decurso delle foi desmembrado o nosso Sete-estrello poetico, sendo mandados a degredo os nossos eximios poetas Alvarenga Peixoto e Gonzaga, autor da *Marilia de Dirceo*, e mettido no carcere Claudio-Manoel de Costa, denunciados como republicanos. Neste mesmo anno foi elevada á categoria de villa a povoação e freguezia de Magepé da provincia do Rio de Janeiro, contrahido o nome no de Magé.

Em 1790 forao erigidas em villa com o nome de Campina-Grande a aldeia appellidada Paupina povoada de Cairirís velhos na fladra da serra Bacarmarte na provincia da Parahiba, e a povoação d'Açú, na actual provincia do Rio-Grande do Norte com o nome de Villa da Princeza.

No anno seguinte de 1791 teve principio a povoação de Porto-Real, actualmente villa do Porto-Imperial na margem direita do Tocantins, e foi erecta a villa de Queluz da provincia de Minas-Geraes, e pela mesma occasião a villa de Barbacena, hoje nobre cidade do mesmo nome, que era nesse tempo a freguezia da Igreja-Nova.

Ao anno de 1791, em que vamos com a presente historia, pertencem tres factos, que não devemos, nem seria justo remetter ao silencio, e são em primeiro lugar a exploração do rio Vermelho da provincia de Goyaz, por isso que então se veio pela primeira vez a conhecer, que depois de receber em si o dito rio e de se engrossar com as aguas dos ribeiros Bugres, Ferreira, e outros de muito menos cabedal se ajuntava com o grande rio Araguaia pela margem direita entre o Claro e o Tesouras : em segundo lugar a expe-

dição mandada contra os Chavantes, appellidados pelos primeiros exploradores Indios canoeiras, que ate os dias d'hoje estão ainda por civilizarem-se, para os castigar das incursoes e depredações, que não cessavão de fazer nas povoações e fazendas vizinhas do rio Tocantins, e o terceiro a confirmação pelo governador João de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres e pelos Cabeceiras dos indigenas já baptizados João Queima e Paulo-Joaquim-José Ferreira das pazes que tinham sido assentadas, alguns annos atraz, e no de 1771.

No reinado de que tratamos da senhora D. Maria I^a forão sobremaneira notaveis os progressos que fez o Brasil na agricultura, e no commercio; providos de braços com o augmento successivo do trafico da escravatura, e graças á neutralidade, que observava a

metropoli na guerra. que então andava accessa entre a Inglaterra e a França, entregarão-se os nossos lavradores e senhores d'Engenhos á lavra das canas, do algodão et do tabaco, e mais que muito avultados forão os capitaes, que com a commissão e venda destes tres generos realizarão as principaes praças de commercio da Bahia, Rio de Janeiro, e Pernambuco: porém com a regencia do Principe D. João trocou-se bem de pressa a paz em guerra, o socego e quietação em sobresalto, e os lucros commerciaes em perdas, e quebra de bancos, passando de oitenta milhoes de cruzados o capital, de que o nosso commercio se vio privado com as tomadias, que nos fizerão os corsarios francezes.

O que nao obstante a povoação e colonização do paiz foi progredindo sempre, assim que durante os primeiros annos da regencia do principe D. João,

e antes de se partir para os seus Estados do Brasil, desde 1793 ate 1807, crearão-se em suas differentes provincias as villas, arraiaes e freguezias que passamos a nomear. Em 1795 a povoação do Engenho Velho do Rio de Janeiro foi erecta freguezia. Na provincia de São Paulo no anno de 1797 forão creadas as seguintes villas : Porto-Feliz, Bragança, Campinas, actualmente cidade, e Antonina, e na provincia do Mato-Grosso o forte e povoação de Miranda na beira do rio Mondego ou Emboteliú. En 1798 na provincia de Minas-Geraes a villa da campanha da princeza da Beira, cidade. de 1830 em diante, e Paracatú do principe, tambem erecta cidade em 1840. Em 1800 na provincia da Parahiba Villanova de Souza na margem esquerda do rio do Peixe desta provincia, affluente do das Piranhas. Em 1801 na provincia do Rio de Janeiro Rezende. Em 1804 na

provincia de Minas-Geraes São-Romão de simples povoação passou a ser freguezia. Em 1806 a povoação de Santo-Antonio da Lapa da provincia de São-Paulo passou a ser villa com o nome de Villa do Principe, e na provincia das Alagoas a povoação do Penedo, actualmente cidade do mesmo nome foi elevada á categoria de villa.

1807. — Somos chegados á época marcada pela providencia para a emancipação do Brasil; em breve deixaremos de ser colonia; que já lá em Lisboa no palacio de Nossa Senhora da Ajuda, aos 26 de novembro desse memoravel anno, se apresta o principe regente a pôr a sua costumada rúbrica no decreto que declara a resolução que tomara de mudar a corte para o Brasil, deixando em Portugal uma regencia para fazer as suas vezes, resolução que em breve se veri-

ficou, sahindo do Tejo na manhã do dia 29 do mesmo mez a esquadra portugueza com o principe, a familia real e grande parte da nobreza. Consta a esquadra de oito náos de linha, quatro fragatas, dous brigues e uma escuna, não fallando em muitos navios mercantes, que se poserão debaixo da protecção da esquadra ingleza commandada pelo sotalmirante sir Sidney Smith.

O arbitrio, que naquella occasião seguiu o principe regente, era o unico que o podia preservar da sorte, que ao depois experimentou el Rei Fernando o 7º d'Hespanha, e assegurar-lhe a conservação da sua rica colonia do Brasil, por isso que em 27 do mez antecedente desse mesmo anno havia Napoleão concluido, em Fontainebleau, com el Rei d'Hespanha um tratado no qual, depois de ter repartido Portugal a seu querer,

reconhecia, e se obrigava a reconhecer o dito rei d'Hespanha por imperador de ambas as Americas, a Hespanhola e a Portugueza.

Não nos alargaremos a mais, por serem os factos interessantes, que poderíamos narrar, alheios da nossa historia, se fizemos menção do sobredito tratado de Fontainebleau, levou-nos de vencida a importancia d'elle, pelo que diz, respeito ao Brasil, que pode ser, fosse outra vez colonia hespanhola, se com a resolução do principe regente de transferir para elle a sua cõrte não ficassem desvanecidas as esperanças do governo hespanhol, e malogrados os projectos ambiciosos da cõrte de França.

1808. — Mas já lá ferra o porto da Bahia em 21 de janeiro parte da esquadra portugueza, e a não principe real, em que hia embarcado o monarca, que

sem o saber e talvez sem o querer, havia de descativar-nos da escravidão colonial. Desembarcou o príncipe regente n'aquelle mesmo dia, e foi recebido pelo arcebispo e governador, e por todo o povo com nunca vistos transportes de alegria. Igual recebimento havia sido feito no Rio de Janeiro aos 17 daquelle mez á princeza viuva e ás infantas.

Forão as primeiras providencias, que déo o príncipe regente, nos poucos dias, que se demorou na antiga capital do Brasil, as seguintes. Abrir os portos do Brasil a todas as nações amigas; permittir a importação dos generos e fazendas estrangeiras, pagando 24 por cento, quer fossem transportados em navios estrangeiros, quer em nacionaes, augmentar do dobro os direitos sobre o vinho, a aguardente; e o azeite, e consentir na livre exportação de todos os

generos do paiz. tirando o páo brasil e outros generos ja estanques : dadas esta providencias, apezar das supplicas, que lhe fizerão os negociantes e pessoas mais gradas da cidade de assentar nella a Côrte, seguiu derrota para o Rio, conforme havia d'antemão determinado, onde desembarcou no dia 7 de março entre repetidas salvas d'artelharía, frequentes repiques de sinos e alegres vivas. Nove dias o fio houverão luminarias, senão nas casas particulares, por se acharem nellas alojadas, com bastante incommodo dos habitantes, as pessoas principaes da Côrte nos edificios publicos e nos conventos.

Transplantada para o Brasil a antiga côrte de Lisboa, traton logo o principe regente de constituir um novo ministério : forão os membros delle D. Fernando-José de Portugal com a pasta dos negocios do reino, D. Rodrigo de

Souza Coutinho com a dos negocios estrangeiros, e com a da marinha o visconde d'Anadia. Tratou-se sem demora de crearem-se aquellas instituições, que se fazião necessarias por effeito de tão subita mudança, e da conversão da capital duma colonia em Côrte do novo reino, e a maior parte das instituições hoje tão aperfeiçoacadas, de que gozamos, tiveram então principio, taes forão; o supremo conselho militar, e de justiça, o archivo, a meza de dezembargo do paço, a da consciencia e ordens, a intendencia da policia, a casa da supplicação, á que foi elevada a relação do Rio, a typographia regia, a fabrica da polvora, a capella real, o erario ou thesouro, o conselho da fazenda, o tribunal da junta do commercio e o banco.

A criação de tão diversos estabelecimentos devião necessariamente augmentar as despesas, e a Côrte não devia

diminuíl as, assim que vio-se o ministério obrigado a recorrer a novos impostos : estabeleceo-se o direito de quatrocentos reis por cada arroba de tabaco, o da decima dos predios urbanos em todas as cidades, villas e povoações de consideração; verdade é que tambem forão reduzidos a 16 por cento o direito que pagavão de entrada as mercadorias carregadas em navios nacionaes.

Com estas e outras providencias, necessitadas pela residencia da casa real de Bragança em seus Estados sudamericanos, e com o frequente contacto, que os Brasileiros tinham com as nações civilizadas da Europa e com as de todo o mundo, devia necessariamente o Brasil mudar de face, sobretudo se se considera, que demonstrando-se nelle aquelles d'entre os estrangeiros que tinham vindo já para commerciar, já para peregrinar pelos

sertões em pesquisa das riquezas naturaes e producções de um paiz tão favorecido da natureza como o nosso, á população normal devia ajuntar-se a vindicia, e augmentar-se d'uma maneira prodigiosa, como aconteceu a ponto de não serem sufficientes para alojar tamanha multidão de hospedes as casas que existião, sobretudo na nova capital do reino a cidade do Rio de Janeiro. Por este motivo determinou sabiamente o governo do principe regente animar e estimular os moradores e senhorios de casas e terras a interprenderem a construcção de novas e bem entendidas casarias, que adornassem a nova Côrte dispensando do pagamento da decima aquelles que fizessem edificar casas de um, ou muitos andares os primeiros por espaço de dés annos, e os segundos por espaço de vinte: arbitrio que produzio o desejado effeito, contribuindo

efficazmente para o accrestamento e belleza, não só da cidade, mas tambem dos suburbios.

Tratou igualmente o governo de tirar do apuro, em que se achavão os lavradores e senhores d'engenhos por estarem **sobremaneira** alcançados com os homens de negocios, concedendo-lhes o privilegio de não poderem ser executados em seus engenhos e lavras, mas tambósmente em parte dos rendimentos delles e dellas; com o que prosperou grandemente a agricultura.

Não forão tam pouco postos em esquecimento quantos se occupavão da lavra das minas d'ouro, as quaes de dia em dia iam minguando; concedeo-lhes o governo o mesmo indulto, que os lavradores, se bem que com differente resultado.

Os limites, em que nos devemos encerrar, não nos permitem individualizar

todas as providencias, que se derão para o engrandecimento, civilização, e augmento propressivo da população; instituiu-se uma junta chamada da conquista e civilização dos Indios e navegação do Rio-Doce; prometterão-se aos estrangeiros, que se lhes concederão sesmarias, se viessem empregar-se na cultura e lavra dos maninhos; vulgarizou-se a pratica da vaccina, a qual só por si foi uma das causas efficientes do augmento da população; fizeram-se vir das ilhas dos Açores certo numero de casaes de colonos, aos quaes se concederão terras, dando-lhes os instrumentos necessarios para amanhalás, e sementes; fizeram-se novos regimentos a respeito da arqueação dos navios da costa da Mina, e do modo por que devião ser tratados os escravos, o que não deixou de suavizar de certo modo a triste condição daquelles infelizes; cujo trafico pelo tratado

de commercio então celebrado com a Inglaterra, o principe regente se obrigou a abolir gradualmente, ficando desde logo limitado aos portos ao sul do equador; tomou-se aos Francezes a parte de Guiana, que lhes pertencia, fraca represalia da occupação de Portugal. Goa foi declarada porto franco, e tolerados tanto na antiga capital da do India como no Brasil todos os cultos, concessões, que provão quanto o exemplo, e a instrucção modificão o modo de pensar dos homens.

No decurso de doze para treze annos que D. João VI residio no Brasil já como Regente, já como Rei do reino unido de Portugal Brasil e Algarves forão creadas as villas seguintes: na provincia do Rio de Janeiro Rezende (1801), Sao-João do Principe (1811), Cantagallo e Marica (1814), Macahé (1813), Ilaguali (1815); Valença freguezia

(1817), Pati ou Roça do Alferes (1820).

Na provincia de Pernambuco, Symbres, e Garanhuns (1810), Iguaçu (1811), cabo de Santo-Agostinho (1815), Santo-Antão (1811). Na de São-Paulo Villa Bella da Princeza (1809), Arêas (1816), Villa do Principe (1806), na da Bahia Pilão Arcado (1810), e Santa Anna do Campo-Largo (1820); na provincia de São-Pedro de Rio-Grande, Rio-Pardo (1809), Santo-Amaro (1811), São-José de Porto-Alegre (1808), Santo-Antonio da Patrulha (1811), São-Luiz da Leal Bragança (1817). Na de Goyaz em 1809 São-João das Duas Barras, e em 1814 São-João da Palmas. Na de Ceará Mécejana (1811), São-Vicente das Lavras (1813), e Bom Jardim (1816). Na de Minas-Geraes São-Carlos de Jacuhi e Santa-Maria de Baependi em 1814. Na de Mato-Grosso a villa de Nossa-Senhora da Conceição do Alto-Paraguai Diamantino

em 1820. Na provincia das Alagôas em 1806 a villa, hoje cidade do Penedo e em 1815 a de Porto das Pedras, e de Macayó: na do Espirito-Santo á de Itape Mirim em 1815, e nesse mesmo anno a de Brejo d'Áreas na da Parahiba, e finalmente na do Pará em 1811. Marajó na ilha do mesmo nome, e na do Maranhão no anno de 1820 as de Pastos Bons e de São-Bernardo do Brejo.

Deo-se tambem não pequeno impulso á communicação e correspondencia entre as differentes cidades principaes, e as villas e povoações do sertão do paiz, já abrindo-se novas estradas, já acabando-se, e dilatando-se as que se achavão começadas, e tornando-se effectivamente praticavel a navegação de Allem rios, com o que se facilitou o estabelecimento de correios. Os Botoes das margens do Jequitinhonha forão amansados e aldeados. Fizerão-se varias obras

de publica utilidade nas diversas cīdades do novo reino; na do Rio de Janeiro apontaremos o novo edificio do Thezouro, a Casa da Moēda o arsenal da marinha, o passeio publico; na da Bahia a praça do commercio e a bibliotheca publica; na do Recife o concerto e reparo do porto, que estava quasi de todo arruinado; na de Minas Geraes assentou-se no Morro do Pilar, a primeira fabrica e fundiçāo de ferro, que se vio no Brasil, e logo depois a de São-João d'Hispanéma na p̃rovincia de São-Paulo. Deo-se principio á creaçāo duma Academia de bellas artes, creaçāo que, se ao principio encontrou não poucas difficuldades por se não acharem bastantes sujeitos versados nas disciplinas que ás artes liberaes dizem respeito, não deixou com o volver dos annos de progredir.

Pelo fallecimento de D. Maria I^a em março de 1816, assumio o principe re

gente o titulo de Rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves. e foi por tal reconhecido por todas as potencias, e acclamado ao depois com todo o apparato em 1818. Mas já antes disso e no decurso do anno antecedente tinha tido esse monarca a imprudencia de ingerirse nas contendas de seus vizinhos, donde se originou a guerra impolitica do Rio da Prata, que tão cruel e perniciosa ha sido para o Brasil. Seguiu-se a sublevação de Pernambuco, que foi dentro de pouco tempo comprimida, o casamento do principe D. Pedro, depois o primeiro Imperador do Brasil, com a archidueza Leopoldina de saudosa memoria, filha do Imperador d'Austria Francisco II, e por esta occasião vierão varios sabios Allemaes explorar o nosso paiz, escrutar e arrolar quantas riquezas possue pertencentes á historia natural, para ao depois divulgar as pela imprensa.

Encantado com a bondade do clima, e penhorado do amor e particular veneração, que lhe consagravam os seus vassallos americanos, deslembra-se D. João VI do antigo berço da monarquia portugueza, e talvez fantasiasse passar o restante de seus dias no Brasil, naquelle novo paraíso, e no doce remanso de uma vida descuidada, que tanto se compadecia com a educação que havia recebido, e com sua indole naturalmente frouxa e remissa, quando veio de subito arrancal'ô de tão lisongeiro sonho o estampido da mina revolucionaria, que havia rebentado aos 24 de agosto no Porto, e aos 15 de outubro de 1820 em Lisboa.

Tem azas as más novas, e já em novembro desse mesmo anno estava el Rei D. João VI inteirado dos acontecimentos de Porto e de Lisboa, e bem que se lhe não escondesse, á vista da agitação

e desasocego, que lavravão nos militares e paisanos, que o mesmo havia de succeder no Rio de Janeiro e nas de mais cidades do Brasil, não se determinava a ceder á necessidade, dando a seus povos aquillo que já lhes não podia negar; em quanto se conservava assim irresoluto e indeciso, sublevão-se no Pará os habitantes, apeão as autoridades, e proclamão as bases da futura constituição; installa-se na Bahia uma junta provisoria, e o conde de Palma, que governava a provincia, vê-se necessitado a fazer o mesmo que os habitantes do Pará. Não se descuidou a junta de mandar desde logo alguns navios a Pernambuco com as noticias do acontecido, as quaes motivarão nas principaes cidades daquella provincia iguaes effeitos, e o general Luiz do Rego, mal a seu grado, teve de seguir o exemplo do conde da Palma, entregando o governo da pro-

vincia á junta provisoria creada em conformidade com as bases da nova constituição.

No Rio de Janeiro porèm, onde era forçosa a obediencia pela presença do soberano, e de seus ministros e conselheiros, se foì mais lenta e menos ruidosa ao principio a manifestação da opinião popular a favor da nova ordem de cousas estabelecida em Portugal, os que de lá erão oriundos não a dissimulavão.

No cabo de alguns dias sahio-se a final o governo eom um manifesto, no qual declarava el Rei D. João VI estava resolutu a mandar á Lisboa seu filho o principe D. Pedro com poderes para tratar com as Côrtes a respeito da constituição, e que no entretanto se porião em pratica no Brasil as clausulas e artigos della, que lhe fossem applicaveis.

Com tão impolitica declaração atten-

derão-se os animos não só dos reinóes, mas também dos Brasileiros por isso que uns e outros **entendião** tinha el Rei em mente **coarctar-lhes** aquellas isenções, e liberdades, que elles se promet-tião da constituição, que havia de ser elaborada pelas Côrtes: assim que ao romper do dia 26 de fevereiro do anno seguinte de 1821, apresentou-se a tropa portugueza no largo do Rocio, **determinada a exigir fosse desde logo jurada** a constituição portugueza sem a menor alteração, e qual a fizessem as Côrtes.

Igual reclamação fizeram os naturaes do Rio, que juntando-se na sala do theatro redigirão uma representação, concebida nos mesmos termos, a qual tendo sido apresentada ao Principe D. Pedro, este depois de convocada a camara leu em voz alta o decreto d'el Rei seu pai, que annuia e promettia fazer observar plena

e interiramente a constituição que as Côrtes fizessem.

Pouco durou porêem a alegria, que se manifestou nos Brasileiros por occasião deste decreto e do subsequente juramento dos Principes D. Pedro et D. Miguel em seu nome e no d'el Rei seu pai, por isso que, passados alguns dias, com a publicação do manifesto das Côrtes portuguezas vierão elles a entender intentavão as Côrtes sujeital'os a sua obediencia, assim que, para contraminar-lhes os projectos nas instrucções, que passarão aos seus deputados ás sobre-ditas Côrtes, derão claramente a ver que não estavam d'animo a soffrer, que intentassem os Portuguezes reduzir outra vez o Brasil á colonia.

Entretanto procedia-se na eleição parochial que se concluiu á satisfação de todos, quando por ordem do governo o Ouvidor da comarca convidou os elei-

tores a ajuntarem-se para significar-lhes o teor d'um decreto, no qual el Rei, por occasião de sua partida, encargava o Principe D. Pedro do governo provisorio, que tencionava deixar constituido.

Juntarão-se com effeito os eleitores na sala da praça do commercio na tarde do dia 21 d'abril do anno. de que tratamos, de 1821, e lido o decreto, seguiu-se uma discussão tumultuaria. fallavam todos ao mesmo tempo, e foi tal a confusão que o presidente se vio na impossibilidade de dar a competente direcção as deliberações, até que a final no cabo de muitos e bem reñhidos debates, anteendo a assemblea e rececando, nao sem fundamento, que a constituição que as Côrtes havião de decretar fosse mais favoravel aos interesses de Portugal que aos do Brasil, foi vencido que se adoptasse provisoriamente a consti-

tuição hespanhola, e que se mandasse a el Rei uma deputação para exigir de Sua Magestade a aceitação immediata della.

Recebeo-a el Rei com agrado, e sancionou por um decreto a adopção provisoria da sobredita constituição.

Porém pouco tempo depois, correo voz em toda a cidade, que as tropas se ajuntavão no largo do Rocio; inquietos os eleitores e sobresaltados com tão estranha novidade concordarão em mandar chamar o governador das armas para dar della razão. Asseverou o governador que a tropa nenhuma intenção hostil tinha contra o corpo eleitoral, ao qual elle governador em particular professava o maior respeito. Continuarão por conseguinte os eleitores em suas deliberações até altá noite: serão ja tres horas, quando se apresentou de frente da praça do commercio uma

companhia da divisão auxiliadora, e sem preceder intimação, nem a menor advertencia, fez fogo contra os eleitores, e os circunstantes, e calando as baionetas, investio com os, que estavam na sala, que felizmente se tinham posto em salvo ao ouvir a descarga da mosquetaria, de sorte que só houverão tres mortos sendo mais de vinte os feridos.

Fizerão-se diversos juizos sobre este acto de violencia, e sobre o secreto impulsor d'elle: porém como tudo quanto a este respeito achamos posto em memoria nos parece fundado em meras conjecturas escusaremos repetilas.

A proveitou-se el Rei D. Joao VI da consternação, que se apoderou em geral dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, e depois de promulgar dous decretos, um que annullava quanto no dia antecedente havia sancionado e outro que nomeava o Príncipe D. Pedro, Re-

gente e seu lugartenente no Brasil, se embarcou com o restante de sua familia em a náó, que de seu nome se intitula-
lava.

Em quanto no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco se passavão os acontecimentos, que acabamos de referir, revolucionava-se sem grande opposição o Maranhão e tambem o Ceará, apezar da que intentou fazer o governador d'aquella provincia.

Completo-se entretanto a eleição dos deputados brasileiros ás Côrtes da antiga metropoli, e receberão-se as bases da nova constituição, que lá se devia redigir, as quaes, comquanto parecessem fundadas em saõs principios, como o Principe D. Pedro se não apressasse a jural'as, ajuntou-se no largo do rocio a divisão auxiliadora, clamando: que era mister que, sem mais demora, se jurassem as sobreditas bases, ao que houve

o Príncipe de annuir, e não obstante o dissabor que lhe causou aquelle acto sedicioso, convocou os eleitores provinciaes, e prestou perante o bispo e a camara municipal do Rio de Janeiro, o exigido juramento. Não se contentarão com isto os facciosos, e exigirão que fosse demittido do ministerio o conde dos Arcos: que a força armada fosse posta debaixo das ordens d'uma commissão militar, serão emfim tantas as exigencias, e proposições indecorosas que fizeram, que qualquer dellas bastava para desgostar o Príncipe d'uma Regencia, que se o era em nome. Sobre vierão lhe novos dissabores com a lei de 24 d'abril, na qual decretarão as Côrtes, que os governos das diversas provincias do Brasil ficarião dentão por diante independentes do Rio de Janeiro, e sujeitos unicamente a Portugal, ficando por effeito daquella lei desorganizadora

o Brasil repartido n'um semnumero de municipios provisorios, que correspondião directamente com as Côrtes, e se negavão a contribuir com a respectiva quota para a sustentação e decoro da capital, que por aquelle modo deixava de o ser.

Todas as providencias dadas pelas Côrtes portuguezas, todas as leis por ellas promulgadas, concernentes ao Brasil, estavam delatando, que o que ellas tinhão em mente era reduzir'o outra vez á colonia; assim tambem o entendia, com bem raras excepções, o corpo commercial das principaes praças do Brasil, composto em geral de reinóes. Quaes erão as intenções das Côrtes, que todo o seu feito era apagar no Brasil o menor vestigio do governo monarchico se infere e se conclue do decreto, que abolia os diversos tribunaes, creados por D. João VI no tempo, em que ali re-

si-lira; do que formava um só exercito das tropas portuguezes e brasileiras e do que ordenava o regresso do Principe para Lisboa, depois de ter peregrinado incognito por Inglaterra, França e Hespanha.

Foi bem diverso, do que se promettia o novo arcopago portuguez, o effeito de tão impolititicas como injustas decisões: ellas forão causa que os Brasileiros, que ao principio havião á porfia com os portuguezes abraçado as ideas e maximas constitucionaes, e estavam promptos a pelear debaixo das mesmas bandeiras, fizerão bando a parte, logo que entenderão que os querião reduzir outra vez a colonos, e tratárão de se constituirem independentes, dado que se lhes nao escondessem as muitas e grandissimas difficuldades, que tinhão de superar, por isso que sabião que quasi todo o maritimo do paiz estava em poder

das tropas portuguezas, e que as diversas provincias estavam discordes.

Inteirados do quanto lhes importava, para correr com os seus projectos avante, e conservar ao Brasil a sua integridade, a cooperação do Principe, trataram de apalpal'o ; porèm D. Pedro comquanto não deixasse de prestar ouvidos a uma proposição, que lhe facilitava o poder subtrahir-se ao estado de sujeição e cativoiro, em que as Côrtes pretendião retel'o, não se resolveo a accital'a, como quem via que os Brasileiros não estavam concordes, sendo que muitos delles librarão ainda as suas esperanças nas resoluções e determinações das Côrtès. Acconteceo porèm que aos patriotas se ajuntarão quantos se virão privados de seus empregos com a extinção do dezembargo do Paço, meza da consciencia e ordem, conselho da Fazenda, junta do commercio, casa da supplicação e

de outros publicos estabelecimentos, e se tornarão os mais acerrimos propugnadores da independencia. ngrossou-se ainda mais este partido com a addição dos realistas, que se lhe aggregarão, por isso que com a partida do Principe desesperavão de tornar a ver restabelecida no Brasil a monarchia.

Entretanto o Principe D. Pedro, quaesquer que fossem os seus secretos desejos, se dispunha ao obedecer ás ordens das Côrtes e se aprestava para partir, e até já tinha ordenado se procedesse a eleição da Junta, a quem devia fazer entrega do governo, e assim o participou a el Rei seu pae.

Mas já na cidade do São-Paulo José Bonifácio de Andrade Silva, então vice-presidente da junta daquella provincia, convocava as 11 horas da noite os seus collegas e fazia-lhes assinar uma representação ao Principe, na qual lhe fazia

ver, que a sua partida seria o signal da separação do Brasil de Portugal. Igual representação se aprestavão a fazer os habitantes de Minas-Geraes : o que como constasse na cidade do Rio de Janeiro, resolverão-se os moradores della a dirigirem á camara municipal um requerimento com mais de oito mil assignaturas, pedindo-lhe houvesse de representar ao Principe D. Pedro, que Sua Alteza não devia dar execução ao decreto das Côrtes, que lhe ordenavão de partir, por que em elle partindo, o Brasil se repartiria em outras tantas republicas, quantas erão as suas provincias. Encarregou - se José - Clemente Pereira de apresentar ao Principe acompanhado da camara municipal aquella publica e espontanea manifestação dos desejos e sentimentos do povo brasileiro, à qual o Principe, depois de haver maduramente reflectido, assentou de annuir, di-

zendo : que pois entendia a camara era para bem de todos. se determinava a ficar, e que assim o podia participar ao povo.

Salteou-se com este acontecimento a tropa portugueza, de que era commandante Jorge d'Avilez que seria obra de dous mil homens, os quaes se forão postar no morro do castello, que fica a cavalleiro da cidade. Temia-se houvesse um rompimento entre a tropa, e os paisanos armados, que se tinham ajuntado no campo de Santa-Anna, mas não aconteceu assim, porque o commandante, repartido entre o receio de offender na pessoa do Principe D. Pedro ao herdeiro presumptivo da corôa de Portugal, e a incerteza de ser bem succedido, se por ventura se embarcasse em uma interpresa, para a qual nao tinha sido autorizado pela Côrtes, se converteo a capitular, com condicao que as

tropas sahirião com armas e bagagens ; o que se lhes concedeo, comtanto que se retirassem para a Praia-Grande, em quanto se aprestavão as embarcações, para o transporte dellas para Lisboa. Promptas que forão, negarão-se os Portuguezes a embarcar-se, antes da chegada da expedição portugueza, que se estava por momentos esperando : estomagou-se o Principe com a negativa, e falta de comprimento do estipulado, e subindo-se a bordo da fragata *União*, ameaçou-os de ser o primeiro a fazer-lhes fogo, se senão embarcassem immediatamente : pedirão então as tropas tres mezes de soldo adiantados, e sendo-lhes concedidos, embarcarão-se e fizeram-se ao largo.

Formou então D. Pedro um novo ministerio, cujos membros principaes forão José-Bonifacio de Andrade e Silva com a pasta dos negocios do Reino, o

marechal Joaquim d'Oliveira com a dos negocios da guerra, e Caetano Pinto de Miranda Montenegro com a dos da Fazenda.

Tratou immediatamente o novo ministerio de estabelecer o governo central, creando um conselho de representantes, ou procuradores, nomeados pelos eleitores das diversas provincias. A este conselho, que era presidido pelo Principe, tocava o aconselhal'o nos negocios de maior importancia, occupar-se da redacção dos diversos projectos de reforma administrativa, e apresentar a D. Pedro as reclamações das provincias.

A empresa, em que o Principe, e seus ministros se tinhao embarcado, era sobremaneira ardua: por isso que só quatro provincias haviam adherido ao novo governo; a saber a provincia do Rio de Janeiro a de Sao-Paulo, de Minas e do Rio-Grande do Sul ou Sao Pedro do

Rio-Grande : a de Pernambuco achava-se retalhada em facções, e a da Bahia empenhada na guerra contra o general Madeira, que se achava de posse da cidade e dos fortes da capital.

Em quanto se passavão no Brasil os acontecimentos, que acabamos de narrar, em vão tratavão os deputados brasileiros ás Côrtes portugueza de obter de seus collegas portuguezes a adopção na constituição, que estavão elaborando, das emendas, de que ella necessitava para ser applicavel; suas reclamações erão desattendidas, e o rumor das gale-rias era tal que apenas podião articular algumas palavras, para cumprir com a lettra de suas instrucções; assim que tendo perdido as esperanças de alcançar a menor concessão em favor do Brasil, contra o qual não cessavão as Côrtes de fulminar um semnumero de decretos, que todos tendião a repôl'o no antigo

estado de colonia, a maior parte delles se passarão furtivamente para a Inglaterra e de lá publicarão um manifesto, em que declaravão os motivos por que havião assim **desemparado** as Côrtes.

O desfavor, com que havião sido tratados em Lisboa os seus deputados, havia sobremaneira irritado os Brasileiros, e a noticia official que receberam d'haver o governo portuguez ordenado aos seus consules nos diversos portos da Europa e dos Estados Unidos de estorvarem se exportassem para o Brasil armas e munições de guerra, foi considerada e com razão, como uma declaração de guerra; em consequencia do que a camara municipal em corpo e em nome dos cidadãos do Rio de Janeiro se **determinou** a supplicar a D. Pedro houvesse de aceitar o titulo e attribuições de defensor perpetuo do Brasil, supplica a que elle se

reñdeo. Entendião os patriotas, que com aquelle accrescimo de poder e d'attribuições podia o Principe crear no Brasil uma legislatura nacional, cousa que não podião esperar das Côrtes de Portugal, e não tardou muito se apresentassem no paço os membros da sobre-dita camara, acompanhados d'um grande numero de cidadãos, pedindo a prompta convocação do corpo legislativo para se deliberar sobre as clausulas e condições, que devião servir de base á união do Brasil com Portugal, propondo as emendas, que necessariamente se havião de fazer na constituição.

Até esta época da nossa historia, e até depois da convocação da Assembléa constituinte, não aspiravão os Brasileiros senão a ficarem unidos com os Portuguezes, feitas na constituição, que se estava elaborando, aquellas emendas e alterações, de que necessitava

para ser applicavel ao Brasil, porém as Côrtes portuguezas com uma serie de decretos absurdos, inexequíveis e soberanamente iníquos os impellirão a se separarem de Portugal, e a se declararem independentes. Rezavão os sobreditos decretos : que a convocação da Assembléa constituinte era nulla: que os secretarios d'Estado do Rio de Janeiro, que a tinham referendado, seriam demittidos e castigados: que se tiraria ao Principe o poder, que se lhe havia confiado; que D. João VI nomearia uma regencia, a quem o Principe entregaria o governo, o que feito, voltaria para Lisboa, um mez depois de lhe ser intimado aquelle decreto: que seria reputado traidor, e como tal tratado, todo o commandante de forças de terra e de mar, que obedecesse ao governo de Rio de Janeiro, e finalmente despacharão obra de 1500 homens de reforço ao general

Madeira, que se achava posto em sitio na cidade da Bahia, e contra o qual havia o governo do Rio mandado o general Labatut.

Estava o Principe exasperado com a falta de consideração, com que se via tratado pelas Côrtes portuguezas, que pretendião sujeital'o a seu arbitrio, e como tivessem havido algumas desavenças em São-Paulo entre o presidente da junta daquella provincia, e a familia dos Andrades, deixando a Princeza Real encarregada da Regencia, partio para aquella cidade, e a 7 de setembro de 1822 nas margens do Ypiranga, annuindo aos desejos dos Brasileiros, proclamou a independencia do Brasil, e voltando para o Rio, oito dias depois, apresentou-se no theatro com uma fita verde no braço esquerdo, cuja legenda rezava : *Independencia ou morte!*

Por decreto de 18 do mesmo mez foram abolidas as armas portuguezas, e substituidas pelas do Brasil, que consistem em uma esphera d'ouro sobre uma cruz do ordem de Christo, rodeada de desanove estrellas, correspondentes ao numero das provincias do Brasil. Seguiu-se em 12 de outubro do mesmo anno o seu reconhecimento, como Imperador, no campo de Santa-Anna, onde em presenca das autoridades municipaes, da tropa, e d'um grande concurso de povo declarou o principe D. Pedro que aceitava o titulo de Imperador constitucional do Brasil, e prometteo fazer executar a constituição, que a Assembleia constituinte e legislativa fizesse.

Continuava o ministerio dos Andrades a manter na cidade do Rio de Janeiro o publico socego, e a preparar o que era conducente para libertar o Brasil da

presença das tropas portuguezas, que occupavão não pequena parte de seu maritimo.

Tinha felizmente o Brasil encetado uma nova era; lançados estavam, nesse anno para sempre memoravel de 1822, os fundamentos do governo monarchico constitucional, o qual desde logo se implantou por tal modo no coração da generalidade dos Brasileiros, que pôde resistir á inexperiencia e temeridades do Imperante, aos excessos e incompetencia da camara electiva, e á prepotencia e despotismo dos ministros. Uns e outros erão noveis no exercicio e pratica do governo parlamentar, e de necessidade devião por vezes desacertar, bem que possuidos das melhores intenções. Deo-nos disso exemplo o celebre José-Bonifacio d'Andrade, então ministro dos negocios do Imperio, a quem o Brasil deve perdoar tudo, por que a elle

deve o ser o que **actualmente** é, um **governo monarquico independente**. Por ordens suas **forão presos na cidade de São-Paulo mais de trinta cidadãos honrados**, em represalia de terem **concorrido para a expulsão de seu irmão Martim Francisco**; o mesmo **aconteceo no Rio de Janeiro, onde muitas pessoas forão presas, por simples suspeitas de não serem affectos aos Andrades**, por este motivos e pelas dissensões, que dali se **originarão**, virão-se elles obrigados a **demittirem-se, certos de que, tendo a seu favor o povo, com o auxilio dos de sua facção não tardarão a ser reintegrados nos postos, que havião voluntaria e arteiramente largado**.

Sollemnizou-se **entretanto no 1º de dezembro desse mesmo anno o acto da coroacao do Imperador D. Pedro com a magnificencia e enthusiasmo que era natural**. Penetrado **José-Bonifacio d'An-**

drade do quanto relevava expulsar do Brasil as tropas portuguezas, que ainda occupavão parte delle, tratou de augmentar a marinha de guerra, e mandou propor a lord Cochrane de tomar o commando de esquadra brasileira. Annuio o Lord á proposta com as mesmas condições, com que se encarregara da do Chile, e por que aquelle governo lhe estava devendo sessenta mil pesos duros, poz por condição, que o governo imperial lhe contaria aquella quantia, se elle conseguisse prestar-lhe serviços assignalados.

Chegou lord Cochrane ao Rio de Janeiro a 21 de marco de 1823, e foi tanta a actividade que despregou, que a 7 do mez seguinte se levou daquelle porto com a esquadra brasileira, que constava do náó D. Pedro Iº de 74 peças; Piranga, 46; corveta *Maria da Gloria*, 32; Liberal, 22, e brulótes 2. A esquadra

portugueza, que estava ao paio diante da cidade da Bahia, era muito mais forte não só pelo numero de vasos e d'artilharia, como pela qualidade da tripulação, e constava d'uma não, 2 fragatas, 4 galeras e 4 navios mercantes armados em guerra: o que não obstante, fez lord Cochrane diversas tentativas para se apoderar da esquadra inimiga. Achavão-se as tropas commandadas pelo general Madeira, que occupavão a Bahia, postas em apertado sitio, o qual cada dia se ia estreitando, de sorte que se virão na necessidade de evacual'a, o que pzerão em effeito na noite de 3 de julho do anno de que tratamos: foi lhes em seguimento lord Cochrane com a não Pedro I^o, *Paraquasú*, *Victorohy* e *Maria da Gloria*, e tendo-se estes ultimos navios arredados da conserva, achou-se o almirante so no meio dos inimigos, mas tal era o terror que o seu

nome inspirava, que os Portuguezes longe de investirem com elle, se arredarão, deixando-o fazer varias presas.

Isto feito, seguiu lord Cochrane para o Maranhão, com quanto não tivesse, para assim o fazer, recebido ordem do governo imperial, e conseguiu levar a não em que hia, apezar dos baixos, até o porto daquelle cidade, e dispunha-se a fazer o bloqueio della quando lhe veio fazer entrega Junta provisoria, protestando que adheria a causa da independencia, e tendo-se apoderado do brigue de guerra D. Miguel e de mais alguns vasós despachou nelle ao capitão Grenfell com novecentos e seis homens a se apoderar do Pará; o que Grenfell conseguiu, intimando ás autoridades a ordem de render-se da parte de almirante, que dizia elle, se achava á boca do rio com uma forte esquadra, resolutos a pôr tudo a ferro e a fogo, se intentas-

sem resistir-lhe : assim que, antes de se conhecer o estratagemma, estava a cidade submettida.

Nesta occasião um acontecimento, que faz estremecer de horror a todo o amigo da humanidade, veio enturvar a gloria deste dia, e foi que mais de duzentas pessoas morrerão asphyxiadas no porão d'uma embarcação.

Lord Cochrane, depois de se ter demorado algum tempo no Maranhão, partio para o Rio de Janeiro, onde chegou a 9 de novembro do mesmo anno, satisfeito de ter libertado da presença de inimigos o vasto territorio do Brasil, e o Imperador lhe conferio o titulo de Marquez do Maranhão em testemunho de sua satisfação.

1823 — Nesse anno se encerrarão extemporaneamente as Côrtes portuguezas de 1820 por effeito da contrare-

volução, de que foi autor o Infante D. Miguel, noticia, que foi recebida no Brasil com satisfação até dos proprios patriotas, por isso que nenhum motivo tinham para se prometterem que dellas lhes viesse um codigo de leis fundamental mais perfeito, que o que se devia elaborar em sua propria Assembleia constituinte, a qual tinha sido convocada em 17 d'abril, e devia ter a sua primeira sessão em 3 de maio seguinte, como com effeito teve, abrindo-a pessoalmente o proprio Imperador, o qual no discurso que nessa solemnidade recitou, redigido segundo se diz pelos Andrades, disse: que como Imperador constitucional, e especialmente como defensor daquelle imperio, havia prometido no 1º de dezembro passado, dia em que fôra coroado e sagrado, de defender com a espada, a patria, a nação e a constituição, se ella fosse digna delle e

do Brasil, o que naquella occasião ratificava.

Forão estas palavras um verdadeiro pomo de discordia, interpretando-as os deputados cada um a seu modo: quaes dizião que a supposição do Imperador era injuriosa para a Assembleia, pois presumia que podia fazer uma constituição indigna do Brasil: quaes perguntavão, se dado caso não fosse a constituição por elles elaborada do agrado do Imperador, se se resolveria Sua Magestade, para estar em paz com sua propria consciencia, a resignar a autoridade imperial, de que se achava revestido. Houve um grande e porfiado debate, sustentando o ministerio que aquella clausula da falla do Imperador era conforme com a constituição, e assim foi finalmente vencido.

Estavão os Andrades no maior auge da pujança ministerial, tendo-se descar-

tado de quantos lhes fazião opposição, mandando-os a desterro, sem se lembrarem que toda a injustiça chama por outra: entretanto estava-se lhes apresentando a queda, e passados poucos dias, havendo um deputado apresentado um projecto de lei para a expulsão immediata dos Portuguezes, que se não tinham naturalizado Brasileiros, e erão cohecimento infensos ao estabelecimento do imperio, como os Andrades, por serem da mesma opinião, o sustentassem, entrarão os monarchicos em susto viesse o ministerio a desfazer-se delles, obrigando-os a sair do Brasil, e para contraminar-lhe os projectos, unirão-se com os liberaes, e tratarão de deitar fóra do ministerio os Andrades, nõ que consentio o Imperador, como quem havia muito, que soffria com impaciencia, pertendessem os tres irmãos, governal'o, como se forão seus tutores, por

isso que o **tinhão coadjuvado na fundação do imperio, e logo que se achou convallescido de uma queda de cavallo, que o poz em perigo de vida, usando do direito, que lhe dava a constituição, demittio os, e formou um novo ministerio, composto de Jose Joaquim Carneiro de Campos e Manoel Jacintho Nogueira da Gama, o primeiro para os negocios do imperio e o segundo para os da fazenda.**

Com o novo ministerio cessarão de ser perseguidos quantos, supposto tivessem nascido em Portugal, **tinhão adherido a nova ordem de cousas, e se haviam naturalizado Brasileiros, e os tres irmãos, que quando ministros erão monarchicos imperiosos e absolutos, se tornarão democratas, quando deputados, e redigirão um periodico, intitulado o Famoso, onde sustentavão o contrario do que haviam praticado, e como**

fossem os membros mais influentes da Assembleia constituinte e também (por que o não o confessaremos?) os mais instruidos, suscitavão um semnumero de embaraços ao novo gabinete, com o manifesto designio de empolgarem outra vez o ministerio. Era o Imperador moço, fogoso, e estava ainda, como aquelles que lhe relevava governar, no disciplado e tirocinio do governo parlamentar, e vendo que os Andrades continuavão a dirigir, a seu querer, os debates e resoluções da Assembleia constituinte, para delles se desfazer, determinou de a dissolver, o que poz em effeito, vindo com um corpo de cavallaria, e mandando-lhes intimar de encerrarem immediatamente as suas sessões; o que feito, mandou a desterro os Andrades, e os demais membros influentes da Assembleia.

Com quanto no decreto da dissolução da **sobredita** assemblea tivesse o Imperador declarado que fora, a seu pezar, obrigado a servir-se daquelle meio violento e anticonstitucional, por isso que a Assembleia ou os tres Andrades, que a governavão, havião quebrado o juramento que lhe havião prestado na qualidade de deputados, e promettesse convocar immediatamente outra para examinar um projecto de constituição, que em breve tencionava submeter-lhe muito mais liberal que a que a Constituinte estava até então elaborando, o modo por que se houve nesta occasião o Imperador foi considerado por todos os Brasileiros, dentro e fóra do Imperio, como um abuso da força, um lance arriscado, e contrario á razão e sa politica, por isso que a futura felicidade do Brasil pedia da

adopção immediata de instituições constitucionaes, e igualmente de sua abso-
luta e final separação da metropoli.

Não se descuidou o imperador, para serenar os receios em que ficarão com aquelle acto os Brasileiros, de nomear uma commissão encarregada da redacção da constituição debaixo de sua presidencia, a qual desde logo começou a tratar daquelle importante objecto, e no principio de anno de 1824 tendo concluido os seus trabalhos, sahio á luz a nova constituição, a qual com quanto fosse assás liberal, não foi submettida á approvação d'uma assemblea nacional, como devera ser : enviando-se tam sómente copias della ás camaras municipaes das diversas provincias. Entretanto o imperador e a imperatriz jurarão de observal'a, e o mesmo fizeram o bispo e camara municipal do Rio de Janeiro.

Achamos posto em memoria que, nesta occasião, houvera uma trama urdida contra a vida do imperador, e que o fogo que reduzio a cinzas o theatro, na noite de 25 de março desse anno, fora de industria posto áquelle edificio pelos conspirados, para a favor do tumulto poderem a salvo assassina-lo. Como quer que seja, nenhum perigo correo o imperador, por se ter recolhido, apenas se declarou o fogo.

Foi a constituição bem aceita de algumas provincias, não assim daquellas, onde como na de Pernambuco estava ainda fresca a lembrança da violenta expulsão da assemblea constituinte. Sublevarão-se pois os habitantes, sendo o cabeça e principal motor da revolução o presidente eleito da provincia, e entendendo-se com grande parte dos da Parahiba, Rio-Grande do Norte e Ceará intentarão constituir-se

em republica ; porèm depois de varios successos forão debellados pelas forças imperiâes. Tambem na Bahia houve neste mesmo anno de 1824 um alvoroço, amotinando-se as tropas contra Felisberto Gomes Caldeira, governador militar da sobredita cidade, a quem assassinarão ; porèm tudo serenou dentro de pouco tempo com a nomeação do novo presidente João Severiano Maciel da Costa, e do novo governador das armas o brigadeiro Gordilho.

1825. — Neste anno foi reconhecida por D. João VI a independencia do Brasil por tratado ratificado em 15 de novembro constando de onze artigos.

Com o reconhecimento do Snr D. João VI tinham os Brasileiros conseguido aquillo que mais que tudo anhelavão ; entrados eramos na numerosa familia das nações , e quasi todas as da

Europa assim nolo certificarão por seus representantes, nomeadamente a Austria, a França, a Inglaterra, a Suécia, e na América os Estados-Unidos. Estávamos em paz com todas, e poderia o Brasil dar-se a si mesmo os parabens, senão fôra a guerra impolitica do Rio da Prata, começada no reinado do Snr Rei D. João VI e delle derivada, como em vinculo de morgado a seu filho primogenito o fundador do imperio do Brasil, o qual, apesar do destroço do nosso exercito em Sarandi, descativado de rececios pelo diz respeito a Portugal, determinou de envidar todas as forças naquella conquista, mandando desde logó um reforço de 1500 praças, em quanto se ficavão aprestando as mais, de que podia o imperio dispor.

Com este presupposto havia o imperador anteriormente mandado assoldar quinhentos Allemães, os quaes apor-

tarão no Rio de Janeiro quasi no fim do anno de 1825 de que estamos tratando Assustarão-se com a vinda d'aquelles estrangeiros os Brasileiros, ciosos de sua independencia, como porèm fossem em tão pequeno numero acabarão por serenarem-se.

Em 28 de outubro concluiu o gabinete do Brasil com o de Londres um tratado, no qual o Imperador se obrigava, passados quatro annos, a renunciar por si e por seus vassallos ao commercio da escravatura na costa d'Africa, ficando desde logo determinada a extensão e parte da sobredita costa onde seria licito, durante os sobreditos quatro annos, aos subditos Brasileiros continuarem com aquelle commercio.

Quasi no fim do mesmo anno e a 2 de dezembro allumiou Deus a imperatriz Leopoldina de saudosa memoria com um filho, que foi baptizado aos 9 do

mesmo mez com o nome de D. Pedro, e reconhecido desde logo por principe imperial, que é o nosso actual augustissimo Imperador.

Continuava entretanto a guerra do Rio da Prata, e na sessão de 25 de outubro decretou afinal o congresso das Provincias-Unidas a incorporação com as de mais republicas da provincia da banda oriental. Salteou-se com aquella nova o imperador, e determinou de ir em pessoa ao Rio da Prata para proseguir com todo o vigor na guerra.

1826. — Em quanto porèm se apromptava a expedição, que para aquelle effeito destinava, concluiu o imperador um tratado de commercio com el Rei de França, que foi ratificado no dia 19 de março, e ao qual se ajuntarão mais alguns artigos aos 3 de fevereiro seguinte, e como tivesse promettido aos

Bahienses de ir visitar aquella antiga capital do Brasil, segnio para lá viagem a bordo da não D. Pedro I em companhia da imperatriz, e da princeza Maria da Gloria, forão os outros vasos, que o acompanharão, as fragatas paraguassú e piranga.

Deteve-se o Imperador na Bahia pouco tempo, pois que chegando ali no fim de fevereiro, em abril seguinte já se achava de volta na capital do imperio. Foi recebido na Bahia com grandes demonstrações de alegria, e forão não pouco as mercês que fez, não falando nas promoções.

Neste mesmo mez recebeu o Imperador a infausta noticia do fallecimento d'el Rei seu pai, o Snr D. João VI, e pela mesma occasião as felicitações, que por sua exaltação ao throno de Portugal, lhe vinhão dar em nome da regencia daquelle reino o duque de Lafoês, o ar-

cebispo de Lacedemonia e o juiz de Fôra de Coruche, que forão os escolhidos para a sobredita deputação.

Não obstante a Carta de Lei, que assegurava a D. Pedro a successão ao throno de Portugal, bem entendia elle que não estava em seu poder ajuntar a corôa daquelle reino com a do novo imperio do Brasil : assim que desde logo se deliberou a não aceital'a, senão para transferil'a com todos os seus direitos e regalias á pessoa de sua filha a princeza D. Maria da Gloria, em favor da qual abdicaria. O que poz em effeito em 3 de março de 1826, debaixo da condição porém, que a validade daquelle acto ficaria pendente do futuro consorcio da nova rainha de Portugal com seu tio o infante D. Miguel. Com quanto parecesse razoavel e de facil execução esta determinação do imperador, sobrevierão taes contratempos,

que a tornarão de todo em todo inexecutable.

A 6 de maio deste mesmo anno se effectuou a reunião da assemblea geral, cuja convocação havia sido differida pelo imperador desde 1824, não obstante acharem-se eleitos os deputados de que ella devia constar, segundo era determinado na constituição. Na falla que nesta occasião o imperador dirigio ao congresso tratou de desvanecer a opinião, em que estavam os Brasileiros, de que era mais affecto aos Portuguezes que a elles, dizendo posera todo o desvelo em felicitar a nação portugueza, sem offender a Brasileira, e em separal'as, posto que ja o estivessem, de modo que nunca mais se podessem unir, confirmando a regencia creada por seu pai, e abdicando os inauferiveis direitos que tinha á corôa de Portugal na pessoa de sua filha a

princeza D. Maria da Gloria, e accrescentou que esperava que aquella abdicção faria quê os mais incredulos o reconhecerião como o defensor perpetuo do Brasil. E devemos confessar que nessa occasião fallava o imperador com o coração nos beiços, e dizia o que sentia, que não era elle insensivel á gloria, nem tão pouca era a que antevia lhe havia de caber no porvir de ter sido o fundador de dous governos constitucionaes, o do Portugal e o do Brasil.

Continuava entretanto ainda a guerra impolitica do Rio da Prata, na qual o Imperador infelizmente insistia com nunca vista obstinação, e para activa-la partio do Rio de Janeiro aos 24 de novembro do anno, de que tratamos de 1826, e a 2 de dezembro seguinte surtiu diante da ilha de Santa-Catherina com uma esquadra, que constava da não D. Pedro I; de mais duas fragatas e al-

guns vasos, de que era commandante o almirante Rodrigo Pinto Guedes, donde se partio para Montevideo, porèm não havia muito que deixara a capital, quando falleceo com trinta annos de idade a Imperatriz Leopoldina, com cuja noticia deo-se pressa o Imperador em tornar para o Rio de Janeiro, onde chegou em Janeiro do anno seguinte, sem ter feito cousa, que seja digna de ser posta em memoria.

1827. — No decurso deste anno celebrarão-se entre o Brasil e diversas potencias da Europa diversos tratados, a saber : um tratado de commercio e navegação com a Austria, outro com a Prussia, outro com a Inglaterra, finalmente outro com as cidades anseaticas de Lubeck, Bremen e Hamburgo. Na legislatura delle se decretou que a doação do Imperador seria de mil contos

por anno, a da Imperatriz de cem contos, a do Principe Imperial durante a sua minoridade de doze contos, e em sendo maior de vinte e quatro, a do Principe do Grão Pará, em quanto menor de seis contos, e de doze em sendo maior.

Estabelecerão-se tambem dotações annuaes para a Capella imperial, a Academia de Medecina e de Cirurgia, a das Bellas Artes, e para o Museo, Bibliotheca publica, Jardin botanico e mais estabelecimentos publicos. Redigio-se igualmente a lei sobre a responsabilidade dos ministros concebida em 61 artigos e outra em 75 sobre a divida publica, livro-mestre, caixa de amortização, criação de escolas de primeiras lettras, e de cadeiras de direito patrio e civil, porém nada se fez no concernente ao melhoramento dos rendimentos publicos e sua fiscalização e em 6 de

septembro encerrou o Imperador as sessões da Assembleia.

Havia anteriormente o gabinete do Rio de Janeiro, com o presupposto de proseguir na guerra do Rio da Prata, mandado vir, alem dos quinhentos Allemaes de que já fizemos menção, mais dous mil e quatrocentos Irlandezes, e com quanto fosse privativo da Assembleia geral o permittir, ou negar a admissão de tropas estrangeiras, como os recrutamentos no Brasil são em geral olhados como outros tantos actos oppresivos, alem de serem de difficil execução, poderia o governo tirar proveito daquelles estrangeiros, se em vez de os conservar na capital, os tivera mandado com toda a brevidade para as fronteiras; mas não acconteceo assim, em quanto pois permanecião no centro d'uma cidade populosa, virão-se expostos as chufas e vaias, com que sem

cessar os desatinava a gentalha, appellidandoos : *escravos brancos*, até que apurando-se-lhes a paciencia, se sublevarão : ajuntarão-se com elles os Alle-mães, depois de terem assassinado o major, que os governava, e foi tal o tumulto e alvoroço que causarão, que foi mister, para os trazer á razão, a intervenção da tropa de linha, sendo afinal obrigados a embarcarem e a tornarem-se para a Irlanda ao redor de 1400 por intervenção de secretario da legação ingleza no Brasil.

1828. — Havendo o Infante D. Miguel abolido a carta constitucional que jurara observar, e convocado um simulacro dos tres estados do Reino, que declararão nullo o juramento por elle prestado e o reconhecerão por legitimo Rei de Portugal, protestou o Imperador contra a usurpação de seus direitos em um manifesto, que endereçou á nação

portugueza em 28 de julho deste anno na qualidade de pai e tutor da Rainha D. Maria II. O mesmo fizeram os plenipotenenciarios brasileiros em Londres e Vienna d'Austria e os encarregados dos negocios de Portugal na França e na Belgica.

Neste mesmo anno se assignou a 28 d'agosto o tratado preliminar de paz, por intervenção da Inglaterra, entre o Imperio do Brasil e a Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata, o qual foi ratificado pelo Imperador em 30 do mesmo mez. Assim se terminou a impolitica e malfadada guerra do Rio da Prata, que tanto sangue e tanto dispendio de fazenda custou ao Brasil.

1829. — Postoque, còmo acabamos de referir, se achasse assignado e ratificado o sobredito tratado de paz não se apressou o gabinete a fazel'o publico em quanto durava a sessão da camara

legislativa, talvez por que lhe custava o divulgar as condições, com que se vira necessitado a concluí-lo, e a demora, que nisso poz, foi occasião em geral de não pequena inquietação. A isto accrescia que, sendo notorios os actos praticados em Portugal por D. Miguel, e o restabelecimento do governo absoluto naquelle reino, era para receiar, que o Imperador propendesse para intervir com armas, afim de repor no throno a Rainha D. Maria, sua filha, eventualidade, que fez tomassem novo calor e acrimonia todas as discussões em geral, e com especialidade as que versavão sobre o estado da publica administração e das finanças.

Achavão-se estas em circumstancias assás criticas. Devia o governo ao Banco, mais de dezanove mil contos de reis, e os directores daquelle estabelecimento, por outra parte, ignoravão a quanto

deitava a emissão das suas respectivas notas : desorte que o governo vio-se na necessidade de nomear uma commissão para examinar a sua comptabilidade, por isso que o privilegio, que lhe fora cōncedido, estava por momentos a expirar. A divida publica interna e externa deitava acima de cincoenta mil contos, não fallando no embolso das presas injustamente feitas durante o bloqueio do Rio da Prata, cuja importancia se erçava em mais de oito mil contos : o estado de apuro, em que se achava o thesouro, não podia ser maior, e o descontentamento era geral : assim que, antes que elle fosse a mais, encerrou o Imperador as Camaras, sendo os principaes projectos de lei, que nesta ultima sessão se discutirão e forão sancionados ; o, da organização dos conselhos provinciaes, da reforma da policia, abolição dos vinculos e morgados

igualdade dos direitos de importação, para todas as nações, reforma total das camaras municipaes, e especificação dos casos, em que poderão ser suspensas as formalidades protectoras da liberdade individual.

No principio deste anno houve em Pernambuco alguns alvórotos, que foram em breve dissipados pelas autoridades da provincia, o que não obstante, o ministerio apressou-se a suspender temporariamente as leis protectoras da liberdade individual, e a crear uma commissão militar, e com estas providencias anticonstitucionaes, e muito mais severas, do que o caso pedia, augmentou a irritação e descontentamento, que já dantes lavrava, e fez subir de ponto a virulencia dos periodicos.

Entretanto as negociações, que dizem respeito á Princeza D. Maria da Gloria na qualidade de Rainha de Portugal, não

se achavão bem assombradas, e com quanto tivesse Sua Magestade Fidelissima sido recebida em Inglaterra com todas as honras, que a sua Réal Pessoa se devião, não forão aquellas publicas demonstrações outra cousa mais, que a observação minuciosa do formulario da etiqueta, praticado na Grá-Bretanha, como se colhe do que passamos a referir.

Tinhão-se acolhido a Inglaterra ao redor de tres mil Portuguezes na esperança que com o auxilio e favor de Sua Magestade Britannica cedo voltarião para Portugal em companhia de sua nova soberana, porém não tardou muito viessem a conhecer não entendia o gabinete inglez favorecer a causa de D. Maria; por isso que o Duque de Wellington significou ao Duque de Palmella que esperava que Sua Excellencia senão descuidaria de fazer com que os sol-

dados e officiaes portuguezes, estudantes de Coimbra e voluntarios, que se achavam em Plymouth, houvessem com a possivel brevidade de evacuar aquello porto, ou qualquer outro de Inglaterra, por que o governo de Sua Magestade Britannica não podia consentir que a Inglaterra fosse convertida em um arsenal, ou cidadella, onde cada um podia aprestar-se para ir fazer guerra a quem lhe parecesse.

Acharão-se por conseguinte os emigrados portuguezes na necessidade de partirem de Inglaterra, e tendo-lhes sido vedado o transferirem-se para as ilhas, o unico asylo que lhes restava era o Brasil; mas muitos delles haviam feito a guerra aos Brasileiros, além de que a admissão de tropas estrangeiras no Imperio era uma das attribuições exclusivas da Assembleia legislativa. Não o ignorava o Imperador, e por esse mo-

tivo resolveo convocar extraordinariamente a sobredita Assembleia em 2 de abril, e na falla que fez nesta occasião aos membros della, não lhes dissimulou, que os havia convocado por saber estavam para chegar muitos militares portuguezes, que, banidos da patria, vinhão buscar naquelle imperio asilo, e tambem por que era urgente que se occupassem dos negocios da Fazenda e do Banco, por isso que o thesouro se achava no maior apuro, e a tal ponto que sentia ter de prognosticar-lhes que se naquella sessão extraordinaria não lhe acodissem com algumas providencias, seria mais que muito desastroso o porvir, que aguardava á nação.

Conforme a falla do throno devia o ministro da Fazenda apresentar sobre aquelle importantissimo objecto propostas, cujos resultados devião ser sobremaneira lisongeiros.

Porém não acconteceo assim, e o successo não correspondeo ás esperanças, por isso que a panacéa, de que o ministro se promettia a prompta resurreição do quasi extincto thesouro público, se resumia em novos empréstimos e impostos. A commissão encarregada de examinar o projecto do ministro, em vez de approval'o, foi de parecer, que era preciso diminuir a despesa de maneira que ficasse ouro em fio com a receita presumivel, propoz a deduccão de perto de dés mil contos de reis sobre as verbas, que dizião respeito ao exercito e a marinha, e insistio na necessidade imperiosa, que era manifesta, de despedir do serviço do Imperio os officiaes estrangeiros, que não erão outros senão os Portuguezes.

Ainda senão tinha vindo a conclusão sobre os negocios da fazenda, quando sobrevierão outros, que captivarão a

atensão da Camara, e forão os de Portugal, nos quaes os ministros forão accusados de se ter ingerido, e posto que se justificarão, asseverando que, longe de se terem ingerido, havião desaprovado os actos praticados pelos diplomatas brasileiros em Londres no concernente aos negocios de Portugal, ficou a questão por decidir, e toda aquella tempestade veio a desabar sobre a pessoa do Imperador, e com especialidade sobre os membros de seu gabinete particular.

Forão tão tempestuosas as discussões na derradeira sessão desta nossa primeira Assembleia legislativa, que antes de se ter concluido a da lei do orçamento, se determinou o Imperador a proceder ao encerramento della, o que fez sem mais preambulos e tam sómente com estas palavras:

Augustos e dignissimos senhores

representantes da nação brasileira.

Está fechada a sessão.

Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil.

Em virtude do acto do encerramento das Camaras ficou o ministerio, e com especialidade o ministro de fazenda a sua vontade, sem ter, no concernente ás despesas, uma só disposição legislativa, que o podesse cohibir : assim que tudo parecia conspirar, senão para a abrogação de constituição e suas leis, pelo menos a alteração, e mudança das mais essenciaes dellas, em prova do que acarretavão os liberaes diversos argumentos, deduzidos da conservação de tropas estrangeiras em plena paz, da nomeação de presidentes para as diversas provincias, e de governadores d'armas, que, se sabia, propendião para o governo absoluto, e até do modo com que se expressavão alguns dos ministros, da liberdade,

com que alguns dos periodicos de Pernambuco advogavão altamente em favor do governo e do senado por ter rejeitado o projecto de lei, que abolia a instituição dos vinculos e morgados. Redobram os receios de quantos amavão do coração a patria, vendo desembarcar no porto do Rio de Janeiro os emigrados portuguezes, que se estavam aguardando, não forão porèm avante estes receios, por isso que os sobreditos emigrados se houverão com grande circumspecção, não se ingerindo nas questões irritantes de nossa politica, de que forão e continuarão a ser méros espectadores.

Quasi no fim do anno, de que tratamos de 1829, é aos 16 de outubro chegou ao Rio de Janeiro em companhia da rainha de Portugal D. Maria II a princeza Bávara D. Amelia de Leuchtemberg, que vinha desposar-se com o Imperador, o

que se effeituou logo no dia seguinte com todo o ceremonial do estilo, e a pompa e magnificença, que em taes solemnidades se costuma ostentar, apezar de ser aquelle dia sobremaneira chuvoso; as ruas por onde o cortejo devia passar achavão-se guarnecidas de ricos tapetes; houverão luminarias tres dias afio; lançou-se ao mar uma corveta, que, em honra da nova Imperatriz, foi appellida Amelia, e o Imperador por esta occasião, instituiu o ordem imperial da Rosa, e fez diversas graças e mercês.

Em dezembro seguinte nomeou o Imperador um novo ministerio, demittindo o de que era o membro mais influente o marquez de Baependi, o qual, por ter nascido em Portugal, taxavão-no de ser exclusivamente dedicado aos interesses de seus conterraneos, com quanto tivesse esposado desde o principio com enthusiasmo a causa da in-

dependencia do Brasil, substitui-o por um novo ministério exclusivamente composto de Brasileiros. Esta mudança era necessaria, e forçosa, por quanto o ministerio se achava desavindo com a Camara dos deputados, estado de cousas que não podia durar muito tempo, sem ser occasião talvez de alguma revolução.

1830. — Em 3 de maio se reunirão as Camaras conforme o costume, e o Imperador na falla, que lhes dirigio, depois de participar-lhe, o seu casamento com a princeza D. Amelia de Leuchtemberg, e o regresso de sua filha a rainha D. Maria II, continuou dizendo: que posto que, como tutor da sobredita rainha de Portugal, devia pugnar pelos direitos della, guardar-se hia, conforme promettera, de aventurar a prosperidade do Brasil por occasião dos negocios de Portugal.

Pode mui bem ser que taes fossem na realidade as intenções do Imperador, ou pelo menos as esperanças, que tinha, como quem não attentava que, para repôr no throno, de Portugal a filha, tinha forçosamente de empenhar na empresa a sua propria pessoa, e para segurar-lhe na cabeça a corôa, seria obrigado a dar renuncia á de Imperador do Brasil.

Proseguio entretanto a nova Assembleia legislativa em seus trabalhos nesta sua primeira sessão os quaes por certo que terião sido mais proficuqs á nação, se os seus oradores fossem menos verbosos, desorte que em todo o decurso della nenhuma conclusão definitiva se tomou nem sobre a lei do orçamento, nem sobre os demais assumptos recommendados pelo Imperador, o qual ao encerral'as teve razão de estranhar-lhes o pouco que havião feito pela prosperidade do Imperio, e continuou dizendo

que sendo elle a pessoa que na sobre-dita prosperidade mais se interessava se resolvera a convocal'as desde logo em sessão extraordinaria, para deliberrarem sobreos assumptos por elle apontados no discurso da abertura.

Abrio -se pois a sessão extraordinaria cinco dias depois de encerrada a primeira. Erão as materias indicadas pelo Imperador todas de maxima importancia, e versavão na conclusão da lei do orçamento, nas providencias que devião dar respeito a moeda corrente e seu giro, na creação e regeneração do extincto Banco, na redacção do codigo criminal e do de processo, ou nova praxe forense.

Não era passado, quando muito, um mez e metade do outro, quando soou no Brasil o estampido da revolução, que rebentara em Pariz em julho do anno de que tratamos, que derribou do

throno de França a Carlos X, e dado que no Brasil, por estar longe da Europa, não produzisse os mesmos effeitos que em muitas partes della, não deixou de abalar o em que estava sentado o descendente da antiga Casa de Bragança. Não poucos particulares na maior parte das cidades do Brasil, e sobretudo nas principaes, como as do Rio de Janeiro, da Bahia, Pernambuco e São-Paulo deitarão por esta occasião luminarias; os liberaes, e sobretudo os exaltados erguerão as esperanças, e em seus periodicos tratarão de alienar do Imperador os animos dos povos: accresceo a isto o ter por esse tempo o Imperador demittido o ministro da Fazenda, homem irascivel, de mediocre talento como diplomático, porém versado no manejo dos publicos negocios, e havia muito, empoleirado no mando, juntou-se elle aos descontentes, e aticou o fogo

da discordia, que havia muito lavrava entre o governo e a nação, ou, o que vem a ser o mesmo, entre o Imperador e a Assembleia legislativa: por cumulo de males acconteceo chegar nesse tempo ao Rio de Janeiro um navio inglez com o armamento para dês mil praças, encommenda que havia sido feita pelo governo durante o ministerio anterior na importancia de quinhentos contos de reis, sem ter sido consultada a Camara, e estando o Brasil em paz, convertendo-se assim em realidades as suspeitas, que tinham os liberaes, durante o sobredito ministerio, que existia um projecto de substituir o governo parlamentar pelo absoluto e militar, mas quando assim fosse, era já passada a época, em que aquella mudança poderia vir a effectuar-se, e todavia com aquelle acontecimento subio ainda mais de ponto o descontentamento geral.

Entretanto proseguia em seus trabalho a segunda assemblea legislativa, que mais feliz que a primeira, conseguiu dotar o Brasil d'um codigo criminal; fizeram-se alem disso diversas leis; a saber : sobre os delictos da imprensa, sobre os escravos, e tambem sobre as despesas particulares das diversas provincias no anno economico, que devia começar no primeiro de julho de 1831 e acabar no dia trinta de junho de 1832: porém pelo que diz respeito á criação do novo banco , nada se pode concluir, tendo sido rejeitados os diversos projectos , que forão apresentados. Procedeo-se tambem a criação de muitas novas freguezias e villas, sendo as que neste anno forão erectas as seguintes. Na provincia de São-Paulo: a 13 de outubro a freguezia de Cutia; em 9 do mez seguinte as de Bairro das Silveiras, de Belém, de Garapuava, de Iporunga,

de Rio-Claro e a villa de Tatui em 9 de dezembro seguinte : na provincia de Santa-Catherina em 11 de agosto a freguezia de Rio-Vermelho, e em 9 de dezembro a de Morrinhos. Na provincia de Goyaz forão creadas as villas de Carolina e de Cavalcante , a primeira em 25 de outubro, e a segunda a 11 de novembro , e finalmente na de São-Pedro do Rio-Grande a villa de Pelotas a 7 de setembro , e a de Piratinim nas cabeceiras do rio de seu nome em 15 de dezembro ; tambem em o 1º do mesmo mez se concedeo a povoação do Cerro da Buena desta mesma provincia as honras e privilegios de freguezia.

1831. — Havia o Imperador partido para Minas-Geraes no fim do anno antecedente ao de que passamos a tratar, na esperanza que o enthusiasmo, que sua presença havia de excitar naquella

provincia, onde o seu nome, havia bem poucos annos, era pronunciado com amor e reverencia, o ajudaria, senão a sujeitar ao seu arbitrio os descontentes e os liberaes, pelo menosa contraminar-lhes os projectos que contra elle tramavão, e que sem grande esforço conseguiria a reeleição do ministro do imperio; mas não tardou muito que visse falsadas ambas estas esperanças: o que não obstante, continuou a tratar com displicencia quantos erão suspeitos de serem addictos ao partido liberal, e sabiã, havião ganhado a affeição dos povos, não recebendo com agrado, senão aos que erão delles aborrecidos por propenderem para o governo absoluto, e comquanto se lhe não escondesse o risco que corria, resolveo de se não dobrar a nenhuma consideração, nem mudar do teor, com que se havia no governo do imperio, por mais que fosse

encontrado com os principios da constituição, de que elle mesmo havia sido autor ; e a proclamação, que da cidade d'Ouro-Preto aos 22 de fevereiro do anno, de que estamos tratando, endereçou aos mineiros, longe de produzir o effeito, que della se promettia, e conciliar-lhe os animos dos habitantes daquella provincia, foi considerada tanto por elles, como pelos das provincias vizinhas como uma declaração da guerra.

Não podendo o Imperador levar avante os projectos, que havião motivado a sua ida áquella provincia, e inteirado da pouca affeição, que lhe tinham os poyos, se recolheu para a capital desgostoso, abatido, e dizem, que desde então formára o projecto de abdicar em favor de seu filho, e dizer para sempre adeos ao Brasil.

A situação de D. Pedro era na verdade critica e arriscada : como pai e

como rei de Portugal achava-se o Imperador empenhado em repor no throno, de que a havia esbulhada o tio, sua filha a rainha D. Maria II, e no principio se lisongeava de poder conseguil'o, sem se utilizar dos meios, que lhe podia ministrar o Brasil, onde imperava, o que era impossivel.

Fez o Imperador a sua entrada no Rio de Janeiro a 12 de março, e foi recebido com indifferença, sendo unicamente applaudido por alguns Portuguezes e criados do Paço. Porém alguns amigos seus particulares, com o designio de o animarem, e de persuadirem-no que não havia de todo perdido o amor e affeição dos habitantes da capital, determinarão de festejar a sua volta com fogueiras e luminarias, durante tres noites; acconteceo porém que alguns mancebos, ou estouvados, ou exaltados, juntando-se com alguns officiaes, que tal era o desconten-

tamento, que abrangia já até o proprio exercito, discorrerão pelas ruas da cidade, dando vivas á constituição, a assemblea geral, e até ao Imperador sendo elle constitucional, sem que todavia houvesse a menor desordem nas primeiras duas noites, mas como na terceira tivessem tido a imprudencia de apagar algumas fogueiras, entrarão os Portuguezes em colera, e investirão com aquelles Brasileiros, assaltando-os com quantó o acaso lhes deparava, com garrafas, páos e pedras; achando-se os Brasileiros desapercelidos, tiverão de retirar-se, sendo não poucos os feridos; atrevidos os Portuguezes com aquelle successo armarão-se de cacetes, e encaminharão-se para a morada do redactor da Aurora, o qual não havia posto luminarias, bradando : Morrão os deputados republicanos! Morra o redactor do Republico e quantos não hão

posto luminarias, ao que as patrulhas não tratarão de oppor-se.

Por occasião deste successo reviveo o odio e aversão, que aos reinóes tinham d'ha muito os Brasileiros, os quaes vendo-se insultados em suas proprias pessoas, terra, e nação, começarão a juntar-se em grandes corrilhos, e sem distincção de partido ou fé politica, clamarão: que era mister enfrear a insolencia daquelles estrangeiros.

Achava-se o Imperador em São-Christovão no tempo, em que se passavão os accontecimentos, que acabamos de referir, e por consequente não lhe podião imputar de lhes ter dado a voga, mas como no dia 17 de março, em que fez a sua entrada publica na cidade com a solemnidade do costume, tivesse a fraqueza, ou leviandade de soffrer que um bando de Portuguezes da fez do povo o precedesse, e fizesse por aquelle

modo ostensivamente parte de seu cortejo, acarretou sobre si parte do rancor, que os Brasileiros guardavão aos Portuguezes, por terem tido a insolência de maltratar alguns de seus conterraneos.

Entretanto a revolução, que devia em breve precipitar do throno do imperio do Brasil o seu generoso, se bem que imprudente fundador, fazia não tardos progressos : muitos dos deputados, que se achavão na capital, e dizem, que também alguns dos senadores se juntarão em conselho, e o primeiro arbitrio, e proposição foi de pegarem em armas, e de ajuntarem-se com os officiaes do regimento d'artilharia da côrte, que erão addictos a causa do povo ; porèm, depois de varios outros avisos, assentou-se que, antes de virem ás ultimas, seria prudente dirigir ao Imperador uma representação ácerca dos factos occurri-

dos no dia 13 de março, concebida em termos taes, que o obrigasse a despedir o ministerio, e a nomear outro de principios liberaes, e quando bem assim não accontecesse, ficarião os habitantes das differentes provincias prevenidos, e poderião sem sobresalto receber a noticia da projectada revolução.

Em consequencia da sobredita representação nomeou o Imperador um ministerio composto desta feita inteiramente de Brasileiros, supposto que alguns dos nomeados gozassem de bem pouca consideração, e nenhuma preponderancia tivessem nas camaras, poucas forão as providencias que este novo gabinete deo para prevenir e atalhar a revolução, que estava por momentos a arrebentar; o que vendo o Imperador, inteirado da incapacidade dos individuos, de que tinha feito escolha para ministros, determinou de

substitui-los por outros. Erão estes versados no manejo dos publicos negocios, e tinham todos elles em diversas épocas occupado o posto de ministros, porém tinham-se tornado odiosos aos liberaes e ao povo por propenderem para o governo absoluto, desorte que apenas se divulgou esta ultima nomeação, ajuntou-se o povo no campo de Santa-Anna, bradando e pedindo a demissão dos novos ministros, e a reintegração daquelles a quem elles havião succedido : foi o ajuntamento crescendo, ajuntando-se com o povo os militares, insistindo sempre na demissão do novo gabinete, e assim o mandarão representar ao Imperador por via de tres juizes de paz, que se apresentarão nos paços de São-Christovão pelas seis horas da tarde. Ouvio o Imperador o que os juizes de paz lhe representarão em nome do povo, porém assentou de não deferir

ao que lhe pedião quasi com as armas nas mãos, respondendo que estava prompto para fazer tudo quanto fosse a bem do povo, porém nada por elle obrigado.

Conhecida que foi a resposta do Imperador, romperão em gritos, e vozes sediciosas os individuos de que constava o sobredito ajuntamento, o mesmo fizeram as tropas, que se tinham com elles ajuntado, e o commandante dellas se resolveo a ir ter com o Imperador para informal'o do estado das cousas, e tratar de dobral'o a se conformar com a vontade do povo, baldou porém as diligencias, persistindo o Imperador no proposito de não demittir os seus ministros, senão, quando assim lhe aprouvesse, por isso que a livre nomeação e demissão delles, era, segundo o determinava a constituição, um dos predicaos do poder moderador, que

na qualidade de imperador lhe competia exercer, e apezar destas e d'outras representações, quiz antes abdicar, do que soffrer a menor quebra do decoro e dignidade imperial; assim que, depois de passar a noite do dia 6 de julho, repartido, como é facil de ajuizar, entre mil cuidados, tomou afinal uma resolução definitiva, e sem pedir a ninguem conselho, nem communicar aos proprios ministros o que tinha determinado, escreveo de seu proprio punho o instrumento de sua abdição nos seguintes termos :

«Usando do direito que a constituição me confere, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho o «Snr D. Pedro d'Alcantara.»

Boa-Vista, sete de abril de mil oitocentos e trinta e um, decimo da independencia e do império.

Tornou se então para o ajudante do general, que tinha o commando das tropas, que ali era, e disse-lhe : « Ahi está a minha abdicação, desejo que se-
jão felizes ; retiro-me para a Europa, e deixo um paiz que tanto amei, e que ainda amo. » E para não dar a ver o quanto lhe custava o sacrificio, que fazia a sua dignidade e pundonor, se passou para a salla contigua, onde se achava a imperatriz em companhia dos embaixadores de França e de Inglaterra. Despedio depois os ministros á excepção do marquez d'Inhambupe, e por um decreto, que datou do dia antecedente, nomeou a Jose-Bonifacio de Andrade por tutor de seus quatro filhos, e tendo posto em ordem alguns negocios seus particulares, se passou com a imperatriz, a rainha D. Maria II e o marquez e marquez de Loulé para bordo do Varspite, commandante Talbot, onde se demo-

rou alguns dias, em quanto se perfa-
zião os aprestos de sua retirada para
a Europa.

Recebido o decreto da abdicação do
imperador D. Pedro I°, lavrou nos indi-
viduos, que formavão o ajuntamento,
certa inquietação, e os que ha pouco vo-
ciferavão, mudos e como arrependidos
do que havião feito, se recolherão para
suas casas : entretanto os deputados e
senadores, que se achavão na cõrte e
alguns dos ministros, cuja nomeação
havia sido occasião para a passada re-
volta, se ajuntarão na casa e sallas do
Senado, e nomearão uma regencia pro-
visoria, que ficou encarregada do go-
verno do imperio, em quanto as ca-
maras, segundo determinava a cons-
tituição, elegião a legal. No dia 9 do
mesmo mez de abril foi o Snr D. Pe-
dro II, que não tinha nesse tempo se-
não cinco annos de idade, proclamado

e reconhecido imperador constitucional do Brasil.

A' regencia provisoria composta de tres membros succedeo outra de outros tantos membros, nomeada pelo 'corpo legislativo, a qual foi substituida, em virtude da lei de 9 de agosto de 1834 das reformas da constituição, por um só regente, o qual governou o Brasil até o imperador D. Pedro II ser declarado maior em 29 de julho de 1841 por decreto, e decisão de ambas as Camaras.

Chegados somos á época em que naturalmente deve findar a nossa historia, pois é certo que os acontecimentos occorridos nos annos posteriores pertencem propriamente aos escriptores dos seculos que estão por vir, o que não obstante, pareceo-nos que não lhes ganhavamos a mão, nem mettiamos a nossa em sua seara, se preparando-lhes a via que de necessidade elles hão de levar,

deixassemos no fim deste nosso trabalho postos em memoria os nomes das freguezias e villas, que forão erectas, depois da abdição do Snr D. Pedro Iº, e durante os primeiros annos da minoridade de seu Augusto filho o Imperador D. Pedro II, por isso que do grande numero de freguezias e villas, que nesse lapso de tempo forão creadas, ficarão entendendo os que nos lerem, que não estiverão ociosas as nossas assembleas legislativas, e ao mesmo tempo que o impulso dado ao augmento da população pela independencia e adopção de instituições liberaes produzio o seu natural effeito.

1831. — No anno de 1831 em que posemos fim á nossa historia, apezar das perturbações, que traz comsigo toda a subita mudança de governo, forão erectas na provincia de Minas-Geraes em

28 de julho a freguezia de Chopotó nas cabeceiras do rio deste nome, e em 13 de outubro as villas de Curvello, comarca do Rio das Velhas, Diamantina, actualmente cidade, oito legoas ao nor-noronte da cidade do Serro; Formigas de Montes-Claros, na comarca de Jequi-tinhonha; Januaria, na mesma comarca, Lavras do Funil, quinze legoas ao nord-este da actual cidade de Campanha, Pomba, na margem esquerda do rio de cujo nome se intitula; e finalmente Pouso-Alegre, dés legoas ao sul da villa de Baependi.

Na provincia da Bahia em 25 de outubro forão creadas as villas de Nazareth na margem esquerda do rio Jaguaripe, e de Geremoabo no sertão desta provincia.

Na de Sergipe em 25 de outubro a villa de Estancia, a cinco legoas da capital da provincia; na do Céará a villa

de Baturrité, na serra deste nome; e a freguezia de Telha, districto da villa de Icó. Na de Goyaz em 20 de setembro a villa do Porto-Imperial na margem direita do Tocantins; na do Mato-Grosso em 28 de outubro a villa de Poconé, na comarca de Cuiabá. Na do Rio de Janeiro em 11 de novembro a de Mangaratiba, e na da Parahiba em 11 de dezembro seguinte a de Piancó. Na provincia de São-Pedro do Rio-Grande as villas de Caçapaba e do Triumpho em 25 de outubro e na do Rio-Grande do Norte em 11 do mesmo mez passarão a categoria de freguezias as povoações de Páos dos Ferros e de São-Cosme e São-Damião.

1832. — Na legislatura do anno de 1832 forão sem conto as freguezias e villas erectas, o que é uma prova indubitavel do progresso, e augmento da

população, e também da solicitude da assemblea geral. Citaremos com especialidade aquellas, de cuja criação deparamos com a data, e começando pela provincia de Minas-Geraes, diremos que forão elevadas a categoria de freguezios as aldeas e povoações que se seguem, por decreto do 14 de julho desse anno, Alagoa Dourada, Antonio Dias a Baixo, Bacalháo, Boa Vista, Bom Despacho, Brumado, Conceição da Barra, Contendas, Coração de Jesus, Correntes, Curmatahi, Matheos Leme, Morrinho, Oliveira, Passatempo, Presidio do Rio-Preto, Paulo Moreira, Ponte do Rio-Verde, Ponte-Nova, Pouso Alto, Santa-Anna dos Fornos, Santo-Antonio, São-José das Alphenas, São-José de Parahiba, Santa-Quiteria, São-Sebastião e Turvo. Nesta mesma provincia, e data, forão condecoradas com o titulo de villas as povoações de Formiga e de Sapucahi.

Neste mesmo annos e em differentes datas forão creadas na provincia da Bahia as freguezias e villas seguintes: Em 16 de junho as freguezias de Jaenhipé e de São-Sebastião, e a 19 do mez seguinte a de Estiva, e villas as povoações de Macaúba (16 de julho) a de Santo-Antonio de Pambú (16 junho) e de Santa-Sé, na mesma data, em 6 de julho a de Xique-xique, e em 10 de julho a da Purificação dos Campos.

Na provincia das Alagoas conferio-se neste anno o titulo e honras de villa em 10 de julho á freguezia de São-Miguel, em 13 de outubro, ás povoações de Macacos e de Camaratuba, mudando-lhe o nome no de Villanova da Imperatriz, e em 10 de dezembro a povoação d'Alagoa do Norte, trocado o antigo nome pelo de Santa-Luzia.

Na provincia do Piauí em 6 de julho forão creadas as villas de Piracruca, do

Principe Imperial, de Jahicos, de São-Gonçalo d'Amarantho, e tambem a freguezia de Confusões. Na de Sergipe pouco se fez, não se tendo creado neste anno senão a 7 d'agosto a villa de Laranjeiras, e a 16 do mesmo mez a freguezia de São-Pedro da Folha.

A provincia de São-Paulo foi mais favorecida nessa legislatura que a de Sergipe, pela razão que nella se crearão de novo oito villas e duas freguezias, a saber: em 16 de julho as villas d'Araquara, e as de capibari, da constituição, de Santo-Amaro, de Bananal, de Santa-Isabel, de Parahibuna e de São-Roque, em o 1º do mesmo mez, e as freguezias de São-Bento e d'Agua-Choca em 16 de agosto.

Na provincia do Rio-Grande do Norte apontaremos a villa de Goyaninha, erecta em 7 d'agosto, e na de Santa-Catherina, por decreto de 13 de outubro, a villa de

Porto-Bello. Na de Goyaz as villas de Meia-Ponte por decreto de 10 de julho e de Santa-Luzia. Na provincia de São-Pedro do Rio-Grande em 6 de julho a villa do Serrito ou Jaguarão, e a freguezia de Tahim em 26 do mesmo mez.

Finalmente na provincia do Rio de Janeiro e na de Maranhão não temos que assinalar senão na primeira a criação das freguezias de Bomfim em 14 de julho deste anno, e a de São-José da Boa-Morte por decreto de 3 de setembro, e na segunda a criação da villa do Rosario.

1833. — Neste anno em 31 de outubro foi creada a villa d'Araxás, na provincia de Minas-Geraes, comarca de Paracatú, em cujo districto se achão diversos olhos d'aguas mineraes, cujas virtudes medicinaes deixou assignaladas o sabio Barão d'Echeweck.

Na provincia de Goyaz achamos uma só creação e foi a da freguezia de Bom-Fim, em 29 de abril, na comarca de Santa-Cruz, distancia de perto de quatorze legoas da capital da provincia, e que veremos, passados mais alguns annos, ser elevada a categoria de villa.

Na provincia de Santa-Catherina foi creada freguezia em 12 de agosto a povoação de Itajahi na margem esquerda do ribeiro de seu nome, e aos vinte e sete do mesmo mez a de Maruhi na margem do ribeiro, de cujo nome se intitula. Na provincia de São-Pedro do Rio-Grande foi tambem elevada a categoria de freguezia, a 29 de agosto deste anno, a povoação de Camacuan, no districto da cidade de Pelotas.

Na provincia de Mato-Grosso duas forão as freguezias erectas neste anno, ambas aos 26 de agosto; a das Brotas no districto da cidade de Cuiabá, e a de

Rio-Cuiabá, no sobredito districto. Na provincia de Sergipe apontaremos a creação da villa de Moruim nas margens do ribeiro Ganhomoraba, que se lança no rio Serigi ou Sergipe.

Em 15 de janeiro deste anno de 1833 forão creadas na provincia do Rio do Janeiro tres villas, que hoje estão florescentes, e são as de Itaborahi, da Parahiba do Sul e de Vassouras. Na da parahiba a 29 de abril a freguezia de Cabaceiras, que, passados cinco annos, veremos condecorada com o titulo de villa por lei da assemblea provincial : na provincia de São-Paulo foi tambem nesse mesmo anno elevada a categoria de freguezia a povoação de Palmeiras, que passou depois a ser villa, e em cujo districto, dá-se por certo, que existem minas de azougue.

1834. — Neste anno foi creada, em

14 de abril, a villa d'Ajuruóca, na provincia de Minas-Geraes na serra da Mantiqueira, e a 30 de outubro na do Rio de Janeiro a freguezia de Nossa Senhora do Catete. Também na do Rio-Grande do Norte e na de Goyaz, se crearão algumas freguezias, a saber : na primeira destas provincias a freguezia de São-Gonçalo em 28 de março, e em 29 d'agosto a de Papari, no districto da villa de São-José de Mipibúje na de segunda a 25 de junho a freguezia de Salinas, districto da villa de Crixá.

1835. — Por decreto de 28 de março deste anno foi a villa de São-Salvador dos Campos da provincia do Rio de Janeiro condecorada com o titulo e honras de cidade, trocando o nome no de Campos dos Goitacazes, e em 13 de abril seguinte se crearão as comarcas d'Angra dos Reis, de Rezende e de Vassouras. Na

provincia da Parahiba a povoação de Bananciras foi elevada a categoria de villa em virtude d'uma lei provincial. Na de Goyaz passou a ser villa a povoação de Santa-Cruz, e na do Rio-Grande do Norte a de Acari, antiga freguezia do districto da Villa-Nova do Principe, na do Pará a povoação de Santa-Maria trocando o nome no de Cachocira; na provincia de Minas-Geraes a de Uberava na nova comarca do Patrocinio: na de Sergipe passarão a ser villas as povoações de Itabaianinha, Rio-Real, Santo-Amaro, que já o fôra, e Soccorro, e na provincia de São-Pedro de Rio-Grande a antiga freguezia de Canguçu.

1836. — Neste anno foi a freguezia de Bom-Fim da provincia de Goyaz elevada a categoria de villa por lei da Assembleia provincial, e o mesmo predi-
cado se concedeo a freguezia de Crixá,

na margem occidental do rio do seu nome que foi tambem condecorada com o titulo de villa, e nesta mesma provincia, neste mesmo anno passou a ser freguezia a simples povoação de Couros do districto da villa de Santa-Luzia.

Na provincia de São-Paulo a assemblea provincial conferio neste mesmo anno a povoação chamada Franca, asentada na margem direita do rio Mugi o titulo e honras de villa com o nome de Villa-Franca do Imperador; e a antiga villa de Curitiba sita nas serras do Cubatão as de cidade.

Na provincia do Pará a unica villa que foi nesse anno creada foi a de Gurupi na margem da Bahia, e perto de embocadura do rio deste nome.

Na do Rio de Janeiro conferio-se em 2 abril deste anno a villa da Praia-Grande o titulo e prerogativas de cidade, e de freguezias ás povoações de

Sumidouro, ou Conceição de Paqueta, de Mamanguape, Molirão e São-Pedro e São-Paulo, e na provincia de Santa-Catherina passou a ser villa a antiga freguezia de São-Miguel no continente da provincia á beira da enseada conhecida com o nome da provincia.

1837. — Na provincia do Espirito-Santo crearão-se neste anno tres freguezias, a saber : em 16 de março a da Aldea-Velha, duas legoas ao norte da villa d'Almeida, e em 26 de dezembro as de Carapina, e de Cariacica, a primeira no districto da cidade da Victoria, e a segunda, distancia d'uma legoa desta cidade na margem septentrional da Bahia do Espirito-Santo.

Na provincia do Ceará creou-se neste anno, por virtude d'uma lei provincial, a freguezia de Mumbaça no districto da villa de São-João do Principe. Na de

Minas-Geraes a villa d'Itabira na margem esquerda do Rio das Velhas, e na provincia do Pará na margens direita do rio Madeira, acima da villa de Borba a villa de Luzéa.

1838. — Em 10 de setembro deste anno foi reintegrada no titulo e honras de freguezia a povoação de Almofala da provincia do Ceará, sita na foz do rio Aracati, e nesta mesma data foi elevada a categoria de freguezia a povoação de Santa-Anna da mesma provincia, districto da villa de Sobral, e em 26 de abril teve a mesma distincção a povoação de Brejo-Grande, mudando-se lhe o nome no de Santa-Anna do Araripe.

Na provincia de Goyaz não achamos neste anno posta em memoria creação alguma de villa, tirada a da villa do Carretão por lei provincial.

A provincia do Maranhão foi mais fe-

liz neste anno, que nos passados, pois crearão-se nella cinco villas, e forão em 14 de junho as de Guimarens, e de Manga, a primeira entre o rio Turiaçú e o mar; e a segunda na confluencia do rio Iguara como Moni Mirim; em 15 do mesmo mez a villa de Santa-Helena, em 29 a villa da Passagem-Franca, e finalmente em 21 de julho a villa de Codó na margem esquerda do Itapicurú.

Falta-nos mencionar, para completar a criação freguezias e villas erectas neste anno nas demais provincias, na da Bahia a villa de Monte-Santo, na do Pianhi a freguezia de Gurguéa e na de Santa-Catharina a de Tejucas-Grandes.

1839. — Neste anno forão assás numerosas as villas e freguezias que no decurso delle forão erectas nas differentes provincias do imperio; na do Pará citaremos em primeiro lugar a Aldea

Abaête, sita em um territorio banhado pelo rio Tocantins e pelos ribeiros Mojúet Iguará, que foi elevada por lei provincial de 30 de setembro á categoria de freguezia em detrimento da igreja da villa do Conde, que deixou de o ser; e em 9 do mesmo mez a erecção das freguezias de Irituíá e de Jangapi, a primeira no districto da cidade de Belém, a pequena distancia do rio Guamá, a segunda na vizinhança do ribeiro de seu nome. Nesse mesmo mez e aos 11 delle foi creada por lei provincial a comarca de Bragança, sendo a antiga villa deste nome escolhida para cabeça della.

Na provincia do Rio de Janeiro creão-se neste anno quatro novas freguezias, a saber: em 15 de março a da Barra-Mansa, actualmente villa da comarca de Rezende, na margem direita do Parahiba; em 18 do mesmo mez a freguezia de Bonito, ou Rio Bonito a 8 le-

goas da villa de Macacú; em 13 de abril a de Bananal nas margens do ribeiro deste nome, que é um dos affluentes do Parahiba, e a 15 do mesmo mez a de Cebolas.

Na provincia das Alagoas mencionaremos em primeiro lugar que, por lei provincial de 7 de dezembro deste anno, foi a villa de Maçayó, capital da provincia, condecorada com o titulo de cidade: crearão-se tambem as villas da Barra de São-Miguel e da Mata Grande.

Na provincia do Pianhi não encontramos neste anno, senão a erecção da villa de Puti ou Poti na margem esquerda do Parahiba, e 26 legoas ao norte da cidade de Oeiras em 6 de julho, e em 30 de dezembro a erecção em freguezia da aldeia Barras da comarca de Campo-Maior.

Na provincia de São-Paulo creou-se neste anno uma só villa, e foi a de Ba-

tataes por lei provincial de 14 de março, e o mesmo aconteceo com as provincias do Rio-Grande do Norte e de Santa-Catharina, sendo que na primeira não deparamos senão com a freguezia de Santa Anna dos Matos na comarca d'Açu, que passou a ser villa, e na segunda a creação da freguezia da Penha d'Itapacoroya, do districto da villa de São-Francisco, por lei provincial de 23 de março.

Na provincia de Pernambuco forão neste anno creadas uma villa, e duas freguezias. A 12 de abril a villa de Bonito entre o rio Una e o Serinhaen, e a freguezia de Bezerras, e em 30 do sobredito mez d'abril, a de Nazareth das Matas nas vizinhanças do ribeiro Tra-cunhaen, que se ajunta com o Capi-bari-Mirim.

Na provincia do Espirito Santo além da villa da Conceição da Serra, creada

por lei provincial deste anno, achamos a erecção da de Linhares na margem esquerda do rio Doce, distancia de 4 para 5 legoas do mar.

Na provincia da Parahiba temos que apontar duas villas creadas neste anno e uma freguezia: as villas são Maman-guape e Cabaceiras; a primeira erecta por lei provincial de 23 de janeiro, a segunda tambem por lei provincial de que não podemos achar com certeza a data; quanto a da erecção da freguezia de Santa-Rita, sita na margem do rio, que deo o nome que tem á provincia é sem contradicção a de 20 de fevereiro do anno, de que tratamos.

Na provincia de Minas-Geraes mencionaremos a villa da Campanha, que foi condecorada neste anno com o titulo de cidade, e a creação de tres novas villas, a saber: a d'Oliveira, comarca do Rio-Grande, a de Santa-Barbara

nas cabeceiras do ribeirão deste nome, e a das Caldas, na comarca de Sapucahi, todas tres erectas por lei da Assembleia provincial.

Na provincia de Goyaz e na de Sergipe não achamos posta em memoria, senão a creação em cada uma d'uma só villa, a saber : na de Sergipe a de Porto da Folha, e na de Goyaz a de Flores.

1840. — Foi este anno fecundo em creações de novas freguezias e villas no imperio do Brasil. Na provincia de Minas-Geraes achamos que forão creadas oito freguezias que passamos a nomear, em 3 de abril as freguezias de Lage, de Correntes, de Catas Altas da Noruega, de Campestre, d'Antonio Pereira e em 9 de março a de Morrinhos e de Bom Jesus dos Passos, e em 15 do mesmo mez a de Escaramuça, todas de não somenos importancia pelo numero

respectivo dos moradores, e genero de industria a que se applicão. Erigirão-se tambem duas villas aos 23 de março, e forão as de Cahete e da Conceição da serra. Tambem neste anno a antiga villa de Barbacena foi elevada a categoria de cidade. Na provincia da Bahia forão creadas as seguintes villas e freguezias: em 13 de março a villa de Monte-Alto, na comarca d'Urubú; em 26 do mesmo mez, e a do Rio-Preto na comarca do Rio de São-Francisco, e a 2 de junho a freguezia de Santa-Anna da Aldeia, no districto da villa de Jaguaripe.

Na provincia do Rio de Janeiro achamos que neste anno forão só creadas duas freguezias: Dores no districto da villa de Parati, e Jurujuba entre o mar e a bahia de seu nome, ou sacco de São Francisco.

Na provincia de São-Paulo indicaremos que foi no anno, de que estamos

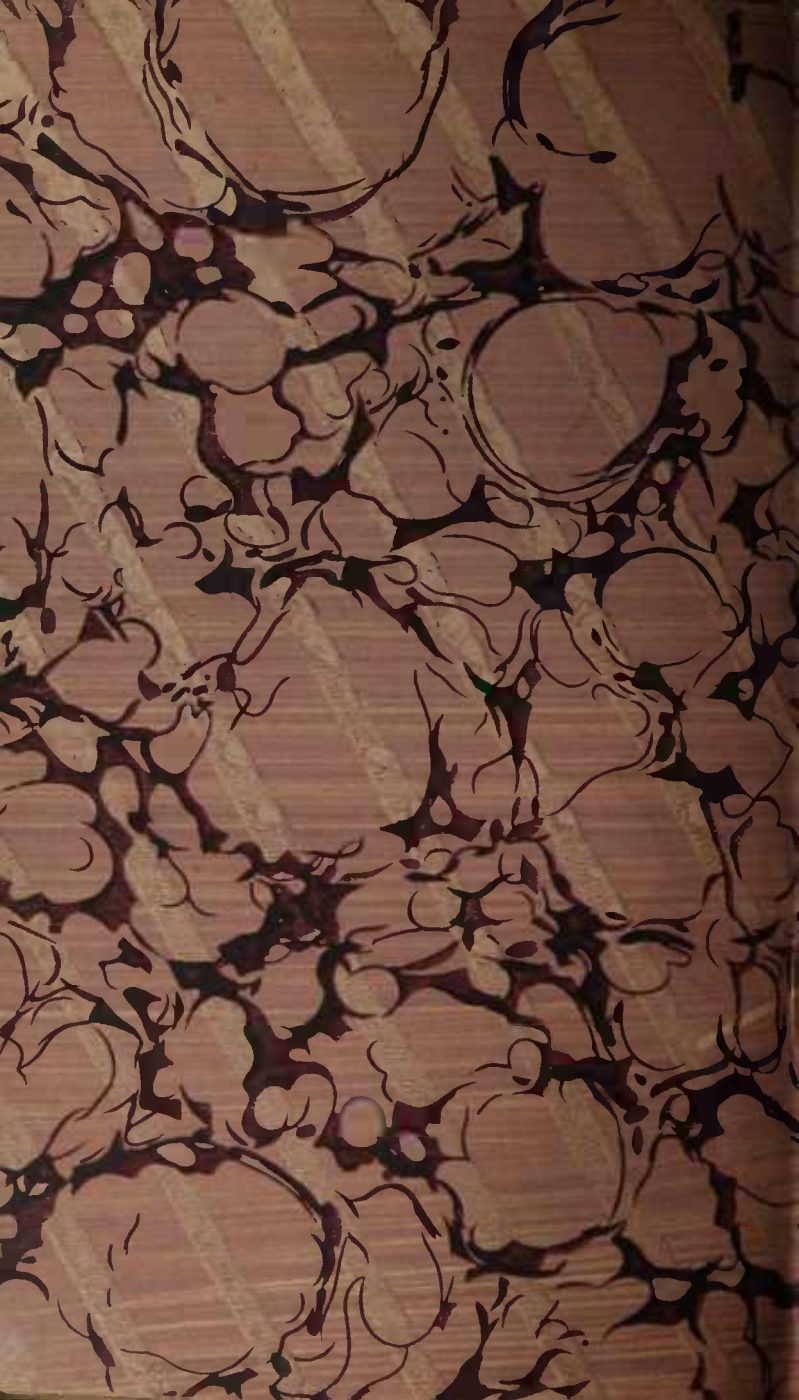
tratando, que á villa de Campinas se conferio o titulo e honras de cidade. Na de Sergipe só temos que mencionar neste anno a creação da villa da Divina-Pastora; na do Ceará a da freguezia dos Milagres na margem do Rico-Salgado, e no districto da villa de Bom-Jardim; na provincia de Santa-Catherina, se conferio o titulo de villa a povoação da Lapa chamada tambem o Ribeirão da Lapa.

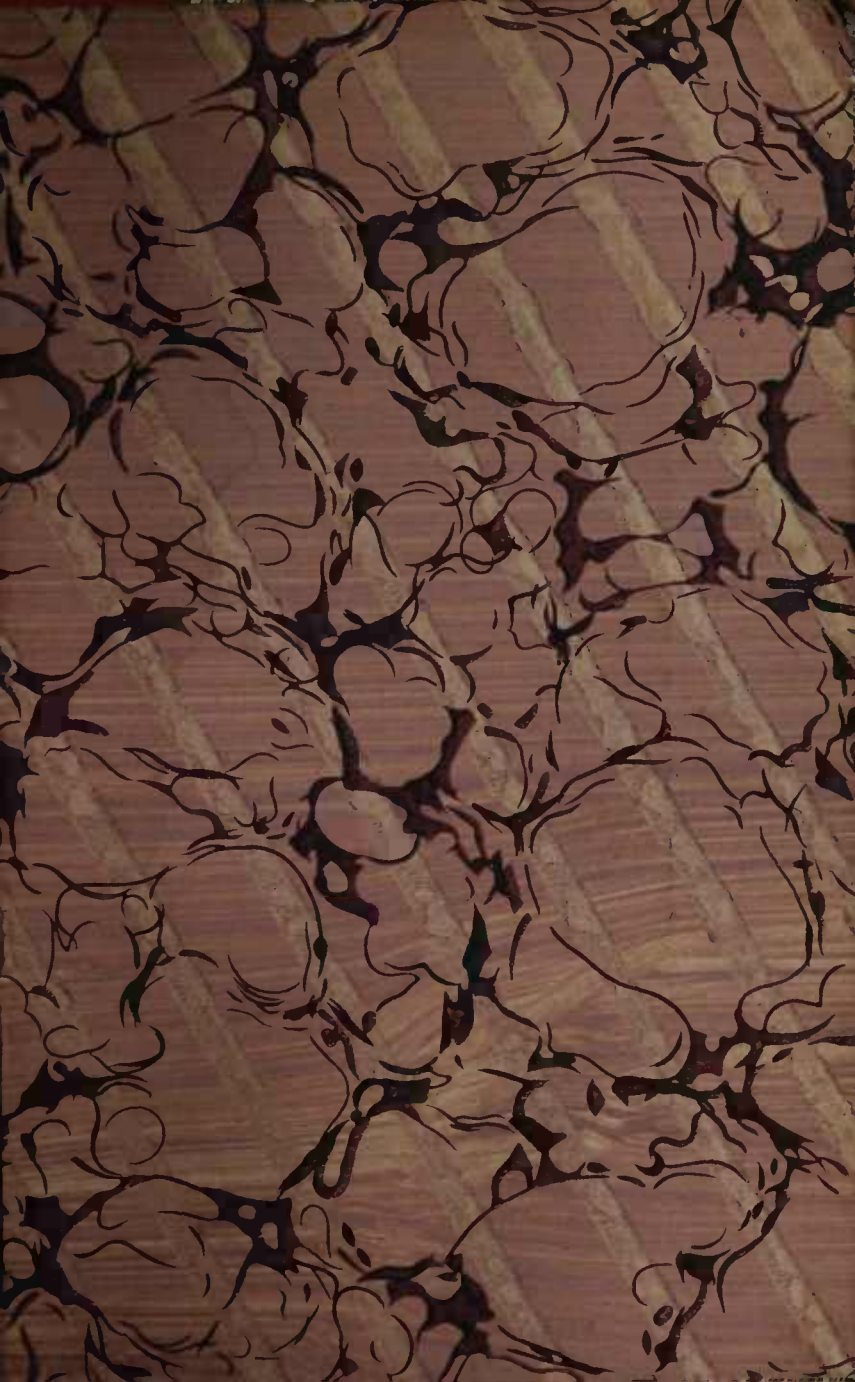
Na provincia de Pernambuco foi elevada neste anno a categoria de freguezia a povoação de São-José do Rio-Formoso, no districto da villa de Serenhacn por lei provincial de 4 de maio; em 5 deste mesmo mez foi creada a comarca de Boa Vista. Tambem neste anno se conferio á villa de Goyanna o titulo e prerogativas de cidade. Finalmente citaremos, na provincia da Parahiba, a criação da freguezia de São-José das Pira-

nhas de Cima, districto de Villanova de Souza, na cabeceira do rio das Piranhas.

Ficaremos aqui, deixando a cargo dos futuros escriptores a continuação deste nosso trabalho, na persuasão que do grande numero de villas e freguezias que se-hão creado depois da independencia do Brasil, se pode inferir do augmento, que tem havido em sua população; assim que, se nos annos vindouros for em proporção dos passados, serão tantas e tão bastas as povoações, que em umas se ouvirão as outras.

FIM.







BRASILIANA DIGITAL

ORIENTAÇÕES PARA O USO

Esta é uma cópia digital de um documento (ou parte dele) que pertence a um dos acervos que participam do projeto BRASILIANA USP. Trata-se de uma referência, a mais fiel possível, a um documento original. Neste sentido, procuramos manter a integridade e a autenticidade da fonte, não realizando alterações no ambiente digital – com exceção de ajustes de cor, contraste e definição.

1. Você apenas deve utilizar esta obra para fins não comerciais.

Os livros, textos e imagens que publicamos na Brasiliiana Digital são todos de domínio público, no entanto, é proibido o uso comercial das nossas imagens.

2. Atribuição. Quando utilizar este documento em outro contexto, você deve dar crédito ao autor (ou autores), à Brasiliiana Digital e ao acervo original, da forma como aparece na ficha catalográfica (metadados) do repositório digital. Pedimos que você não republique este conteúdo na rede mundial de computadores (internet) sem a nossa expressa autorização.

3. Direitos do autor. No Brasil, os direitos do autor são regulados pela Lei n.º 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. Os direitos do autor estão também respaldados na Convenção de Berna, de 1971. Sabemos das dificuldades existentes para a verificação se um obra realmente encontra-se em domínio público. Neste sentido, se você acreditar que algum documento publicado na Brasiliiana Digital esteja violando direitos autorais de tradução, versão, exibição, reprodução ou quaisquer outros, solicitamos que nos informe imediatamente (brasiliiana@usp.br).